

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 81, DE 2021

(Do Poder Executivo)

MSC 201/2021

OF 344/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.610, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 201

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.947, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária Cultural e Radiodifusão de Carvalho Brito, no município de Sabará - MG;
- 2 - Portaria nº 2.980, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança, no município de Cipó - BA;
- 3 - Portaria nº 2.988, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha, no município de Euclides da Cunha - BA;
- 4 - Portaria nº 3.610, de 19 de agosto de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, no município de Telêmaco Borba - PR;
- 5 - Portaria nº 6.149, de 1º de dezembro de 2015 - Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA), no município de Abaiara - CE;
- 6 - Portaria nº 67, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó, no município de Orobó - PE;
- 7 - Portaria nº 77, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Igarapava, no município de Igarapava - SP;
- 8 - Portaria nº 87, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Novabarrense de Comunicação e Rádio Difusão, no município de São José da Barra - MG;
- 9 - Portaria nº 105, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Apoio a Mariluz - ACAM, no município de Mariluz - PR;
- 10 - Portaria nº 153, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação Obra Assistencial para Integração Social da Comunidade, no município de São Vicente - RN;
- 11 - Portaria nº 158, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação Rosa Leal, no município de Bocaina - PI;
- 12 - Portaria nº 161, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro, no município de Barro Duro - PI;
- 13 - Portaria nº 234, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Abadiânia, no município de Abadiânia - GO;
- 14 - Portaria nº 409, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Dom Zigmund Felinski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, no município de Guarani das Missões - RS;
- 15 - Portaria nº 776, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova, no município de Belo Horizonte - MG;
- 16 - Portaria nº 782, de 9 de maio de 2016 - Associação de Rádio Comunitária Dimensão - ARCOD, no município de Uberlândia - MG;

- 17 - Portaria nº 783, de 9 de maio de 2016 - Associação Karababá de Cultura, no município de Carauari - AM;
- 18 - Portaria nº 901, de 9 de maio de 2016 - Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM, no município de Aripuanã - MT;
- 19 - Portaria nº 902, de 9 de maio de 2016 - Associação de Rádio Comunitária - ARC, no município de Itapetim - PE;
- 20 - Portaria nº 1.010, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista, no município de Monte Azul Paulista - SP;
- 21 - Portaria nº 1.037, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária Popular de Jaguaruana, no município de Jaguaruana - CE;
- 22 - Portaria nº 1.039, de 9 de maio de 2016 - Rádio Comunitária Ondas de Paz FM, no município de Ibituva - PR;
- 23 - Portaria nº 1.136, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão, no município de Caxambu - MG;
- 24 - Portaria nº 1.359, de 9 de maio de 2016 - Associação Beneficente Mão Amiga, no município de Itálva - RJ;
- 25 - Portaria nº 1.839, de 9 de maio de 2016 - Fundação Cultural e Educativa Carlos Roberto da Silva Piment, no município de Urutaí - GO;
- 26 - Portaria nº 569, de 7 de junho de 2017 - Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu, no município de Cotriguaçu - MT;
- 27 - Portaria nº 582, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Cultural Rio das Pedras, no município de Quirinópolis - GO;
- 28 - Portaria nº 1.088, de 7 de junho de 2017 - Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos, no município de Ourinhos - SP;
- 29 - Portaria nº 1.109, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Anapurus, no município de Anapurus - MA; e
- 30 - Portaria nº 1.459, de 7 de junho de 2017 - Associação da Rádio Comunitária FM Rio Neves, no município de São Raimundo das Mangabeiras - MA.

Brasília, 12 de maio de 2021.

Brasília, 30 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057576/2013-38, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, inscrita no CNPJ nº 01.753.926/0001-10, explore pelo prazo de dez anos a partir de 09 de outubro de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Telêmaco Borba, estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3509/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 3610, de 19 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 3610/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057576/2013-38 e nº 53740.001250/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0644683** e o código CRC **75292874**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 344/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 13 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.947, 2.980, 2.988, 3.610 e 6.149, de 2015, 67, 77, 87, 105, 153, 158, 161, 234, 409, 776, 782, 783, 901, 902, 1.010, 1.037, 1.039, 1.136, 1.359 e 1.839, de 2016, 569, 582, 1.088, 1.109 e 1.459, de 2017.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.053176/2013-53

SEI nº 2562838

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37690/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.057576/2013-38.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 07/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4712082** e o código CRC **88EC732A**.



Ministério das Comunicações
Fis. 1
Rubrica

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.057576/2013-38

(Processo de Outorga nº 53740.001250/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI** sediada na localidade de **Telêmaco Borba/PR** tem validade até 09/10/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 15 de outubro de 2013.

ERDELENE MARIA FRANÇA DE BARROS

Chefe de Serviço



AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
ANATEL - GR03 - PARANÁ
PROTOCOLO 16/9/2013 13:36
535160052412013

Ministério das Comunicações
Fls. 2
Rubrica

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 057576/2013-38
SEAPA/SCE
02/10/2013-08:52

Requerimento Para Renovação Da Outorga Para Execução Do Serviço De Radiodifusão Comunitária

53740001250/1998

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações:

A Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, inscrita no CNPJ sob o nº 01.753.926/0001/10, com sede à Rua Wenceslau Braz, nº 36, Centro, na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, CEP 84.260-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 145 datada de 26 de março de 2001 e Decreto Legislativo nº 668 publicado no Diário Oficial da União datado de 1 de Setembro de 2003, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Telêmaco Borba, 09 de Setembro de 2013..


Assinatura – Presidente da Entidade



Nome do representante da entidade: GASPARINO MIKUSKA

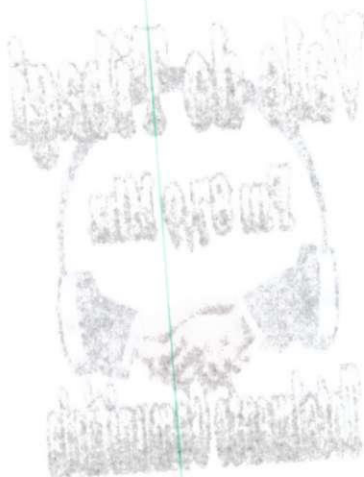
CPF: 724.182.739-20

Seanc 134.9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF

53000 057576/2013-38

SEAPASCE
02M 05013-08-62



Requerimento para Renovação da Outorga para Execução do Serviço de
Radiodifusão Comunitária

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações:

A Associação e Movimento Comunitário Vale do Triângulo, inscrita no CNPJ sob o nº 01.753.936/000119, com sede à Rua Wenceslau Braz, nº 36, Centro, na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, CEP 84.260-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 145 datada de 26 de março de 2001 e Decreto Legislativo nº 663 publicado no Diário Oficial da União datado de 1 de setembro de 2001, vem respectivamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.3 da Norma nº 10011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 10011 aprovada pela Portaria MEC nº 463, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Telêmaco Borba, 09 de Setembro de 2013.



TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabeliã Designada
Rua Vice Prof. Reginaldo Guedes Nodda, 415 - sala 02, CEP 84261-020, centro,
Telêmaco Borba, Fone (42) 3272-3780. Email: oliveiratzbellonatto@terra.com.br

REC. No: 245894. Reconheço a(s) assinatura(s)
por SEMELHANÇA de:

(1) GASPARIÑO MIKUSZKA

Telêmaco Borba, 11 de setembro de 2013

Em testemunho da verdade.

ANA CAROLINA DEBAS-Escritora Notarial

Emolumentos: R\$ 3,06(21,73 VRC) + selo: R\$ 0,47 - Total: R\$3,53





valedotibagifm@outlook.com

42-3272-6494

Telêmaco Borba, 09 de Setembro de 2013.

DECLARAÇÃO

Declaramos para devidos fins que o gestor das atividades e área editorial, é Gasparino Mikuska, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da carteira de identidade RG sob nº 4.693.179-3 SSP/PR e do CPF sob nº 724.182.739-20, residente e domiciliado sito à Av. Euclides Bonifácio Londres, 880, Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP. 84.264-010, conforme cópia autenticada dos documentos em anexo e a diretora de programação é Lucimara Fernandes de Andrade brasileira, solteira, do lar, portador da carteira de identidade RG sob nº 9.275.060-4SSP/PR e do CPF sob nº 050.258.629-06, residente e domiciliada sito à Rua. Da Cruz, nº 31, Bairro São Francisco, CEP. 84.264-490, conforme cópia autenticada dos documentos em anexo.

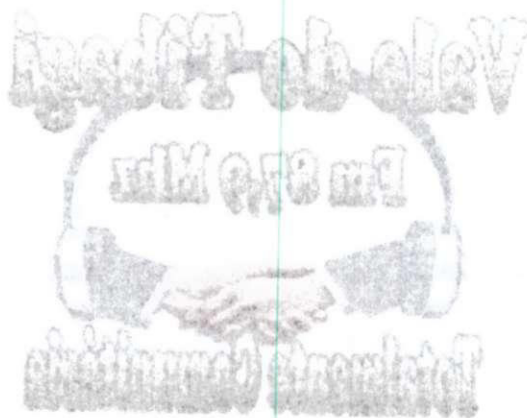
Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Lucimara Fernandes

Lucimara Fernandes
Diretora de Programação

Atenciosamente

Gasparino Mikuska
Gasparino Mikuska
Presidente da Entidade



vsbedotidsgitn@outlook.com

42-3272-3780

Telémaco Borba, 09 de Setembro de 2013.

DECLARAÇÃO

Declaramos para devidos fins que o gestor das atividades e atividades editoriais é Gasparino Mikuska, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da carteira de identidade RG sob nº 4.603.179-3 SSP/PR e do CPF sob nº 124.183.730-20, residente e domiciliado sito à Av. Euclides Bandeira, 289, Bairro Nova Esperança, 25000-000, Telémaco Borba, Paraná, CEP 84.364-010, em anexo e a declaração em anexo.

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice Prof. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020, Curitiba, Paraná, Brasil
Telémaco Borba, Fone (42) 3272-3780, Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

REC. No: 246358. Reconheço a(s) assinatura(s) por SEMELHANÇA de:

(1) LUCIMARA FERNANDES DE ANDRADE

Telémaco Borba, 13 de setembro de 2013

Em testemunho da verdade.

ANA CAROLINA DEBAS-Escritora Notarial

Emolumentos: R\$ 3,06(21,73 VRC) + selo: R\$ 0,47 -- Total: R\$3,53



TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice Prof. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020, Curitiba, Paraná, Brasil
Telémaco Borba, Fone (42) 3272-3780, Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

REC. No: 245894. Reconheço a(s) assinatura(s) por SEMELHANÇA de:

(1) GASPARINO MIKUSKA

Telémaco Borba, 11 de setembro de 2013

Em testemunho da verdade.

ANA CAROLINA DEBAS-Escritora Notarial

Emolumentos: R\$ 3,06(21,73 VRC) + selo: R\$ 0,47 -- Total: R\$3,53



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

POLEGAR DIREITO

Lucimara Fernandes Andrade
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.275.060 4 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/04/2001

NOME LUCIMARA FERNANDES DE ANDRADE

FILIAÇÃO AMADOR DE JESUS ANDRADE
VALACIR FERNANDES DE ANDRADE

NATURALIDADE TELEMACO BORBA/PR DATA DE NASCIMENTO 28/08/1984

DOC. ORIGEM COMARCA=TELEMACO BORBA/PR, DA SEDE
C.NASC 20480, LIVRO=17A, FOLHA=192V

CPF

CURITIBA - PR

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TITULO

Nº 081211510612

NÃO FILIADA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

050.258.629-06

Nome LUCIMARA FERNANDES DE ANDRADE

Nascimento 28/08/1984

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão Junho/2002

CORREIOS



TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabela Designada
Rua Vice Pref. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020, centro,
Telemaco Borba, Fone (42) 3272-3780, E-mail: oliveiratabelionato@terra.com.br

Autenticação nº: 122909
Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Telemaco Borba, 13 de setembro de 2013, Hora: 13:36:16
Em testemunho da verdade,
Escritor Notarial - ANA CAROLINA DEBXS
Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRC) - Selo: R\$ 0,47 - Total: R\$ 3,29



TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabela Designada
Rua Vice Pref. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020, centro,
Telemaco Borba, Fone (42) 3272-3780, E-mail: oliveiratabelionato@terra.com.br

Autenticação nº: 122909
Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Telemaco Borba, 13 de setembro de 2013, Hora: 13:36:16
Em testemunho da verdade,
Escritor Notarial - ANA CAROLINA DEBXS
Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRC) - Selo: R\$ 0,47 - Total: R\$ 3,29

Ministério das Comunicações
 Rua 5
 11

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSIÇÃO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

720271393

Nome: GASPARIANO MIRUSZKA

CPF: 4693179-3 **RG:** 9889 **PR:**

Data Nascimento: 24.10.1970

Filiação: ANTONIO MIRUSZKA

Titular: TATIANA LEIX MIRUSZKA

Permissão: ☐ **CC:** ☐ **CR:** ☐ **MA:** ☐ **AB:** ☐

Nº Registro: 02763805481 **Válida até:** 25/02/2018 **1ª Emissão:** 10/08/1993

PROIBIDO PLASTIFICAR

720271393

Local: TELHADO BOMBA, PR

Data Emissão: 26/02/2013

Assinatura do Portador: *Gaspariano Miruska*

Assinatura do Emissor: *Carlos (Carb)*

DETRAN-PR (PARANÁ)

51475.613580
 98805370941

TABELIONATO OLIVEIRA
 CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabela Designada
 Rua Vice-Prefeito Reginaldo G. N. 419 - 814 02, CEP 84281-020, Curitiba - PR
 Telefone 0800 511 3072 - 3760 - Email: oliveira@tabelionatooliveira.com.br

--- Autenticação nº: 122792 ---
 Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do original que me foi apresentada do que dou fé.

Testemunho da veracidade
 Testemunho Notarial - ANA CAROLINA DEBASS
 Emolumentos: R\$ 2.822,00 (VRC) + R\$ 10,47 -- Total: R\$ 2.832,47

SELO FUNAREN
 13.228 de 24/07/2001
 TABELIONATO OLIVEIRA
 DE NOTAS
 13.228 de 24/07/2001
 Tabela nº 122792
 DE NOTAS
 13.228 de 24/07/2001

EM BRANCO

EM BRANCO

TÍTULO
 Nº 047248830612
 NÃO FILIADO



Telêmaco Borba, 09 de Setembro de 2013.

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

GASPARINO MIKUSKA

Assinatura – Presidente da Entidade

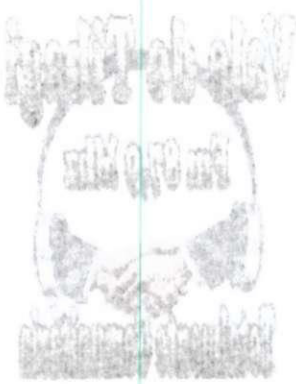


Endereço para correspondência:

**Rua Wenceslau Brás, 36, Centro, na cidade de Telêmaco Borba,
Estado do Paraná, CEP 84.260-000**

Telefone para contato: 014-42-3272-6494

Correio eletrônico (e-mail): valedotibagifm@outlook.com.



Telémaco Borba, 09 de Setembro de 2013.

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade representada, para fins de instrução do processo de renovação da atuação para exercício do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o edital nº 203 da Portaria nº 12011, aprovada pela Portaria MC nº 161, de 14 de Outubro de 2011.



Assinatura - Presidente da Entidade

Endereço para correspondência:

Rua Wenceslau Brás, 36, Centro, na cidade de Telémaco Borba, Estado do Paraná, CEP 84.200-000.

TABELIONATO OLIVEIRA

CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice-Pref. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020, centro,
Telémaco Borba, Fone (42) 3272-3760, Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

REC. No: 245894. Reconheço a(s) assinatura(s)
por SEMELHANÇA de:
(1) GASPARINO MIKUSZKA
Telémaco Borba, 11 de setembro de 2013
Em testemunho da verdade.
ANA CAROLINA DEBAS-Escritora Notária
Emolumentos: R\$ 3,06(21,73 VRD) + selo: R\$ 0,47 - Total: R\$ 3,53





Telêmaco Borba, 09 de Setembro de 2013.

DECLARAÇÃO

Declaro para devidos fins que esta estação de radiodifusão comunitária, conforme a norma 01/2011, item 20:

- Não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- Reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal.

Sem mais para o momento, subscrevo-nos.

Atenciosamente



GASPARINO MIKUSKA
Presidente A.M.C.V.T.





Telemaco Borba, 09 de Setembro de 2013

DECLARAÇÃO

Declaro para devidos fins que esta estação de radiodifusão comunitária, conforme a norma 01/2011, item 30, não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando reservados os casos de apoio cultural;

- Reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 22.702, de 31 de outubro de 1963;

- Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo a produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal.

Sem mais para o momento, subscrevo-nos

A testemunha



GASPARINO MIKUSZKA
T.V.C.M.V.T.

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice Pref. Reginaldo Guedes Nogueira, 415 - sala 02, CEP 84261-020, Curitiba
Telemaco Borba, Fone: (42) 9272-3760, Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

REC. No: 245894. Reconheço a(s) assinatura(s) por SEMELHANÇA de:
(1) GASPARINO MIKUSZKA
Telemaco Borba, 11 de setembro de 2013
Em testemunho da verdade.
ANA CAROLINA DEBAS - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,06 (21,73 VRC) + selo: R\$ 0,47 -- Total: R\$ 3,53

Rua Vice-Pref. Reginaldo G. Noc...





Telêmaco Borba, 09 de Setembro de 2013.

DECLARAÇÃO

Declaramos para devidos fins que esta emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

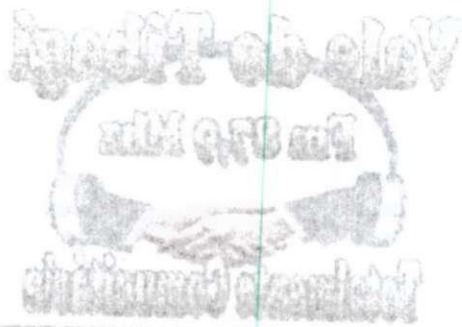
Sem mais para o momento, subscrevo-nos.

Atenciosamente



GASPARINO MIKUSKA
Presidente da A.M.C.V.T.





45-3272-0494
tabelionatooliveira.com

Telémaco Borba, 11 de Setembro de 2013.

DECLARAÇÃO

Declaramos para devidos fins que esta emissão encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última atualização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Seu mais para o momento, subscrevo-nos.

Atenciosamente



GASPARINO MIKUSKA
Presidente do A.M.C.V.T.

TABELIONATO OLIVEIRA

CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice-Pref. Reginaldo Guedes Nocera, 416 - sala 02, CEP 84261-020, centro,
Telémaco Borba, Fone (42) 3272-3760, Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

REC. No: 245894. Reconheço a(s) assinatura(s)
por SEMELHANÇA de:

(1) GASPARINO MIKUSKA

Telémaco Borba, 11 de setembro de 2013

Em testemunho da verdade.

ANA CAROLINA DEBAS-Escritora Notarial

Emolumentos: R\$ 3,06(21,73 VRC) + selo: R\$ 0,47 -- Total: R\$ 3,53



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO VALE DO TIBAGI
CNPJ: 01.753.926/0001-10

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:53:24 do dia 28/08/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/09/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.753.926/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/03/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO VALE DO TIBAGI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R WENCESLAU BRAZ	NÚMERO 36	COMPLEMENTO	
CEP 84.261-120	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TELEMACO BORBA	UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **11/09/2013** às **17:16:38** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000017/2007-PR

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - CNPJ: 01.753.926/0001-10		Nº DA ENTIDADE 60011434708	
Nº DA ESTAÇÃO 631424598	SERVIÇO Rádiodifusão Comunitária	NAT. SERV. ****	LATITUDE 24S194300
		LONGITUDE 60W371400	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AVENIDA SANTOS DUMONT 181 SALA 4/5	DISTRITO *****
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO TELEMACO BORBA

CIDADE DA OUTORGA : Telemaco Borba/PR
NOME FANTASIA : VALE DO TIBAGI FM 87,9
FREQUÊNCIA : 87,9 MHz
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 06:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYM238

ESTÚDIO
ENDEREÇO : AVENIDA SANTOS DUMONT 181 CENTRO
MUNICÍPIO : Telemaco Borba
TRANSMISSOR PRINCIPAL : Montel Sistemas de Comunicação Ltda.
CÓDIGO : 0264020312
TRANSMISSOR AUXILIAR : *****
CÓDIGO : *****

ANTENA
FABRICANTE : KIDASEN INDUSTRIA E COMERCIO
GANHO : ***** dBd
DESCRIÇÃO : PLANO TERRA
COTA BASE DA TORRE : ***** m

Número Processo : 537400012501998

CANAL : 200
RAIO DA AREA DE SERVICO : 1.00 KM
PERP MAXIMA : ***** W

LOCALIDADE : *****
UF : PR
MODELO : MTFM98
POTÊNCIA : 25,000 W
MODELO : *****
POTÊNCIA : ***** W

MODELO : FM 2000
POLARIZAÇÃO : Vertical
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 30.0 m

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM PREJUÍZO À PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.



IMPRESSA EM 04/06/2007

OBSERVAÇÕES 01.753.926/0001-10	Licenciada Em	VÁLIDA ATÉ
	04/06/2007	09/10/2013

Helle Costa
Ministro das Comunicações



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO EPR
MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI- AMCVT PARA ELEIÇÃO DE
NOVA DIRETORIA e CONSELHO COMUNITÁRIO 2013 A 2017.**

Aos 12 (doze) dias do mês de agosto do ano de 2013, às 20:00 horas, na sede da entidade, sito à Rua Wenceslau Braz, 36, centro, nesta cidade de Telêmaco Borba, Paraná, reuniram-se, conforme convocação realizada nos termos do Estatuto, os associados da AMCVT, sob a presidência do Sr. Reni Alves de Azevedo, verificando o comparecimento de todos, foi dado início a Assembléia com a leitura da ordem do dia: a) Eleição da nova Diretoria e Conselho Comunitário para o período 2013 a 2017. O Sr. Presidente convocou a uma nova eleição de Diretoria e Conselho Comunitário visto que, vários Diretores da atual Diretoria estavam reclamando que há muito tempo vem trabalhando voluntariamente para a Associação, alguns há 12 anos e outros mais novos há 3 anos e que seria importante uma nova eleição para oportunizar "sangue novo" para dirigir a AMCVT. O Sr. presidente solicitou a todos os sócios que apresentassem chapas completa para uma nova eleição, e foi apresentada uma única chapa composta pelos seguintes sócios: Presidente GASPARINO MIKUSKA; Vice Presidente JUCIANE PERPETUA BAENA; 1º Secretário FRANCIELLE DE LOURDES TIMOTIO DE MARQUES; 2º Secretário APARECIDA ALVES DA ROSA; 1º Tesoureiro RUBIS FRANCISCO SCHOEMBERGER; 2º Tesoureiro VERA REGINA G. DE CASTRO; Diretor Patrimonial FELIPE MEIRELES RODRIGUES; Diretor de Eventos REGINALDO CASTRO; Diretor de Programação LUCIMARA FERNANDES DE ANDRADE; Diretor de Marketing FABIO MARQUES; Diretor Jurídico ANTONIO MARCO DE ALMEIDA. Após lida pelo Sr. Presidente, colocou-se em votação o qual foi aprovada por unanimidade, após, o Sr. Presidente declarou eleita a nova diretoria dando posse ao Sr. Gasparino Mikuska como novo Presidente da AMCVT juntamente com demais Diretores para o período de 13 de agosto de 2013 a 12 de agosto de 2017. Na mesma oportunidade foi dada posse para o novo Conselho Comunitário para o mesmo período, com a seguinte composição: 1. Itagibe Stockler, RG. 660.777 SSP/PR, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Telêmaco Borba – APOSTE, CGC – 81.649.717/0001-60, com sede a Rua dos Incas, 66, BNH, CEP 84265-180; 2. Vincenzo Calzetta, RG. 399.220 SSP/PR, presidente da Cooperativa dos Taxistas de Telêmaco Borba – PR – CGC – 04.291.975/0001-77, com sede a Av. Santos Dumont, 181, sala 01; 3. Nelson Garcia Motta, RG. 2.010.683-2 SSP/PR, Diretor do Conselho Particular de Monte Alegre (Asilo São Vicente de Paulo), CGC – 77.719.474/0001-12, com sede a Rua Laions Club, s/n – Bairro Cem Casas; 4. Leuzenir Aparecida F. de Lima, RG. 8.201.502-7 - SSP/PR, Vice-Presidente Interina da Associação de Moradores do Bairro Jardim União, com sede a Rua São João, 156 – Jardim União; 5. Osvaldo Sarnoski, RG. 717.560-4 SSP/PR, Presidente da Associação Educacional Fanuel – Guarda Mirim de Telêmaco Borba – PR, CGC – 78.249.406/0001-08, com sede a Av. Osório de Almeida Taques, 520, centro, CEP 84261-060. Após, o Sr. Gasparino, como novo presidente da AMCVT, pediu a palavra, agradeceu a confiança depositada em sua pessoa, ressaltou os

TABELIONATO OLIVEIRA

CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelaria Designada
Rua Vice-Pref. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020, centro,
Telêmaco Borba. Fone (42) 3272-3780. Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

Autenticação nº: 121699

Autentico a presente cópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.

Telêmaco Borba, 28 de agosto de 2013, Hora 15:05:59
Em testemunho da verdade
Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBES
Emolumentos: R\$ 2,82 (20,00 VRC)



[Handwritten signature]

relevantes trabalhos prestados pela antiga Diretoria, inclusive sugerindo a inclusão dos 4 (quatro) diretores mais antigos Arioldo, Reni, Dúbia e Dinizar para o quadro de sócios benemérito pelos relevantes serviços prestados ao longo dos anos para AMCVT como voluntários, sendo aprovado por todos. Lista de presença, leia agosto de 2013.

Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a presente Assembleia. Eu, Marcos Antonio Figueiredo, secretário lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai assinada por mim, pelo Presidente e lista de presença de todos os demais presentes inclusive do Conselho Comunitário.


Reni Alves de Azevedo
Presidente


Marcos A. Figueiredo
1º Secretário

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS**

Coincisa de Telêmaco Borba - Paraná

Protocolo N.º 24659 Fts. 31 Livro A - 3

Registro N.º 17462 Fts. 56 Livro B-72

Data 20 de 08 de 13


OFICIAL DESIGNADA

REGISTRO CIVIL, TÍTULOS
E DOCUMENTOS
Bel. Josiane B. de Castro Ribas
JURAMENTADA

DOCUMENTO
FOI DISTRIBUIDO
420/2013



TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice-Pref. Reginaldo G. Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020, Coincisa de Telêmaco Borba, Fone (42) 3272-3750, Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

--- Autenticação n.º: 121609 ---
Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Telêmaco Borba, 28 de agosto de 2013, Hora: 16:07:59
Em testemunho da verdade
Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBAG
Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRC) + Selo R\$ 0,47 = Total R\$ 3,29





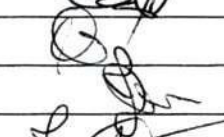
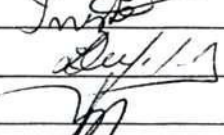

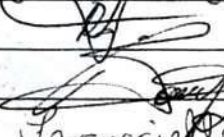
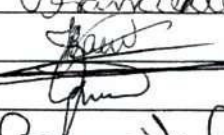
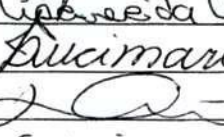
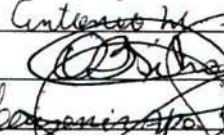
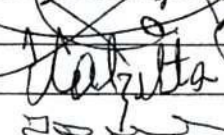
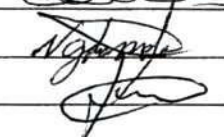
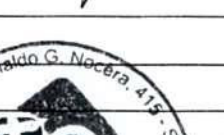



ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUM ITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT

Rua Wenceslau Braz, 36, CEP 84261-120, Centro, Telêmaco Borba - PR

CNPJ/MF nº 01.753.926/0001-10

Ministério das Relações Exteriores
14
u

LISTA DE PRESENÇA - ASSEMBLEIA GERAL DA AMCVT - 12 DE JULHO DE 2013

ASSOCIADOS	ASSINATURA
1 DINIZAR DOMINGUES	
2 ARIOLDO VIEIRA DA ROSA	
3 ELOISA VALÉRIA DOS SANTOS	
4 BENEDITO ALVES JUNIOR	
5 ETELVINO MAZARI	
6 JOSÉ CARLOS MEDEIROS	
7 MARCELO JOSÉ DE M. JUNIOR	
8 INÊS DIAS CHAVES ALVES	
9 LUIZ ALBERTO DUBIELA DA CUNHA	
10 FELIPE MEIRELES RODRIGUES	
11 RUBIS FRANCISCO SCHOEMBERGER	
12 MARCOS ANTONIO FIGUEIREDO	
13 VERA REGINA GONÇALVES DE CASTRO	
14 RENI ALVES DE AZEVEDO	
15 RONALDO BRUNETTI	
16 FRANCIELE DE LOURDES TIMOTIO DE MARQUES	
17 JUCIANE PERPETUA BAENA	
18 GASPARINO MIKUSZKA	
19 APARECIDA ALVES DA ROSA	
20 LUCIMARA FERNANDES DE ANDRADE	
21 REGINALDO CASTRO	
22 ANTONIO MARCO DE ALMEIDA	
23 ADEMIR BARBOSA DA SILVA	
24 LEUZEMIR APARECIDA F. DE LIMA	
25 OSVALDO SARNOSKI	
26 VINCENZO CALZETTA	
27 ITAGIBE STOCKLER	
28 NELSON GARCIA MOTTA	
29 FABIO DE MARQUES	
30	
31	
32	
33	

TABELIONATO OLIVEIRA

CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice Prof Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020, centro,
Telêmaco Borba. Fone (42) 3272-3750. Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

--- Autenticação nº: 121611 -----

Autentico a presente cópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.

Telêmaco Borba, 28 de agosto de 2013. Hora: 15:04:01

Em testemunho da verdade

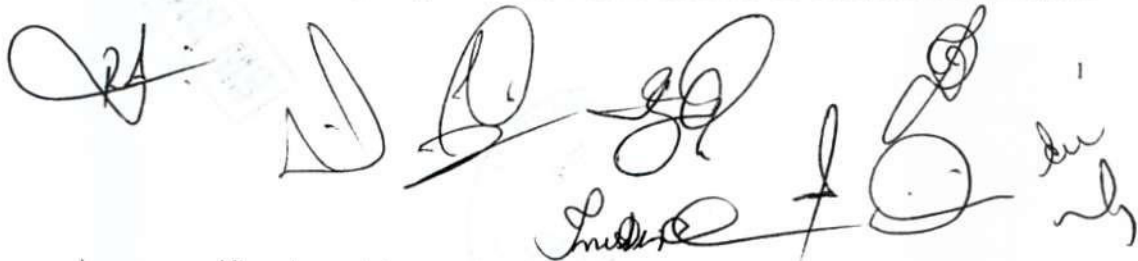
Escrevente Notarial - ANA CAROLINA REBAS

Emolumentos: R\$ 2,82 (20,00 VRC) - Selo - R\$ 0,47 - Total: R\$3,29



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI- AMCVT PARA A 5ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL em ATENDIMENTO AO OFÍCIO Nº 3769/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

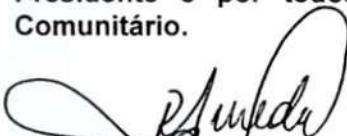
Aos 03 (três) dias do mês de agosto do ano de 2011, às 20:00 horas, na sede da entidade, sito à Rua Wenceslau Braz, 36, centro, nesta cidade de Telêmaco Borba, Paraná, reuniram-se, conforme convocação realizada nos termos do Estatuto, os associados da AMCVT, sob a presidência do Sr. Reni Alves de Azevedo, verificando o comparecimento de todos, foi dado início a Assembléia com a leitura da ordem do dia: Primeira - Aprovação da 5ª Alteração do Estatuto em atendimento ao ofício acima indicado; Segunda - Retificação da composição da diretoria de programação, eleita na Ata de Assembleia Geral datada de 20/12/2010. Em primeira pauta, o Sr. Presidente, fez leitura do ofício enviado pelo Ministério das Comunicações informando as alterações a serem feitas no estatuto social, conforme segue: 1. No art. 19 constar quórum para as deliberações da Assembleia Geral e acréscimo do parágrafo único constando as exigências para os dirigentes, ficando assim a nova redação: Artigo 19º. Compete a Assembléia Geral: a) Assembléia Geral ocorrerá para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e o que o estatuto prever. Parágrafo único: Para concorrer ao quadro diretivo os associados deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, maiores de idade ou emancipados e, ainda, residentes na área da comunidade atendida pela estação de radiodifusão. b) Para as deliberações a que se referem à destituição dos administradores e alteração do estatuto é, exigido assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será de 2/3 (dois terços) dos presentes em segunda convocação, em primeira convocação somente com maioria absoluta, bem como os critérios de eleição dos administradores. c) A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente por, no mínimo, um quinto dos associados. 2. Correção de erro formal do Art. 27 onde constava referencia ao Art. 18, quando deveria ser ao Art. 24 além da inclusão da palavra jurídica neste. 3. Retificação do Art. 37 quanto à forma de destinação do patrimônio da associação em caso de sua dissolução e a não distribuição de bônus e sobras da receita entre os associados, ficando assim a nova redação: Artigo 37º. As fontes de recursos que comporão o patrimônio da Entidade serão: contribuições sociais definidas em assembleias gerais, doações, auxílios e subvenções, bens móveis e imóveis, rendas e juros de depósitos bancários, patrocínios, etc. Parágrafo Único: O patrimônio da AMCVT terá como destino o investimento em prol da ampliação na área de atendimento aos associados e na área de Rádio Difusão Comunitária, não havendo a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados. Em caso de dissolução da Associação, após apuradas contabilmente sua liquidação social, o remanescente do seu patrimônio líquido




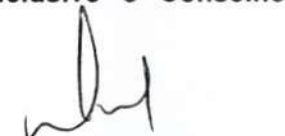

Tabelionato Oliveira
SERVIÇO NOTARIAL


será restituído em favor dos associados conforme a proporcionalidade das contribuições individuais prestadas ao patrimônio. Após, o Sr. Presidente colocou em votação as alterações elencadas, sendo aprovadas por unanimidade. Em segunda pauta o Sr. Presidente informou que havia um erro material na Ata da Assembleia Geral datada em 20/12/2010, em relação a pessoa do Diretor de Programação, que constou o nome de Fabricio quando deveria ser o Sr. Marcelo José de Moraes Junior, portador da carteira de identidade Rg nº 9.473.095-3 SSP/PR e do CPF sob o nº 057.576.179-26, residente e domiciliado na Rua Inconfidência, 130 – Centro. Após, o Sr. Presidente colocou em votação a referida retificação, a qual foi aprovado por unanimidade.


Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a presente Assembléia. Eu, Marcos Antonio Figueiredo, secretário lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai assinada por mim, pelo Presidente e por todos os demais presentes inclusive o Conselho Comunitário.


Reni Alves de Azevedo
Presidente


Arietão Vieira da Rosa
Vice – Presidente


Marcos A. Figueiredo
1º Secretário

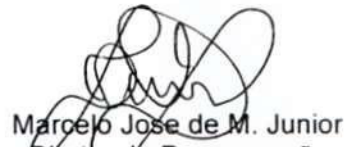

Inês Dias Chaves Alves
2º Secretário


Luiz Alberto D. da Cunha
1º Tesoureiro


Ronaldo Brunetti
2º Tesoureiro


Etelvino Mazari
Diretor Patrimonial

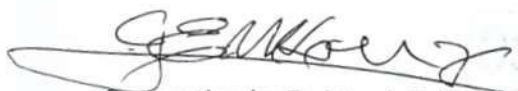

Eloisa Valéria dos Santos
Diretor de Eventos

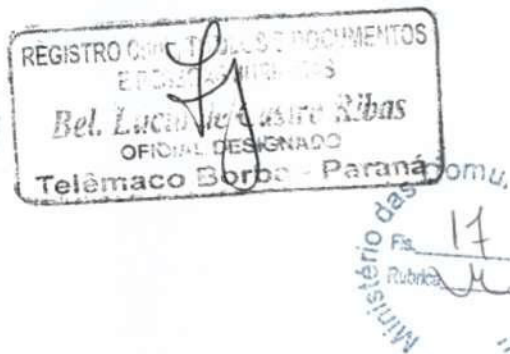

Marcelo José de M. Junior
Diretor de Programação


Benedito Alves Junior
Diretor de Marketing


Dinizar Domingues
Diretor Jurídico


José Carlos Medeiros
Pres. Cons. Comunitário


Cooperativa dos Taxistas de Telêmaco Borba
Getulio Elias Mainardes




José Amilton Bueno de Camargo
Associação de Moradores do Jardim São Roque
José Amilton Bueno


Conselho Particular de Monte Alegre (Asilo São Vicente de Paulo)
José Carlos Medeiros


Associação de Moradores do Bairro Jardim União
Leuzenir Aparecida E. de Lima


Associação Educacional Fanuel - Guarda Mirim de Telêmaco Borba - P
Osvaldo Sarnoski

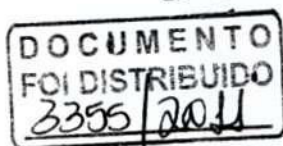
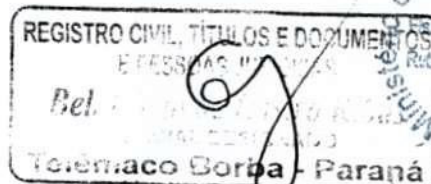

Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Telêmaco Borba - APOSTE
Anibal Feraz de Oliveira

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabela Designada
Rua Vice Pref. Reginaldo G. Nocera, 415 - sala 02 - CEP 84261-020, centro
Telêmaco Borba, Fone (42) 3272-3750 - Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

--- Autenticação nº: 121610 ---
Autentico a presente cópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.
Telêmaco Borba, 28 de agosto de 2013. Hora: 15:03:30
Em testemunho da verdade,
Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBAS
Emolumentos: R\$ 2,82 (20,00 IIRC)



Associados



**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS**

Comarca do Telémaco Borba - Paraná

Protocolo N.º 23635 de 04 de 04 de 2011 - 3

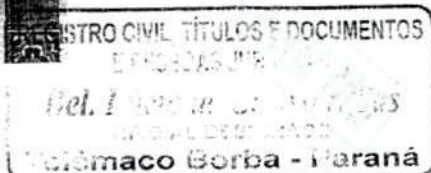
Registro N.º 16120 de 28 de 04 de 2011 - B-63

Data, 15 de 04 de 2011

OFICIAL DESIGNADA



**REGISTRO CIVIL, TÍTULOS
E DOCUMENTOS**
Bel. Josiane B. de Castro Ribas
JURAMENTADA



TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabela Designada
Rua Vice Prof Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020, Telémaco Borba. Fone (42) 3272-3750. E-mail: oliveiratabelionato@gmail.com.br

Autenticação n.º: 121810

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado do que dou fé.

Telémaco Borba, 28 de agosto de 2013. Hora: 15:03:30
Em testemunho da verdade.
Escritora Notarial - ANA CAROLINA DEBAS
Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRC) + selo: R\$ 0,47 - Total: R\$ 3,29



QUINTA ALTERAÇÃO

ESTATUTO



ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT

Capítulo I

Artigo 1º. A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI com sede e foro jurídico sito à Rua Wenceslau Braz, 36, Centro, CEP 84261-120, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR, terá seu prazo de duração por tempo indeterminado.

Ítem I

A **AMCVT/** é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social, atuando nos âmbitos municipal, distrital e regional, abrangendo a comunidade natural formada pelos seus habitantes. Constituída apartidária, sem discriminação de raça, sexo ou atividade profissional, é criada nesta data para organizar, congregar e otimizar a participação popular nas decisões da cidade, para que haja avanço democrático da sociedade; contribuir para a elevação do nível de conscientização quanto a direitos e deveres dos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com ou sem participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários, para que as populações da cidade possam melhorar suas condições de vida e trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. Utilizará para seus objetivos a prestação de serviços de Rádio Difusão Comunitária operando em FM (Frequência Modulada) na sintonia de Mhz, baixa potência, a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, lazer, social, científico, esportes, **sem fins lucrativos**, entre outros o apoio cultural para satisfazer os encargos da Associação e a sua necessária expansão de acordo com o que dispõe o artigo 13 do parágrafo 2º do Decreto Lei 1.720 de 28/12/95 e conforme o artigo 5º inciso IX e LXVIII da Constituição de 1988, e artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos inserido no Pacto de San José da Costa Rica em 22 de dezembro de 1969 inserido no artigo 13 C/C 74 parágrafo 2 (Decreto Presidencial 678/92). Tudo dentro dos limites fixados e formas estabelecidas em Legislação específica.

Parágrafo Único – A AMCVT poderá impetrar Ação Civil Pública para defender os interesses do Patrimônio Público, Meio Ambiente e de todos os cidadãos da comunidade.



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabeliã Designada
Rua Vice Prof. Reginaldo Guedes Nocerá, 415 - sala 02, CEP 84261-020, Curitiba, PR
Telêmaco Borba, Fone (42) 3272-3780, Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

--- Autenticação nº: 127611 ---
Autentico a presente cópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado
do que dou fé.
Telêmaco Borba, 28 de agosto de 2013, Hora: 15:04:01
Em testemunho da verdade,
Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBES
Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRC)



Ítem II

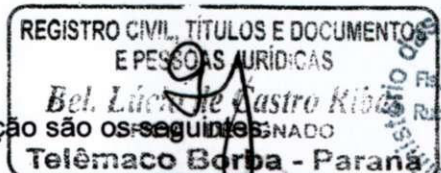
Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

1. Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística, cultural e de cidadania.
2. Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades.
3. Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em transitório ou permanente, das famílias residentes, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas.
4. Promover a educação social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do município, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.
5. Ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidade dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo a condições de cidadania.

§ Parágrafo Único - Para alcançar seus objetivos a **AMCVT** atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, conferências, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizados. Publicará circulares, boletins, noticiosos, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando desenvolvimento e consolidando sob sua responsabilidade, ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais vigentes.

Artigo 2º. Para o cumprimento do item I do Artigo 1º a **AMCVT** realizará reuniões em sua sede ou em locais onde houver representações ou comissões designadas previamente pela diretoria em qualquer localidade do Estado do Paraná.

Artigo 3º. O presente Estatuto poderá ser modificado, desde que as alterações obedeçam os objetivos principais do mesmo e para esta finalidade será convocada uma assembleia geral.



Comun.

20

20

20

Tabionato Oliveira
SERVIÇO NOTARIAL

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice Prof. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 94261-020 Centro,
Telêmaco Borba. Fone (42) 3272-3750, Email: oliveiratabelionato@telmaco.com.br

--- Autenticação nº: 127611 ---

Autentico a presente cópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado
do que dou fé.

Telêmaco Borba, 28 de agosto de 2011. Hora: 16:01

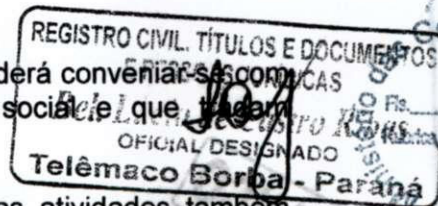
Em testemunho da verdade.

Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBAS

Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRG)



Artigo 4º. A AMCVT na realização de suas atividades poderá conveniar-se com entidades públicas ou privadas que atuem na área social e que ofereçam benefícios a sociedade como um todo.



Parágrafo único - A Associação para desenvolver suas atividades também contratará serviços e criará estruturas físicas necessárias, no limite de suas possibilidades financeiras.

Capítulo II

DA REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º. A Associação é Representada e administrada por:

- a) Diretoria Executiva;
- b) Assembléia Geral;
- c) Conselho Comunitário.

Artigo 6º. A Diretoria Executiva, terá os seguintes membros:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice -Presidente;
- c) Diretor 1º Secretário;
- d) Diretor 2º Secretário;
- e) Diretor 1º Tesoureiro;
- f) Diretor 2º Tesoureiro;
- g) Diretor Patrimonial;
- h) Diretor de Eventos;
- i) Diretor de Programação;
- j) Diretor de Marketing;
- k) Diretor Jurídico;
- l) Presidente do Conselho Comunitário.

Parágrafo Primeiro – O Presidente, o Vice-Presidente, os diretores e o Presidente do Conselho Comunitário não serão remunerados, mas terão ressarcidas as despesas decorrentes de suas atividades previstas neste Estatuto, quando comprovadas documentalmente, assim como, estarão isentos do pagamento de suas mensalidades como sócios enquanto perdurar seus mandatos.

Artigo 7º. O Presidente é o Chefe da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

- a) Representar a Associação nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele e executar medida de proteção; Exercer as funções inerentes ao cargo, movimentar conta bancária com o 1º Tesoureiro;
- b) Presidir as Assembléias Gerais;
- c) Nomeará pessoas para os departamentos que julgar necessário.

Artigo 8º. Vice - Presidente é o auxiliar direto do Presidente e seu substituto imediato;



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice Prof Reginaldo Guedes Nogueira, 415 - sala 02, CEP 94261-020, Fone: (42) 3272-3760, Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

--- Autenticação nº: 1216/11 ---

Autentico a presente cópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado
do que dou fé.

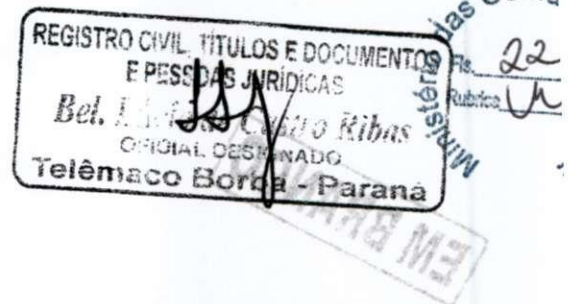
Telêmaco Borba, 28 de agosto de 2011. Hora: 15:04:01
Em testemunho da verdade.

Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBAS
Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRC)



Artigo 9º. Compete ao 1º Secretário:

- a) Secretariar as Assembléias Gerais e Reuniões;
- b) Guardar livros e organizar arquivos da Associação;
- c) Atender ao expediente geral.



Artigo 10º. Compete ao 2º Secretário:

- a) Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe foram atribuídas.

Artigo 11º. Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) Arrecadar e controlar dinheiro e títulos de qualquer natureza;
- b) Receber mensalidades dos associados;
- c) Efetuar pagamentos autorizados pelo Presidente;
- d) Movimentar juntamente com o Presidente as contas da Entidade.

Artigo 12º. Compete ao 2º Tesoureiro:

- a) Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Artigo 13º. Compete ao Diretor Patrimonial:

- a) Inventariar periodicamente os bens móveis e imóveis da Associação de forma a manter atualizado o controle patrimonial da entidade;
- b) Agregar ao controle patrimonial toda e qualquer aquisição de bens duráveis, sejam eles moveis ou imóveis adquiridos pela entidade;
- c) Manter controle digital e físico do patrimônio da entidade.

Artigo 14º. Compete ao Diretor de Eventos:

- a) Promover mediante aprovação do Presidente, atividades voltadas ao bem comum da comunidade, seja nas áreas de saúde, educação ou cidadania;
- b) Promover mediante aprovação do presidente, atividades voltadas às diversas datas alusivas e comemorativas no decorrer do ano;
- c) Buscar recursos em parceria com o Diretor de Marketing para viabilizar a promoção de eventos da entidade.

Artigo 15º. Compete ao Diretor de Programação:

- a) Administrar a programação da emissora de radiodifusão acompanhando o seu desempenho com base nos padrões definidos neste Estatuto e demais legislações pertinentes;
- b) Desenvolver programação anual adequada e voltada ao bem comum da comunidade buscando sempre a atualização dos interesses comuns da comunidade;
- c) Estudar e desenvolver novos talentos dentro da comunidade, promovendo a oportunidade de atuação para aqueles que despontarem.

[Handwritten signatures and initials are present in this section, including a large signature on the left and several smaller ones across the bottom.]



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice Prof. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020 - Centro,
Telémaco Borba, Fone (42) 3272-3750, Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

--- Autenticação nº: 121611 ---

Autentico a presente cópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado
do que dou fé.

Telémaco Borba, 28 de agosto de 2013, Hora: 15:24:0

Em testemunho da verdade.

Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBAS
Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRE)



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabeliã Designada
Rua Vice Pref. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020, Fone:
Telemaco Borba. Fone (42) 3272-3790. Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

--- Autenticação nº: 121611 ---

Autentico a presente cópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado
do que dou fé.

Telemaco Borba, 28 de agosto de 2013. Hora: 15:04:02

Em testemunho da verdade.

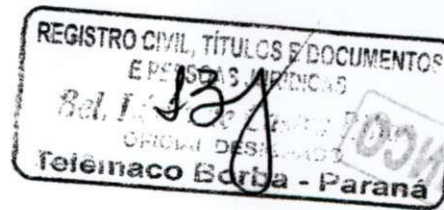
Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBAS

Emolumentos: R\$ 2.82(20,00 VRC)



Capítulo III

Dos Sócios



Ministério das Comun.
Re. 24
Rubrica

Artigo 22º. As Categorias são:

a) Domiciliares:

São todas as pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT e que venham integrar o quadro social, desde que comprovada sua idoneidade através de certidões negativas comumente requeridas em concursos e venda de imóveis ou a critério da Assembleia Geral.

a1) A definição dos valores da taxa de adesão, das mensalidades e das medidas quanto à inadimplência ficará a cargo da Assembleia Geral.

b) Beneméritos:

São as pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT e que venham integrar o quadro social por relevantes serviços prestados a Entidade.

b1) Os Sócios Beneméritos estão isentos de taxa de adesão e mensalidades e não tem direito a voto e não poderão ser votados.

Capítulo IV

Dos Direitos e Deveres dos Sócios

Artigo 23º. Aos sócios profissionais liberais e técnicos quando convocados pela associação para prestar serviços à entidade, estas tarefas serão voluntárias.

Artigo 24º. Os associados, pessoas físicas e jurídicas, terão direito a atendimento jurídico gratuitamente, os quais serão prestados por profissionais conforme artigo 4º e desde que disponibilizado pela AMCVT.

Parágrafo Único: Os associados não respondem pelas obrigações assumidas e/ou decorrentes do desempenho das atividades em nome da Associação, quer solidária, quer subsidiariamente.

Artigo 25º. Os associados, tem o dever de pagar pontualmente as contribuições que forem determinadas pela Assembleia Geral, sob pena de sanções previstas no presente Estatuto.

Artigo 26º. Os associados, pessoas físicas, tem o direito a voz e voto nas assembleias gerais, bem como o de concorrer a todos os cargos eletivos da Entidade.

Artigo 27º. Somente as pessoas jurídicas e as pessoas físicas, filiadas à Associação e com suas contribuições em dia, poderão usufruir dos benefícios citados no **Artigo 24º** do Capítulo IV deste Estatuto.

Artigo 28º. Os associados, pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e domiciliadas na localidade, tem o direito a voz e voto nas assembleias gerais, bem como o de

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice-Pref. Reginaldo Guedes Nocera, 419 - sala 02, CEP 84261-020, centro
Telemaco Borba, Fone (42) 3272-3750, Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

--- Autenticação nº: 121611 ---
Autentico a presente cópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado
do que dou fé.
Telemaco Borba, 28 de agosto de 2013. Hora: 15:04:02
Em testemunho da verdade.
Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBES
Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRC)



REGISTRO CIVIL TITULOS E DOCUMENTOS
Casais, mediante voto os
Escrutadores
Escr. L. 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834

Das Penalidades

EM BRAND

- a) Aquele que prejudicar as boas relações entre a Associação e qualquer outra entidade afim, bem como criar embaraço direta ou indiretamente à boa marcha das atividades da Associação;
- b) Aquele que faltar com respeito aos Diretores e seus delegados e Comissões, quando no exercício de suas funções;
- c) Aquele que for escalado a participar de eventos, festividades ou atividades oficiais, mesmo que provisoriamente e deixar de comparecer sem motivo claramente justificável;
- d) Aquele que desacatar as resoluções da Diretoria Executiva;
- e) Aquele que usar os preceitos, nome e os objetivos da Entidade de forma ilegal, em benefício próprio;
- f) Aquele que deixar de pagar as mensalidades em dia, com 60 dias de atraso, se sujeita a Exclusão;
- g) Aquele que concorrer com motivos contrários à moral, ética, usos e costumes da lei, fica sujeito à suspensão ou exclusão de acordo com a gravidade da conduta;
- h) Aquele que agir com parcialidade, pessoalidade e com interesse político partidário, usando os preceitos da entidade com a Comunidade e outras Entidades, será passível de expulsão nos termos do *caput* deste artigo.

insalubridade em dia, c
contrários à moral, é
a exclusão de acordo

- O que praticar qualquer ato qualificado pela lei como crimes ou contravenção penal, nas dependências da Associação ou fora dela.
- O que for condenado por crimes dolosos ou repugnantes;



Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 33º. A AMCVT não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeite, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade e/ou pessoas, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

Artigo 33º. A AMCVT não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeite, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade e/ou pessoas, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

 **Tabelionato Oliveira**
SERVIÇO NOTARIAL

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice-Pref. Reginaldo Guedes Nocera, 413 - Sala 02, CEP 84261-020, Curitiba
Telêmaco Borba, Fone (42) 3272-3750. E-mail: oliveiratabelionato@terra.com.br

--- Autenticação n°: 121611 ---

Autentico a presente cópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado
do que dou fé.

Telêmaco Borba, 28 de agosto de 2013. Hora: 15:04:02

Em testemunho da verdade,

Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBAS

Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRC)



Artigo 34º. De sua própria conveniência a Diretoria usará de suas atribuições de direito, para reformar Estatuto, apresentando à Assembleia Geral sua proposta de retificação, alteração ou exclusão de seus preceitos.

Artigo 35º. Na ausência do Presidente a Diretoria convocará reunião para decisões de emergência visando agilizar o bom andamento da entidade como um todo.

Artigo 36º. A Diretoria Executiva terá mandato de 04(quatro) anos, através de eleições convocadas com 30 (trinta) dias de antecedência e eleita em assembleia geral, podendo a atual diretoria, reeleger-se.

Capítulo VII

Do Patrimônio

Artigo 37º. As fontes de recursos que comporão o patrimônio da Entidade serão: contribuições sociais definidas em assembleias gerais, doações, auxílios e subvenções, bens móveis e imóveis, rendas e juros de depósitos bancários, patrocínios, etc.

Parágrafo Único: O patrimônio da AMCVT terá como destino o investimento em prol da ampliação na área de atendimento aos associados e na área de Radio Difusão Comunitária, não havendo a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados. Em caso de dissolução da Associação, após apuradas contabilmente sua liquidação social, o remanescente do seu patrimônio líquido será restituído em favor dos associados conforme a proporcionalidade das contribuições individuais prestadas ao patrimônio.

Capítulo VIII

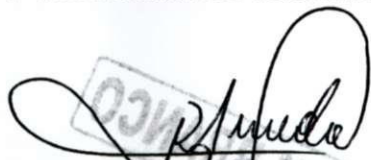
Das Considerações Finais


Artigo 38º. A AMCVT, para fins de direito, terá seu Estatuto e Ata, inscritos e registrados em cartório de registros e documentos da comarca de Telêmaco Borba - PR

Artigo 39º. O Presente **ESTATUTO** e seus artigos e capítulos, atendem aos fundamentos legais para seu perfeito intuito, de acordo com os princípios constitucionais, Artigos 170, Capítulo I, Título VII e parágrafo único.

Artigo 40º. O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro, revogadas as disposições em contrário. Em 20 de dezembro de 2010, a ATA foi aprovada em reunião na sede e foro sito à Rua Wenceslau Braz, 36 - Centro, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR.

Telêmaco Borba, 03 de agosto de 2011.


Reni Alves de Azevedo
Diretor Presidente


Dinizar Domingues
OAB/PR - 28.351



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice Prof. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020 - Borba - PR
Telémaco Borba, Fone (42) 3272-3750 - Email: oliveiratabelionato@terra.com.br

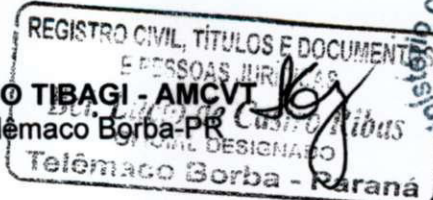
--- Autenticação nº: 121611 -----
Autentico a presente cópia fotostática por reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Telémaco Borba, 28 de agosto de 2013. Hora: 16:04:02
Em testemunho da verdade.
Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBAS
Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRC)

Reginaldo G. Nocera
Tabelionato Oli
Telémaco Borba

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT

Rua Wenceslau Braz, 36, CEP 84261-120, Centro, Telemaco Borba-PR

CNPJ/MF nº 01.753.926/0001-10



Diretor Presidente
Reni Alves de Azevedo
RG nº 3.129.161-5 PR
C.P.F. nº 411.839.839-72

EM BRANCO

Diretor Vice-Presidente
Ariolde Vieira da Rosa
RG nº 3.351.393/3
C.P.F. nº 457.874.689-53

Diretor 1º Secretário
Marcos Antonio Figueiredo
RG nº 4.272.184-0 PR
C.P.F. 547.427.579-04

EM BRANCO

Diretor 2º Secretário
Ines Dias Chaves
RG nº 1573778 SSP/PR
C.P.F. nº 709.518.379-15

Diretor 1º Tesoureiro
Luiz Alberto Dubiela da Cunha
RG nº 402.974.7 SSP/PR
C.P.F. nº 593.010.749-15

Diretor 2º Tesoureiro
Ronaldo Brunetti
RG nº 3.656.527-6
CPF 504.447.789-34

EM BRANCO

Diretor Patrimonial
Etelvino Mazari
RG nº 1.136.697 SSP/PR
CPF 204.963.119-72



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designada
Rua Vice-Pref. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - Sala 02, CEP 84261-020, Centro,
Telémaco Borba, Fone (42) 3272-3750. E-mail: oliveiratabelionato@telco.com.br

--- Autenticação nº: 121611 ---

Autentico a presente cópia fotostática por sua
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.

Telémaco Borba, 28 de agosto de 2013, Hora: 16:04:02
Em testemunho da verdade.

Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBAS
Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRC)





ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT


Rua Wenceslau Braz, 36, CEP 84261-120, Centro, Telêmaco Borba - Paraná
CNPJ/MF nº 01.753.926/0001-10


REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL DESIGNADO
Telêmaco Borba - Paraná

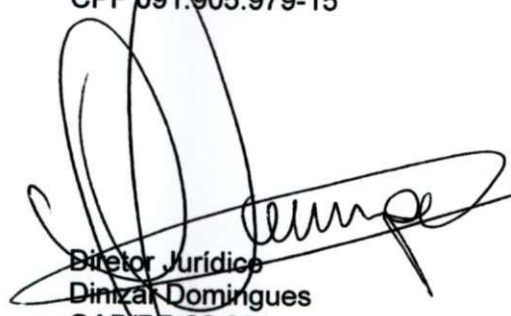
Ministério das Comunicações
Fis. 28
Rubrica


Diretor de Eventos
Eloisa Valeria dos Santos
RG nº 8.239.824-4 SSP/PR
CPF 044.782.369-84


Diretor de Programação
Marcelo Jose de M. Junior
RG nº 9.473.095-3
CPF 057.576.179-26


Diretor de Marketing
Benedito Alves Junior
RG nº 932.327 SSP/PR
CPF 091.905.979-15


Pres. Cons. Comunitário
José Carlos Medeiros
RG nº 4.440.459-1 PR
CPF nº 481.714.689-34


Diretor Jurídico
Dinizal Domingues
OAB/PR 28.351

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE
PESSOAS JURÍDICAS**

COMARCA DE TELÊMACO BORBA - PARANÁ

Protocolo nº 23638 Livro A-3

Averbado no Livro do nº 482

Fis. 290 Livro A-2 Res. Jurídicas

Em, 16 de 09 de 2014


OFICIAL DESIGNADA

**DOCUMENTO
FOI DISTRIBUIDO**
2356/2014

**REGISTRO CIVIL, TÍTULOS
E DOCUMENTOS**
Bel. Josiane B. de Castro Ribas
JURAMENTADA

**REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS**
Bel. Lúcio de Castro Ribas
OFICIAL DESIGNADO
Telêmaco Borba - Paraná


Bel. Josiane B. de Castro Ribas
JURAMENTADA
TÍT E DOC
E PESSOAS
JURÍDICAS
DPA62920

10


Tabelionato Oliveira
SERVIÇO NOTARIAL

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabeliã Designada
Rua Vice Prof Reginaldo Guedes Nocera, 415 - sala 02, CEP 84261-020, centro,
Telemaco Borba. Fone (42) 3272-3780, Email: oliveiratabelionato@terra.com

--- Autenticação nº: 121611 ---

Autentico a presente cópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.

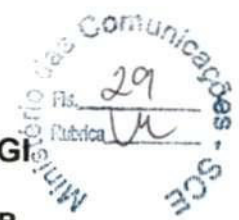
Telemaco Borba, 28 de agosto de 2013, Hora: 15:04:01
Em testemunho da verdade.

Escrevente Notarial - ANA CAROLINA DEBAS
Emolumentos: R\$ 2,82(20,00 VRC) + taxa R\$ 0,47 - Total: R\$ 3,29



ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI
AMCVT

Rua Wenceslau Braz, 36 - Centro - CEP 84.261-120 - Telêmaco Borba - PR
CNPJ/MF - 01 753 926/0001-10



RÁDIO COMUNITÁRIA VALE DO TIBAGI FM –
87,9 MHZ
GRADE DE PROGRAMAÇÃO / 2013

GRADE DE PROGRAMAÇÃO REVISADA EM 10/09/2013.

SEGUNDA A SEXTA FEIRA

1. **RANCHO DO VALE – 06h00 às 08h00 – Colaborador: Zé da Viola**
2. **JORNAL COMUNITÁRIO – 08h00 às 09h00 – Colaborador: Luizinho Lemes e Marcos Mello**
3. **MANHÃ FELIZ DA VALE – 09h00 às 11h00 – Colaborador: Marcos Mello**
4. **JORNAL DA VALE – 11h00 às 13h00 – Colaborador: Orlando Galvão e Luizinho Lemes**
5. **MOMENTO GOSPEL - 13h00 às 14h00 – Colaborador: Luizinho Lemes**
6. **DE MULHER PARA MULHER – 14h00 às 16h00 – Colaboradora: Mariza Alonso**
7. **TRANSMISSÃO NOVENA NSA SRA PERPÉTUO SOCORRO – 15h00 às 15h30 – quarta feira**
8. **COMANDO SERTANEJO – 16h00 às 17h30 – segunda-feira**
- 16h00 às 18h00 – terça-feira a sexta-feira
Colaborador: Guilherme Figueiredo
9. **TRANSMISSÃO DA REUNIÃO DO LEGISLATIVO (CÂMARA MUNICIPAL) 17h30 às 19h00 – segunda-feira**
10. **AVE MARIA - 18h00 às 18h05 – terça-feira a sexta-feira**
11. **PANORAMA ESPORTIVO – 18h05 às 19h00 – terça-feira a sexta-feira – Colaboradores: Samuel Carneiro**
12. **A VOZ DO BRASIL – 19h00 às 20h00**
13. **A NOITE DA VALE – 20h00 às 22h00 – Colaborador: Programação Computador**
14. **LOVE SONGS – 22h00 às 24h00 (segunda à sexta-feira) – Odair Andres**

SÁBADO



15. PROGRAMAÇÃO SERTANEJO RAIZ – 06h00 às 07h30
16. DESPERTANDO COM JESUS – 07h30 às 09h00 - Colaborador: Gasparino Mikuska
17. SÁBADO LEGAL – 09h00 às 13h00 – Colaborador: Nelson Santos
18. SENHOR, O QUE QUERES QUE EU FAÇA? – 13h00 às 14h00 – Colaborador: Marcos (Comunidade Poço de Jacó)
19. PROGRAMAÇÃO COMPUTADOR DIVERSAS – 14h00 às 15h00
20. É NO PAGODE – 15h00 às 16h00 – Colaborador Andrew Torrecilha
21. RINCÃO CAIPIRA - SERTANEJO RAIZ – MÚSICA AO VIVO – 16h00 às 17h00
22. PROGRAMAÇÃO COMPUTADOR – DIVERSAS -17:00 – 19H30
23. PROFETAS DO ROCK – 19h30 às 21h30 – Colaboradores: Sandro, Fábio e Anderson.
24. PROGRAMAÇÃO COMPUTADOR – VARIADAS - 21h30 às 23h00
25. POWER MIX – 23h00 às 00h00 – Colaborador: Anderson Toyon

DOMINGO

26. PROGRAMAÇÃO COMPUTADOR – RELIGIOSO - 08h00 às 10h00
27. PROGRAMAÇÃO COMPUTADOR – GAÚCHO – 10H00 às 12h00
28. PROGRAMAÇÃO COMPUTADOR – MUSICAL ALMOÇO – ROMÂNTICAS – 12h00 às 13h00
29. SERTANEJO AMIGO DO POVO – 13h00 às 16h00 – RODA DE VIOLEIROS – Colaboradores: Josiel e Josiane
30. ESPECIAL DOMINGO – CANTORES ESPECÍFICOS - 16h00 às 18h00
31. MARIAMA AMA VOCÊ – 18h00 às 19h30 – Colaboradores: Rodrigo, Almir e Jean e Edenilson.
32. TRANSMISSÃO DA SANTA MISSA – 19h30 às 20h40
33. PROGRAMAÇÃO COMPUTADOR - VARIADAS – 20h30 às 24h00

Observações:

- De hora em hora é irradiado o prefixo da rádio, gravado em estúdio;
- Em todas as programações ao vivo, informa-se a previsão do tempo e temperatura;


Gasparino Mikuska
Diretor Presidente - AMCVT




Lucimara Fernandes.
Diretora de Programação




Parecer do Conselho Comunitário sobre a Grade de Programação da Rádio Vale do Tibagi FM:

O Conselho Comunitário, abaixo nominado observa na grade de programação da Rádio Comunitária Vale do Tibagi FM e de seus colaboradores um trabalho imparcial e apertado, sem discriminação de qualquer natureza, criando mecanismos para a participação popular nas decisões que lhes afetam diretamente, contribuindo para o desenvolvimento da ação democrática em nossa cidade. Desta forma, aprovamos a presente grade de programação, bem como, os trabalhos de seus colaboradores.



Cooperativa dos Taxistas de Telêmaco Borba
Vincenzo Calzetta

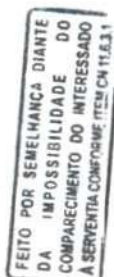

Conselho Particular de Monte Alegre (Asilo São Vicente de Paulo)
Nelson Garcia Motta


Associação de Moradores do Bairro Jardim União
Leuzenir Aparecida F. de Lima




Guarda Mirim de Telêmaco Borba
Osvaldo Sarnoski - Presidente
Associação Educacional Fanuel - Guarda Mirim de Telêmaco Borba -
Osvaldo Sarnoski


Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Telêmaco Borba -
APOSTE
Itagibe Stockler



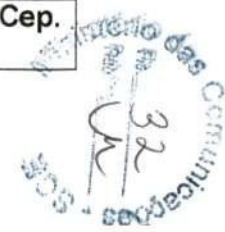
TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabelião Designat
Rua Vice-Pref. Reginaldo G. Nocera, 415 - sala 02, CEP 64261-000, cidade de
Telêmaco Borba, Fone: (42) 3272-9760, Email: oliveira@tabelionatooliveira.com.br
REC. No: 246447. Reconhece a(s) assinatura(s)
por SEMELHANÇA de:
(1) GASPARINO MIKUSZKA, (2) LUCIMARA FERNANDES DE
ANDRADE
Telêmaco Borba, 13 de setembro de 2013
Em testemunho da verdade
ANA CAROLINA DEBAS-Escritora Notarial
Emolumentos: R\$ 6,12 (21,73 VRC) + selo R\$ 0,47 - Total: R\$ 6,59



ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT
 Rua Wenceslau Braz, 36, CEP 84261-120, Centro, Telêmaco Borba-PR
 CNPJ/MF nº 01.753.926/0001-10

RELAÇÃO DE SÓCIOS

NOME	RG	CPF	ENDEREÇO
Arioldo Vieira da Rosa	3.351.393-3 SSP/PR	457.874.689-53	Rua Wenceslau Braz, 36 - Centro CEP: 84261-120
Reni Alves de Azevedo	3.129.161-5 SSP/PR	411.839.839-72	Rua Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 981 – Bairro Macopa, CEP: 84261-320
Benedito Alves Junior	932327 SSP/PR	091.905.979-15	Rua Guarani, 253 – Bairro BNH CEP: 84265-150
Marcos Antonio Figueiredo	4.272.184-0 SSP/PR	547.427.579-04	Rua Dr. Fábio Fanuchi, 28 - Centro CEP: 84291-290
José Carlos Medeiros	4.440.459-1 SSP/PR	481.714.689-34	Praça 13 de Maio, 116 – Bairro BNH CEP: 84265-520
Etelvino Mazari	1.136.697 – SSP/PR	204.963.119-72	Av. Des. Edmundo Mercer Jr, 276 – Centro CEP: 84261-010
Luiz Alberto Dubiela da Cunha	4.029.747-2 SSP/PR	593.010.749-15	Rua Leônidas Garcia Rodrigues, 566 – Centro CEP: 84211-030
Ronaldo Brunetti	3.656.527-6 SSP/PR	504.447.789-34	Av. Nossa Senhora da Luz, 381 – Centro CEP: 84.261-420
Eloisa Valeria dos Santos	8.239.824-4 SSP/PR	044.782.369-84	R. João Moraes da Silva, 273 – Centro 84.265-190
Marcelo Jose de Moraes Junior	9.473.095-3 SSP/PR	057.576.179-26	R. Inconfidência, s/n - Centro Cep. 84+261-610
Inês Dias Chaves	1.573.778 SSP/PR	709.518.379-15	R. Guarani, 253 – BNH 84.265-150
Dinizar Domingues	3.718.387.355 SSP/PR	541.075.399-20	Alameda Pasteur, 365, BNH Cep. 84.265-240
Gasparino Mikuska	4.693.179-3 SSP/PR	724.182.739-20	Av. Des. Edmundo Mercer Jr. 153, Centro Cep. 84.261-020



Lucimara Fernandes de Andrade	9.275.060-4 SSP/PR	050.258.629-06	Rua da Cruz, 31 – CEP. 84264-490
Aparecida Alves da Rosa	5.837.594-2 SSP/PR	830.221.049-87	Rua. Contorno, Chácara 13 Lt 22 São Luiz
Franciele de Lourdes Timóteo de Marques	10.009.229-9 SSP/PR	064.061.669-06	Rua Berilo, 282, São Francisco Cep. 84.264-656
Felipe Meireles Rodrigues	9.992.700-3 SSP/PR	066.220.049-78	Av. Paraná, 773, Centro Cep. 84.261-060
Juciane Perpétua Baena	6.480.728-5 SSP/PR	023.140.099-32	Rua Amador Bueno, 107, Centro Cep. 84.260-000
Rubis Francisco Schoemberger	1.808.597-6 SSP/PR	257.091.869-53	Rua Leônidas Garcia Rodrigues, 270, Centro Cep. 84.260-000
Vera Regina Gonçalves de Castro	9.865.644-8 SSP/PR	843.007.879-72	Rua Nereu Ramos, 125, Alto das Oliveiras Cep. 84.260-000
Reginaldo Castro	7.157.075-4 SSP/PR	029.455.539-02	Rua Dália, Frente ao nº 30, Rio Alegre Cep 84.260-000
Antonio Marco de Almeida	6.289.718-0 SSP/PR	001.321.999-55	Rua Vidal de Negreiros, ao lado nº30, Centro Cep. 84.261-560
Ademir Barbosa da Silva	4.764.387-2 SSP/PR	914.571.229-87	Rua José Martins, 96, São Francisco – Cep. 84.264-550
Leuzenir Aparecida F. de Lima	8.201.502-7 SSP/PR	809.622.899-49	Rua. São João, 156, Jd. União
Osvaldo Sarnoski – Ass. Educacional Fanuel	CNPJ 78.249.406/0001-08	-	Av. Osório de Almeida Taques, 520, Centro CEP. 84.261-060
Vincenzo Calzetta	399.220 SSP/PR	117.921.329-72	Rua Ceará, 36, Vila Osório
Itagibe Stockler	660.777 SSP/PR	007.621.219-04	R. Cedro, 244, Área 1 – Cep. 84268-000
Nelson Garcia Motta	2.010.683-2 SSP/PR	243.935.509-78	Rua.Lions Club, 302, Cem Casas Cep. 84.264-340
Fabio de Marques	8.611.945-5	038.228.729-03	Rua Berilo, 282, São Francisco – Cep.

Ofício nº 1363/2013 – GR03OR/GR03

Curitiba, 24 de setembro de 2013

À
Sr. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
COORDENADOR GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO R – 3º ANDAR – ANEXO – ALA OESTE
70044-900 - BRASÍLIA/DF

Assunto: **Pedido(s) referente(s) à Radiodifusão Comunitária**

Prezado Senhor,

1. Encaminhamos anexo, para as devidas providências, o(s) pedido(s) relacionado(s) abaixo, que foi(ram) protocolado(s) nesta Agência, referente à **Radiodifusão Comunitária**, objeto que não está coberto pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Agência Nacional de Telecomunicações-Anatel e o Ministério das Comunicações:

Protocolo	Interessado
535160052412013	Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi
535160053822013	Associação Cultural Rádio Comunitária Antoninense

Atenciosamente,


CELSON FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional da Anatel no Paraná

PROTOCOLO ANATEL-GR03/PR
Nº: 201390166872
DATA: 24/9/2013



ER

º ANDAR

MC



l) 3219-7000

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COOR
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
A/C SR. SAMIR AMANDO G. N. MAIA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO R
– ANEXO – ALA OESTE
CEP: 70044-900 **BRASÍLIA/DF**

Ofício ER03OT-1363/2013
SICAP 201390166872

Referência: RD-RADCO
9/24/20

AR

Rua Vicente Machado, nº 720 Batel Curitiba PR 80420-011 tel: (41) 3252-1000

<http://www.anatel.gov.br>

Ofício nº 1569/2013 – GR03OR/GR03

Curitiba, 6 de novembro de 2013

À
Sr. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
COORDENADOR GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO R – 3º ANDAR – ANEXO – ALA OESTE
70044-900 - BRASÍLIA/DF

Assunto: **Pedido(s) referente(s) à Radiodifusão Comunitária**

Prezado Senhor,

1. Encaminhamos anexo, para as devidas providências, o(s) pedido(s) relacionado(s) abaixo, que foi(ram) protocolado(s) nesta Agência, referente à **Rádiodifusão Comunitária**, objeto que não está coberto pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Agência Nacional de Telecomunicações-Anatel e o Ministério das Comunicações:

Protocolo	Interessado
53516.005595/2013	Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi

Atenciosamente,


CELSON FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional da Anatel no Paraná

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 066837/2013-19

SEAPA/SCE

13/11/2013-09:04

seane
1310

PROTOCOLO ANATEL-GR03/PR Nº: 201390192381 DATA: 06/11/2013
--



Requerimento Para Renovação Da Outorga Para Execução Do Serviço De Radiodifusão Comunitária

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações:

A Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, inscrita no CNPJ sob o nº 01.753.926/0001/10, com sede à Rua Wenceslau Braz, nº 36, Centro, na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, CEP 84.261-120, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 145 datada de 26 de março de 2001 e Decreto Legislativo nº 668 publicado no Diário Oficial da União datado de 1 de Setembro de 2003, processo nº 53740-1250/98, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a juntada do Laudo de Vistoria Técnica – Renovação de Outorga conforme Anexo 13 da Norma nº 1/2011, elaborado pelo Engenheiro Eletrônico Sr. Artur Bortoluzzi, CREA-RS 30966/D, datado em 01/10/2013 ao processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, já protocolado em 16/09/2013 sob nº 535160052412013 junto à ANATEL – GR 03 – PR.

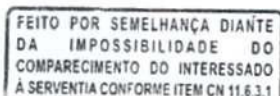
Telêmaco Borba, 03 de outubro de 2013.



Assinatura - Presidente da Entidade

Nome do representante da entidade: GASPARINO MIKUSKA

CPF: 724.182.739-20



TABELIONATO OLIVEIRA
CARLA BEATRIZ BRANDÃO OLIVEIRA - Tabela Designada
Rua Vice-Pref. Reginaldo G. Nogueira, 415 - sala 02 - CEP 84261-020, centro,
Telêmaco Borba, Fone: (42) 3272-3780. Email: oliveira.tabelionato@terra.com.br

REC. No: 250107. Reconheço a(s) assinatura(s)
por SEMELHANÇA de:
(1) GASPARINO MIKUSKA
Telêmaco Borba, 02 de outubro de 2013
Em testemunho da verdade.
ANA CAROLINA DEBAS-Escritora Notarial
Emolumentos: R\$ 3,06(21,73 VRC) + sst, R\$ 0,47 -- Total: R\$3,53



LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç ã O E M O V I M E N T O C O M U N I T Á R I O

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

V A L E D O T I B A G I 0 1 7 5 3 9 2 6 0 0 0 1 1 0

CGC

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R Á D I O V A L E D O T I B A G I F M 8 7 , 9

Portaria de Autorização nº 145 de 2001

Publicada no D.O.U de 23 de 07 de 2001

Decreto Legislativo nº 668 de 2003

Publicado no D.O.U de 01 de 09 de 2003

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A W E N C E S L A U B R A Z 3 6

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

T E L Ê M A C O B O R B A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

P R 2 4 ° 1 9 ' 3 3 " S 5 0 ° 3 7 ' 1 6 " W

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒ 324 m

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

A V E N I D A S A N T O S D U M O N T 1 8 1

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

T E L Ê M A C O B O R B A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

P R 2 4 ° 1 9 ' 4 3 " S 5 0 ° 3 7 ' 1 4 " W

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO) UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE
MONTEL SISTEMAS DE COMUNIC. LTDA
MODELO
MTFM98
POTÊNCIA DE FABRICA
25,0 watts
Nº HOMOLOGAÇÃO
026402-0312
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO
25,0 watts
POTÊNCIA MEDIDA
22,5 watts
FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO
87,9 MHz
FREQUÊNCIA MEDIDA
87,9 MHz

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE
MONTEL SISTEMAS DE COMUNIC. LTDA
MODELO
MTFM98
POTÊNCIA DE FABRICA
25,0 watts
Nº HOMOLOGAÇÃO
026402-0312
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO
25,0 watts
POTÊNCIA MEDIDA
25,0 watts
FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO
87,9 MHz
FREQUÊNCIA MEDIDA
87,9 MHz

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO ☒ SIM ☒ PRINCIPAL
AUXILIAR

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA
KIDASEN IND E COMÉRCIO
MODELO
FM2000
GANHO max (Gt)
0,0
ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO
30,0 m
ALTURA DA TORRE
30,0 m
ALTITUDE DO LOCAL
772,0 m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE
KMP-PIRELLI
MODELO
RGC213
COMPRIMENTO(L)
30,0 m
ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)
4,2 dB
PERDAS NA LINHA (PL)
1,26 dB
EFICIÊNCIA DA LINHA (η)
0,75

Perdas na linha (PL) = 1,26

Eficiência da linha (η) = 10

-(PL)
10

100

Potência efetivamente irradiada

$$ERP = 22,5 \cdot 1 \cdot 1 \cdot 0,75 \cong 16,8 \text{ W}$$

$$ERP = 10 \log 0,0168 = -17,7 \text{ dBK}$$

intensidade de campo no limite da área de serviço
 $E = 107 - 17,7 - 20 \log 1 = 89,3 \text{ dBu}$



8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

A intensidade de campo produzida pelo sistema irradiante da emissora, 89,3 dBu, é menor do que 91 dBu no limite da área de serviço (1km).

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Frequencímetro GOLDSTAR modelo FC 2130
Wattímetro DAIWA modelo CN801

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

ARTUR OSCAR TEIXEIRA BORTOLUZZI

ENDEREÇO

RUA FLAMBOYANT 746

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

ALTO ALEGRE

BAIRRO

CIDADE

UF

CASCAVEL PR

REG.CREA

FORMAÇÃO

RS30966 ENGENHARIA ELETRÔNICA

CEP

TELEFONE

FAX

85805-070 045-99226582

E-MAIL

artur.bortoluzzi@gmail.com

LOCAL

DATA

TELEMACO BORBA PR 01/10/2013

ASSINATURA



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 5496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS



ART Nº 20133934405
Obra ou Serviço Técnico
ART Principal



Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: ARTUR OSCAR T BORTOLUZZI (CPF: 199.976.200-20)
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO OPERAÇÃO MOD ELETRONICA.
Empresa contratada:

Nº Carteira: RS-30966/D
Nº Visto Crea: 7819
Nº Registro:

Contratante: ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI

CPF/CNPJ:
01.753.926/0001-10

Endereço: R WENCESLAU BRAZ 36 CENTRO
CEP: 84261120 TELEMARCO BORBA PR Fone: 42-32726494

Local da Obra: R WENCESLAU BRAZ 36
CENTRO - TELEMARCO BORBA PR

Quadra: Lote:
CEP: 84261120

Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Dimensão 1 SERV
Ativ. Técnica 6 VISTORIAS, PERÍCIAS, AVALIAÇÕES, ARBITRAMENTOS, LAUDOS

Área de Comp. 2302 EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Tipo Obra/Serv 656 RADIODIFUSÃO

Serviços 130 OUTROS

contratados

Dados Compl. 0

Guia N

ART Nº

20133934405

Data Início 01/10/2013

Data Conclusão 01/10/2013

Vlr Taxa R\$ 50,00 Entidade de Classe 0

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc
LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA DO SISTEMA IRRADIANTE DA EMISSORA COMUNITÁRIA DA ENTIDADE CONTRATANTE, PARA FINS DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Insp.: 4310
01/10/2013
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.

Central de Informações do CREA-PR 0800 410067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) é instituída pela Lei Federal 5496/77, e sua aplicação está regulamentada pela Resolução 1025/09.

Loterias CAIXA

Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL
JUNTA: sorteios de segunda-feira a sábado, às 14h
275-729220018-2
01/10/2013
14:18:13
TERM 034495
07.14.00247-2
LOCALIDADE: TELEMARCO BORBA
PR, VINCULADA: 0725
COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUEIO CAIXA
CÓDIGO DO CEDENTE: 81294
CÓDIGO NÚMERO: 240100020133934405
DATA DE VENCIMENTO: 11/10/2013
VALOR DO PAGAMENTO: 50,00
1049081290 43010200244
01339344051 6 58480000005000
275-729220018-2
VIA DO CLIENTE

IT=20133934405&CODREGTO=60890&SESSAO=MEsu8bka0al&RETI...

Profissional: ARTUR OSCAR T BORTOLUZZI

Guia referente à ART 20133934405

Contratante: ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI

CAIXA	10490.81290 43010.200244 01339.344051 6 58480000005000		
Agência/Código Cedente	Nosso número	Vencimento	Valor do documento
0373/081294-3	24010002013393440-5	11/10/2013	R\$ 50,00

Autenticação Mecânica



Requerimento Para Renovação Da Outorga Para Execução Do Serviço De Radiodifusão Comunitária

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações:

A Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, inscrita no CNPJ sob o nº 01.753.926/0001/10, com sede à Rua Wenceslau Braz, nº 36, Centro, na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, CEP 84.260-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 145 datada de 26 de março de 2001 e Decreto Legislativo nº 668 publicado no Diário Oficial da União datado de 1 de Setembro de 2003, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Telêmaco Borba, 09 de Setembro de 2013..

Assinatura / Presidente da Entidade

Nome do representante da entidade: GASPARINO MIKUSKA

CPF: 724.182.739-20



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



DESTINATÁRIO:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES –
COORD. GERAL RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA
A/C SR. SAMIR AMANDO G. N. MAIA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO R – 3º ANDAR – ANEXO –
ALA OESTE
CEP: 70044-900 **BRASÍLIA/DF**

Ofício ER03OT-1569/2013
SICAP 201390192381

Referência: RD-RADCOM-MC
11/6/2013



Rua Vicente Machado, nº 720 Batel Curitiba PR 80420-011 tel: (41) 3219-7000

<https://www.anatel.gov.br>





TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 21 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 21/08/2014, às 10:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0096886** e o código CRC **6CA01ABB**.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 724.182.739-20

Nome da Pessoa Física: GASPARINO MIKUSZKA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:26:09**: do dia **02/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **EBB5.8C33.E71A.9E6A**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 023.140.099-32

Nome da Pessoa Física: JUCIANE PERPETUA BAENA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:28:11** do dia **02/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **8B89.CAB3.7F07.9233**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 064.061.669-06

Nome da Pessoa Física: FRANCIELLE DE LOURDES TIMOTIO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:29:26** do dia **02/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **8910.A780.14CA3FF3**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 830.221.049-87

Nome da Pessoa Física: APARECIDA ALVES

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:30:35** do dia **02/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **B826.C666.9629.572C**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 257.091.869-53

Nome da Pessoa Física: RUBIS FRANCISCO SCHOEMBERGER

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:31:36** do dia **02/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **ED43.690E.5C35.E19D**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 843.007.879-72

Nome da Pessoa Física: VERA REGINA GONCALVES DE CASTRO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:33:10** do dia **02/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **E3DC.A183.3E99.A280**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 066.220.049-78

Nome da Pessoa Física: FELIPE MEIRELES RODRIGUES

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:34:02**: do dia **02/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **839D.9F44.469F.CDB3**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 029.455.539-02

Nome da Pessoa Física: REGINALDO CASTRO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:34:56** do dia **02/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **463E.7BC4.B1F5.F691**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 050.258.629-06

Nome da Pessoa Física: LUCIMARA FERNANDES DE ANDRADE

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:35:40** do dia **02/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **E93C.CC68.525A9ED1**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 038.228.729-03

Nome da Pessoa Física: FABIO DE MARQUES

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:36:39** do dia **02/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **2D34.DAA8.5F80.FD21**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 001.321.999-55

Nome da Pessoa Física: ANTONIO MARCO DE ALMEIDA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:37:43** do dia **02/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **0D66.A53A.0D9B.0F69**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: ANTONIO MARCO DE ALMEIDA

Inscrição: 064816510663

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1 PPS	PR	TELÊMACO BORBA	14/05/2013

Certidão emitida às 14:27:11 de 02/09/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **NKBT.BQBP.ELFC.JP XK**



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **ANTONIO MARCO DE ALMEIDA (título eleitoral: 064816510663)** é **SECRET. GERAL (exercício 21/10/2013 a 31/10/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PPS - 23 PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**
Órgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - TELÊMACO BORBA/PR**
Vigência: **Início: 21/10/2013 Final: 31/10/2015**
Código: **CXZW.SUV+.2PM9.FHYG.**
Certidão emitida às: **02/09/2014 14:29:31**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 9391/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.057576/2013-38**

Processo de Outorga nº: 53740.001250/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Telêmaco Borba/PR**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação do artigo 22, item "a" e subitens "a1" e "b1", pois condiciona o ingresso do associado através de documentos que comprovem idoneidade, prevê a cobrança de taxa de adesão aos associados e limita o direito a votar e ser votado dos sócios beneméritos, ao disposto no item 8.3, alíneas "b", "c" e "d" da Norma nº 1/2011. O Estatuto Social deverá, ainda, conter disposições de acordo com as transcrições a seguir:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

j) indicar as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio, observadas as disposições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

8.3. *Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:*

*b) **assegurem o ingresso gratuito**, como associado, de **todo e qualquer cidadão** domiciliado na área de execução do serviço;*

*c) assegurem a **todos os seus associados**, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, **o direito de votar e ser votado** para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*

*d) assegurem **o ingresso gratuito**, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;

IV. Diante da documentação constante dos autos de seu processo, constatou-se que a Entidade indicou, por meio de alguns documentos, cargos da diretoria divergentes uns dos outros, conforme abaixo:

- No artigo 6º do Estatuto Social encaminhado consta que a Diretoria Executiva, terá os seguintes membros: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor 1º Secretário, Diretor 2º Secretário, Diretor 1º Tesoureiro, Diretor 2º Tesoureiro, Diretor Patrimonial, Diretor de Eventos, Diretor de Programação, Diretor de Marketing, Diretor Jurídico e **Presidente do Conselho Comunitário**;

- Na Ata de Eleição, datada de 12/08/2013, consta a eleição da diretoria para os cargos de: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Diretor Patrimonial, Diretor de Eventos, Diretor de Programação, Diretor de Marketing e Diretor Jurídico.

Desta forma a entidade deverá definir qual a sua real composição da diretoria e encaminhar a comprovação da retificação nos

documentos em que esteja disposta de modo divergente, observando ao disposto no item 21.4 da Norma nº 01/2011.

*"21.4. A entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária deverá instituir um Conselho Comunitário composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, **excluída a própria entidade executora do serviço**, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro, de 1998."*

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto no **art. 11 da Lei 9612/98**, vez que **o Diretor Jurídico da entidade, senhor Antonio Marco de Almeida, filiado ao partido PPS, qualifica-se como Membro Secretário Geral do órgão partidário municipal, conforme certidões do TSE (0115196)**, motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** os itens apontados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do artigo 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:01, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 26/09/2014, às 07:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0115206** e o código CRC **0359B88F**.



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 -
São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 10090/2014/SEI-MC

São Paulo, 02 de setembro de 2014

Ao Senhor

GASPARINO MIKUSZKA

Representante Legal da Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi

Rua Wenceslau Braz, 36 - Centro

CEP: 84260-000 / Telêmaco Borba - PR

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057576/2013-38.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9391/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:02, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



0115928 e o código CRC **91E04C0D**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 10090/2014/SEI-MC

São Paulo, 02 de setembro de 2014

Ao Senhor

GASPARINO MIKUSZKA

Representante Legal da Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi

Rua Wenceslau Braz, 36 - Centro

CEP: 84260-000 / Telêmaco Borba - PR

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057576/2013-38.

DESTINATAIRE

UF PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'EMPLOYÉ

Fernando Luiz Kremes
Ag. Correios - At. Dist/Col
Matrícula 8.558.650-1

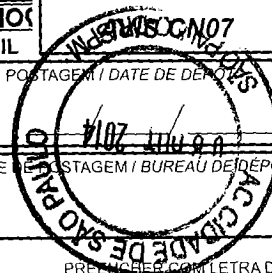
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

 CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO	AR
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT		



JH 32643347 0 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ / : h	/ / : h	/ / : h
------------	------------	------------

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DE MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 NO ESTADO DE SÃO PAULO
 RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA
 FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680
 CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO
 RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

**ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI -
AMCVT**

Rua Wenceslau Braz, 36, CEP 84261-120, Centro, Telêmaco Borba-PR
CNPJ/MF nº 01.753.926/0001-10

Telêmaco Borba, 10 de Novembro de 2014

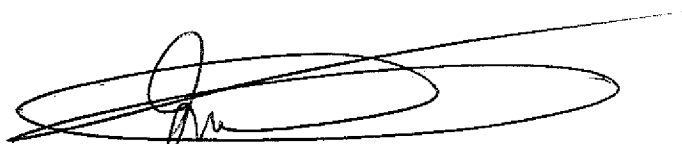
Att. Sr. Thiago Galvão, Delegado

Ao Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Atendendo o que requer o Ofício nº 10090/2014/SEI-MC, estamos encaminhando documentação para juntar ao Processo de origem nº 53000.057576/2013-38.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'G' followed by a horizontal line and a small flourish.

Gasparino Mikuska
Diretor Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ
RG: 10.149.607-4

POLEGAR DIREITO

Douglas Noga Alves

ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL: **10.149.607-4** DATA DE EXPEDIÇÃO: 01/08/2013

NOME: **DOUGLAS NOGA ALVES**

FILIAÇÃO: JOAQUIM ALVES
ROSELI NOGA ALVES

NATURALIDADE: TELEMACO BORBA/PR DATA DE NASCIMENTO: 02/07/1991

DOC. ORIGEM: COMARCA=TELEMACO BORBA/PR, DA SEDE
C.NASC=32520, LIVRO=29A, FOLHA=11V

CPF: 064.539.349-57

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

Tabelionato Oliveira
SERVIÇO NOTARIAL

Carla Beatriz Brandão Oliveira - Tabelião Designada
R. Vice-Pref. Reginaldo Guedes Nocera, 415 - Sala 02 - Fone: 3201-020
Telemaco Borba/PR - Tel: (42) 3272-3750 - carla@oliveira.net.br

---AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158041---
Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.
Telemaco Borba, 23 de outubro de 2014, 13:26:16

KARINE RODRIGUES PONTES MARTINS - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,14(20,00) + selo: R\$ 0,52 - Total: R\$3,66

SELO
FUNARPEN
Lar 13.228 de 18/07/2001

TABELIONATO
DE
NOTAS
FCP01059

9001301870



14.632.472-8

14.632.472-8

EM BRANCO

EM BRANCO

**COPEL**

Copel Distribuição S.A.
Rua José Izidoro Biazotto, 158
81200-240 Curitiba - PR
CNPJ 04.368.899/0001-06
IE 90.233.073-99 IM 423.582-4



0800 51 00 116

Unidade Consumidora

ROSELI NOGA ALVES

27384535

R DO CONTORNO, 21

Vencimento

CEP: 84260001

TELEMAGO BORBA - PR

CPF: 94622710975

Valor a Pagar
R\$

Tarifa: Societ de Energia Elétrica Criada pela Lei No. 10.439 de 20/04/2002

Responsabilidade de Manutenção de Suminação Pública: Município 6239041552

PROGRAMA DE VENCIMENTO

No Medidor: 0654305201 - MONOFASICO

Mes Referência: 07/2014

Lectura Anterior	Lectura Actual	Medido	Constante de Multiplicación	Total	Consumo	Data
10/05/2014	09/07/2014	28 dias	1,00	101 kWh	3,48 kWh	09/07/2014
35537	35538	01 kWh				

Proxima Lectura Prevista: 05/08/2014

RESIDENCIAL BAIXARENDA

Conjunto: TELEMAGO BORBA

Mes 06/2014

Tensão Contratada:

	DIC	FIC	DMC	EUSD (R\$)	
Realizado Mensal:	1,39 h	2,00	0,90 h	6,34	127 volts
Limite Mensal:	7,66 h	3,92	4,31 h		Limite fixa adequada de Tensão: 118 - 133 volts
Limite Trimestral:	7,66 h	3,92			
Limite Anual:	7,66 h	3,92			

Histórico de Consumo e Pagamento

Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto	Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto
JUN/14	94	10/05/2014	ABR/14	97	09/04/2014
MAI/14	102	09/05/2014			

Media 3 últimos consumos: 97 kWh

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - 1255370 Serie B

Emitida em 09/07/2014

Produto	Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01	ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	30	0,051000	1,53	1,53	0,00%
02	ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	30	0,057657	1,73	1,73	0,00%
03	ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	1	0,120000	0,12	0,12	0,00%
04	ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	30	0,042666	1,28	1,28	0,00%
05	ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	70	0,073128	5,12	5,12	0,00%
06	ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	1	0,100000	0,10	0,10	0,00%
07	DEV LUZ FRATERNAL				-14,32		
Base de Cálculo do ICMS			0,00	Valor ICMS	0,00	Valor Total da Nota Fiscal	0,00

Composição dos Valores

Energia	1,53
Distribuição	1,73
Transmissão	0,12
Tributos	0,54
Encargos	1,18
TOTAL	14,32

Reservado ao Fisco

R\$130,51A8,80BE,CA72,6DFF,4DD2,2063,331C

INCLUSO NA FATURA PIS/COFINS NO VALOR DE R\$ 0,64 CONFORME RES. ANEEL 93/2005.
27.06.2014-9h: AUDIENCIA PUBL CONS. CONSUMIDORES - R. BRASÍLIO D. COSTA 1703-CTBA
VIOLENCIA CONTRA CRIANÇA E CRIME. DISQUE 181

A PARTIR DE 2015 VIGORARÁ O SISTEMA DE BANDEIRAS TARIFARIAS: A BANDEIRA VERDE
NÃO IMPLICARÁ COBRANÇA ADICIONAL. AS BANDEIRAS AMARELA OU VERMELHA, QUANDO
ACIONADAS, IMPLICARÃO TARIFAS DE MAIOR VALOR, DEVIDO AO MAIOR CUSTO DE GERAÇÃO.
NO MES DE JULHO VIGORARÁ A BANDEIRA AMARELA, A QUAL IMPLICARÁ R\$0,015/KWH DE
ACRESCIMO AO VALOR DA TARIFA, LIQUIDO DE TRIBUTOS. MAIS INFORMACÕES EM
WWW.ANEEL.GOV.BR

Telefone Ouvidoria Copel: 0800 547 0605 - Telefone ANEEL: 167 (Ligação gratuita de telefones fixos
e tarifada na origem para celulares)

Vencimento: *****

Valor a pagar: R\$ *****

Controle	Numero de identificação	Mes	FS [1.7.41.4]
01-20141519982888-54	27384535	07/2014	

PROGRAMA LUZ FRATERNAL - O VALOR DE R\$ 14,32 ESTÁ SENDO PAGO PELO GOVERNO DO
ESTADO DO PARANÁ.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DOUGLAS NOGA ALVES
CPF: 064.539.349-57

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 14:32:44 do dia 24/10/2014 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/04/2015.
Código de controle da certidão: **23DA.FEF2.EC9E64C2**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 12491172-04

Certidão fornecida para o CPF/MF: 064.539.349-57

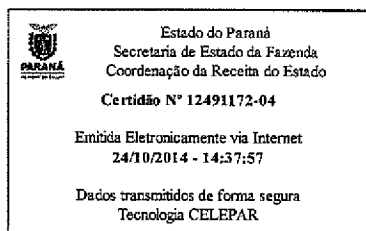
Este CPF/MF não consta nos cadastros da Secretaria da Fazenda do Paraná.

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do requerente, nesta data.

Finalidade: Simples verificação

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Esta Certidão tem validade até 21/02/2015 - Fornecimento Gratuito



Certidão

7b7629470982b4384e77d616ea04b271



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
DOUGLAS NOGA ALVES

OU

contra o CPF:
064.539.349/57

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 24/10/2014 às 07:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 22/10/2014 às 11:11
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 24/10/2014 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 24/10/2014 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/10/2014 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 23/10/2014 às 20:00

Certidão emitida em: 24/10/2014 às 14:48 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle 7b7629470982b4384e77d616ea04b271



Certidão

 [imprimir]

1cf1699c6b4a9c760e8792b570559f10



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

DOUGLAS NOGA ALVES

OU

contra o CPF:

064.539.349/57

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIAS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal e de APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 24/10/2014 às 02:20
- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 24/10/2014 às 10:01

Certidão emitida em: 24/10/2014 às 14:47 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua autenticidade na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle 1cf1699c6b4a9c760e8792b570559f10





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 064.539.349-57

Nome da Pessoa Física: DOUGLAS NOGA ALVES

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **14:56:59** do dia **24/10/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **4E5E.AEA3.5281.1472**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DOUGLAS NOGA ALVES

CPF: 064.539.349-57

Certidão nº: 66039196/2014

Expedição: 24/10/2014, às 14:52:16

Validade: 21/04/2015 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que DOUGLAS NOGA ALVES, inscrito(a) no CPF sob o nº 064.539.349-57, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ
RG: 4.949.848-9

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL: 4.949.848-9

DATA DE EXPEDIÇÃO: 27/09/2011

NOME: SONIA APARECIDA LACERDA JANGADA

FILIAÇÃO: LODIR DE JESUS LACERDA
ANICE FONSECA LEITE LACERDA

NATURALIDADE: TELEMARCO BORBA/PR

DATA DE NASCIMENTO: 16/11/1974

DOC. ORIGEM: COMARCA=TELEMARCO BORBA/PR, DA SEDE
C.CAS=6426, LIVRO=21B, FOLHA=276

CPF: 014.384.399-03

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

NEWTON TADEU ROCHA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLÁSTIFICAR

Tabelionato Oliveira

Carla Beatriz Brandão Oliveira - Tabelião Designada

R. Vice-Pref. Rinaldo Guedes Nogueira, 415 - Sala 02 - CEP: 8-261-020

Telemarco Borba/PR - Tel.: (42) 3272-3750 - carla@oliveira-tabelionato.com.br

---AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158192---

Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.

Telemarco Borba, 24 de outubro de 2014, 15:12:25

KARINE RODRIGUES PONTES MARTINS - Escrevente Notarial

Emolumentos: R\$ 3,14(20,00) + selo: R\$ 0,52 - Total: R\$3,66



9001101602



13.661.574-3

13.661.574-3

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
SONIA APARECIDA LACERDA

Nº de inscrição
014384399-03

Data de Nascimento
16/11/74

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, válida e exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Nome: SONIA APARECIDA LACERDA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Entido em: 31/07/83

Tabelionato Oliveira

Carla Beatriz Brandão Oliveira - Tabelião Designada

R. Vice-Pref. Rinaldo Guedes Nogueira, 415 - Sala 02 - CEP: 8-261-020

Telemarco Borba/PR - Tel.: (42) 3272-3750 - carla@oliveira-tabelionato.com.br

---AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158192---

Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.

Telemarco Borba, 24 de outubro de 2014, 15:12:25

KARINE RODRIGUES PONTES MARTINS - Escrevente Notarial

Emolumentos: R\$ 3,14(20,00) + selo: R\$ 0,52 - Total: R\$3,66





Copel Distribuição S.A.
Rua José Izidoro Brazão, 153
81200-240 - Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
IE 80.233.073-98 IM 423.952-4



www.copel.com
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

SONIA APARECIDA LACERDA

R CINCO DE JULHO, 185

CEP: 84266430

TELEMACO BORBA - PR

CPF: 01438439903

86567366

Vencimento
23/10/2014

Valor a Pagar
R\$ 35,81

Responsabilidade de Manutenção de Iluminação Pública: Município 4239041692

Existem débitos vencidos que sujeitam sua unidade consumidora ao corte no fornecimento de energia. Se, após o corte, não ocorrer religação nos 3 meses seguintes, seu contrato com a Copel será encerrado. Neste período, haverá cobrança conf. legislação vigente. Se a pendência estiver paga, favor desconsiderar esta mensagem.

Referência Valor
09/2014 31,98

No Medidor: 0312155186 - MONOFASICO

Mes Referência: 10/2014

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de	Tota	Consumo	Data
03/09/2014	03/10/2014	30 dias	Multiplicação	Faturado	Medio/Dia	Apresentação
787	870	73 kWh	1,00	73 kWh	2,43 kWh	03/10/2014

Proxima Leitura Prevista: 04/11/2014

RESIDE/RESIDENCIAL

Condições de Qualidade ES (V, f, A, S)

Conjunto: TELEMACO BORBA	Mes 08/2014	Tensão Contratada:			
DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)	127 volts	
Realizado Mensal:	0,00 h	0,00	0,00 h	13,43	Limite faixa adequada de Tensão:
Limite Mensal:	7,66 h	3,92	4,31 h		116 - 133 volts
Limite Trimestral:	15,32 h	7,85			
Limite Anual:	30,65 h	15,70			

Historico de Consumo e Pagamento

Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto.	Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto.
SET/14	63	PENDENTE	JUL/14	120	22/07/2014
AGO/14	97	28/08/2014			

Media 3 ultimos consumos: 93 kWh

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA no. 517935 Serie B

Emitida em 03/10/2014

Produto	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	73	0,282328	20,61	20,61	29,00%
02 ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	73	0,208219	15,20	15,20	29,00%
Base de Calculo do ICMS:		35,81	Valor ICMS:	10,39	Valor Total da Nota Fiscal: 35,81	
Composicao dos Valores						
Energia			Reservado ao Fisco			
Distribuicao						
Transmissao						
Tributos						
Encargos						
TOTAL						
A676.ADA3.3F73.7E47.40F2.329E.BAE2.9F30						

INCLUSO NA FATURA PIS/COFINS NO VALOR DE R\$ 1,60. CONFORME RES. ANEEL 93/2005
MANTENHA SUAS CONTAS EM DIA. EVITE MULTA DE 2% E JUROS (IGPM + 1%)
DEBITOS: 12/2013 R\$ 6,27 09/2014 R\$ 31,98

Estado do Paraná



Comarca de Telêmaco Borba

Registro Civil

LENIR DE CASTRO RIBAS - OFICIAL

Ofício de Registro Civil de Casamentos, Nascimentos e Óbitos

Juramentados: Lúcio de Castro Ribas
Oswaldo Sedlak

CASAMENTO Nº 6.426

CERTIFICO, que às fls. 276 do livro nº E/21,
consta o registro do casamento de "MARIO AUGUSTO FRANCO JANGADA" e
"SÔNIA APARECIDA LACERDA", -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-
contraído perante o cidadão Nicolau José Adad, Sul, Juiz de Paz, -x-x-
em data de 27 de novembro de 1.993, -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-
e as testemunhas constantes do termo, -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-
-x-
Ele, nascido em Guaravera, Londrina, Paraná, aos -21-
de outubro de 1.965, profissão de comércio, -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-
estado civil solteiro, residente nesta cidade, -x-x-x-x-x-x-x-x-x-
filho de Nagibe Franco Jangada e Nair Aparecida Jangada, brasilei-
ros, casados, residentes em Rio Novo, Reserva, Paraná, -x-x-x-x-
Ela, nascida em Monte Alegre, Telêmaco Borba, Paraná, aos -16-
de novembro de 1.974, profissão de comércio, -x-x-x-x-x-x-x-x-x-
estado civil solteira, residente nesta cidade, -x-x-x-x-x-x-x-x-x-
filha de Lenir de Jesus Lacerda e Anice Fátima Leite Lacerda, bra-
sileiros, casados, residentes nesta cidade, -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

A contraente em virtude do casamento passa a assinar-se
"SÔNIA APARECIDA LACERDA JANGADA", -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

Foram apresentados os documentos a que se refere o Ar-
tigo 180, nº 1, 2, 3 e 4, do Código Civil Brasileiro.

OBSERVAÇÕES: Casamento realizado sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL
DE BENS, -x-
-x-
-x-

LENIR DE CASTRO RIBAS

OFICIAL

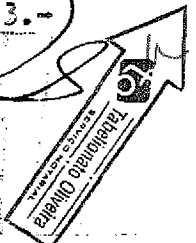
Registro Civil, Tit. Documentos
e Pessoas Jurídicas

TELÊMACO BORBA - PR

O referido é verdade e dou fé.

Telêmaco Borba, 27 de novembro de 1993.

emmy alio
A OFICIAL



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

 **Tabelionato Oliveira** *Carla Beatriz Brandão Oliveira - Tabeliã Casionada*
SERVIÇO NOTARIAL R. Vica-Pref. Reginaldo Guedes Nocêra, 415 - Sala 02 - CEP: 84261-020
Telêmaco Borba-PR - Tel.: (42) 3272-3750 - carla@oliveira-tabelionato.com.br

--- AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158192 ---
Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.
Telêmaco Borba, 24 de outubro de 2014, 15:12:26

KARINE RODRIGUES PONTES MARTINS - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,14(20,00) + selo: R\$ 0,52 -- Total: R\$3,66

Lei 13.226 de 18/07/2001
SELO
FUNARPEN
TABELIONATO
DE
NOTAS
F0P01294



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SONIA APARECIDA LACERDA
CPE: 014.384.399-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 04:17:36 do dia 23/10/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/04/2015.

Código de controle da certidão: **6F26.9CDD.44F0.ADB1**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

SONIA APARECIDA LACERDA CPF: 014.384.399-03

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

TELEMACHO BORBA

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Contribuinte: 56206 - SONIA APARECIDA LACERDA

Endereço: Rua 05 DE JULHO, 165 - Bairro BAIRRO SOCOMM - CEP 84.265-430

Código de Controle

DAA1YUJXSXFE6091

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

<http://www.pmtb.pr.gov.br>

Telemachó Borba (PR), 24 de Outubro de 2014

Avenida HORACIO KLAHIN, 37 - CENTRO
Telemachó Borba (PR) - CEP: 84.261-240 - Fone: (42) 3271-1000

Página 1 de 1

Certidão

b4ba5ee540b72ddf6c2ad86a3d5475e7



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

SONIA APARECIDA LACERDA

OU

contra o CPF:

014.384.399/03

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal e de APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 24/10/2014 às 02:20
- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 24/10/2014 às 10:01

Certidão emitida em: 24/10/2014 às 14:49 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua autenticidade na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **b4ba5ee540b72ddf6c2ad86a3d5475e7**



Certidão

039adf00b33d2b2aaa9177e4848978a4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
SONIA APARECIDA LACERDA

OU

contra o CPF:
014.384.399/03

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 24/10/2014 às 07:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 22/10/2014 às 11:11
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 24/10/2014 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 24/10/2014 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/10/2014 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 23/10/2014 às 20:00

Certidão emitida em: 24/10/2014 às 14:49 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle 039adf00b33d2b2aaa9177e4848978a4





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 014.384.399-03

Nome da Pessoa Física: SONIA APARECIDA LACERDA

Situação Cadastral: REGULAR

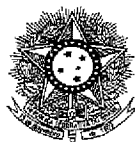
Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **14:54:24** do dia **24/10/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **186E.D2B4.A7A3.0376**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SONIA APARECIDA LACERDA

CPF: 014.384.399-03

Certidão nº: 66039124/2014

Expedição: 24/10/2014, às 14:51:33

Validade: 21/04/2015 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SONIA APARECIDA LACERDA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **014.384.399-03**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

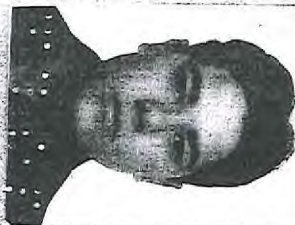
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



Felipe M. Rodrigues
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AMERICAN BANK NOTE LTD.

REGISTRO
GERAL

9.992.700-3

DATA DE
EXPEDIÇÃO

19/01/2004

NOME

FELIPE MEIRELES RODRIGUES

FILIAÇÃO

REGINALDO MEIRELES RODRIGUES

ELIANE BRUCH RODRIGUES

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

TELEMACO BORBA/PR

22/12/1988

DOC ORIGEM

COMARCA=TELEMACO BORBA/PR, DA SEDE

C.NASC 28568, LIVRO=A74, FOLHA=120V

CPF

CURITIBA-PR

ASSINATURA DO DIRETOR - BPR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

AMERICAN BANK NOTE LTD.



Tabelionato Oliveira

SERVIÇO NOTARIAL

Carla Beatriz Brandão Oliveira - T.ºcelia D.º
R. Vice-Prod. Reginaldo Guadalupe Nodari, 415 - Sala 02 - CEP: 84.200-000
Telemaco Borba, PR - Tel.: (41) 3272-3750 - e-mail: carla@tabelionatooliveira.com.br

---AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 159042---

Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.

Telemaco Borba, 04 de novembro de 2014, 15:40:53

KARINE RODRIGUES PONTES MARTINS - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,14(20.00) + selo: R\$ 0,52 -- Total: R\$3,66



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO
GERAL

5.837.594-2

DATA DE
EXPIRAÇÃO

20/01/2006

NOME APARECIDA ALVES DA ROSA

FILIAÇÃO

ANTÔNIO MENINO ALVES
MARIA JANDIRA MOREIRA

NATURALIDADE

ARAPOTI/PR

DATA DE NASCIMENTO

13/06/1972

DOC ORIGEM

CONARCA-TELEMACO BORBA/PR, DA SEDE
C.CAS 1504, LIVRO-047, FOLHA-119

CPF

830.221.049-87

CURITIBA-PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

CISSONE CALZADARICA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Reginaldo G. Nocerá, 415 - Sala 2

Tabelionato Oliveira

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS FC099927

SELO

SELO

SELO

SELO

SELO

SELO

SELO

SELO

SELO

SELO

SELO

SELO

SELO

SELO

SELO

Tabelionato Oliveira
SERVIÇO NOTARIAL

---AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158940---
Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.
Telêmaco Borba, 04 de novembro de 2011, 09:31:30

KARINE RODRIGUES PONTES MARTINS - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,14(20,00) + selo: R\$ 0,52 -- Total: R\$3,66

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

POLEGAR DIREITO

Gasparino Mikuszka
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.693.179-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/07/1986

NOME
GASPARINO MIKUSZKA

FILIAÇÃO
ANTONIO MIKUSZKA
TATIANA LEUX MIKUSZKA

NATURALIDADE
TELEMAGO BORBA/PR DATA DE NASCIMENTO
07/12/1970

DOC ORIGEM COMARCA=TELEMAGO BORBA/PR, DA SEDE
C.NASC 15886, LIVRO=20, FOLHA=71

CPF

CURITIBA-PR

ASSINATURA DO DIRETOR *Douglas Hartwig*
Bel. Douglas Hartwig

LEI Nº 116 DE 29/08/83

Tabelionato Oliveira
SERVIÇO NOTARIAL
Carla Brant Branda Oliveira - Tabela Designada
R. Visconde Ruy Barbosa, 415 - Sala 42 - CEP: 84030-100
Telemaco Borba/PR - Tel: (41) 3722-7150 - E-mail: carla@tabelionatooliveira.com.br

--- AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158695 ---
Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.
Telemaco Borba, 30 de outubro de 2014, 15:13:20

ANA CAROLINA DEBAS - Escrivão Notarial
Emolumentos: R\$ 3,4 (20,00) - selo: R\$ 0,12 - Total: R\$3,66



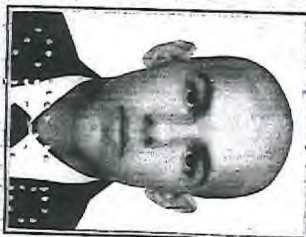
EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POLEGAR DIREITO



FABIO DE MARQUES
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

INTERPRINT LTDA.

REGISTRO
GERAL

8.611.945 5

DATA DE
EXPEDIÇÃO 28/03/2001

NOME

FABIO DE MARQUES

FILIAÇÃO

MAURO DE MARQUES

MARIA DE FATIMA MARQUES

NATURALIDADE

TELEMACO BORBA/PR

DATA DE NASCIMENTO

02/11/1983

DOC. ORIGEM

COMARCA=TELEMACO BORBA/PR, DA SEDE

C.NASC 18866, LIVRO=16A, FOLHA=88

CPF

038.228.729-03

CURITIBA - PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SR. PAULO ERNESTO ARAUJO CURIA
DIRETOR - I/PR



Tabelionato Oliveira

SERVIÇO NOTARIAL

Carla Beatriz Brandão Oliveira - Tabelã Designada
R. Vice-Pref. Reginado Guedes Nogueira, 415 - Sala 02 - CEP: 84261-020
Telémaco Borba/PR - Tel.: (42) 3272-3730 - carla@oliveirajur.com.br

---AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158344---

Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.

Telémaco Borba, 27 de outubro de 2014, 16:28:40

KARINE RODRIGUES PONTES MARTINS - Elicrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,14(20,00) + selo: R\$ 0,32 -- Total: R\$3,66



EM BRANCO

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 10.009.299-9

POLEGAR DIREITO

Iran Marques

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 10.009.299-9 DATA DE EXPEDIÇÃO: 25/09/2010

NOME: **FRANCELLE DE LOURDES TIMOTIO DE MARQUES**

FLIAÇÃO: EIR MENDES TIMOTIO
MARIA APARECIDA MIRANDA TIMOTIO

NATURALIDADE: TELEMACO BORBA/PR DATA DE NASCIMENTO: 30/07/1988

DOC. ORIGEM: COMARCA=TELEMACO BORBA/PR, DA SEDE
C.CAS=2582, UNIO=118A, FOLHA=2

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

UN Nº 7.116 DE 20/03/88

Tabellionato Oliveira Carla Beatriz Brandão Oliveira - Tabelã Designada
R. Vice-Prof. Reginoldo Guedes Nocera, 415 - Sala 02 - CEP: 84201-920
Telemaco Borba/PR - Tel: (42) 3272-3780 - carla@oliveiratabellionato.com.br

SERVIÇO NOTARIAL

---AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158344---
Autentico a presente fotocópia fotostática por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Telemaco Borba, 27 de outubro de 2014, 16:28:48

KARINE RODRIGUES PONTES MARTINS - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,14(20,00) - selo: R\$ 0,52 -- Total: R\$3,66

SELO FUNARPEN

Lei 13.226 de 18/07/2001

TABELIONATO DE NOTAS

FCP01545

EM BRANCO

EM BRANCO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ
RG: 1.808.597-6



POLEGAR DIREITO



Rubis Francisco Schoemberger

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL: 1.808.597-6

DATA DE EXPEDIÇÃO: 15/04/2010

NOME: RUBIS FRANCISCO SCHOEMBERGER

FILIAÇÃO: RUY SCHOEMBERGER

DILCE FREIRE SCHOEMBERGER

NATURALIDADE: TELEMACHO BORBA/PR

DATA DE NASCIMENTO: 06/10/1955

DOC. ORIGEM: COMARCA=TELEMACHO BORBA/PR, DA SEDE
C.CAS=4316, LIVRO=21, FOLHA=116

CPF: 257.091.889-63

CURITIBA/PR



ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR



Tabelionato Oliveira

SERVIÇO NOTARIAL

Carla Beatriz Brandão Oliveira - Tabelião Designada
R. Vice-Prof. Reginaldo Guedes Nóbrega, 415 - Sala 02 - CEP: 84261-000
Telemaco Borba/PR - Tel: (42) 3272-9750 - carla@oliveiratabelionato.com.br

---AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158194---

Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.

Telemaco Borba, 24 de outubro de 2014, 15:15:48

KARINE RODRIGUES PONTES MARTINS - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,14(20,00) + selo: R\$ 0,52 -- Total: R\$3,66



9001000440



12.876.481-2

12.876.481-2

EM BRANCO

EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POLEGAR DIREITO



Lucimara Fernandes Andrade
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

INTERPRINT LTDA.

REGISTRO
GERAL

9.275.060-4

DATA DE
EXPEDIÇÃO 27/04/2001

NOME

LUCIMARA FERNANDES DE ANDRADE

FILIAÇÃO

AMADOR DE JESUS ANDRADE

VALACIR FERNANDES DE ANDRADE

NATURALIDADE

TELEMACO BORBA/PR

DATA DE NASCIMENTO

28/08/1984

DOC. ORIGEM

COMARCA=TELEMACO BORBA/PR, DA SEDE
C.NASC 20480, LIVRO=17A, FOLHA=192V

CPF

CURITIBA - PR

DR. PAULO ERNESTO ARAUJO CUNHA
DIRETOR - LI/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

INTERPRINT LTDA.



Tabelionato Oliveira

SERVICO NOTARIAL

Carla Beatriz Brandão Oliveira - Tabelião Designado
R. Vice-Ref. Reginaldo Guedes Macêdo, 415 - Sala 02 - CEP: 84261-720
Telémaco Borba/PR - Tel: (41) 3272-3750 - carla@oliveiratabelionato.com.br

---AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158192---

Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.

Telémaco Borba, 24 de outubro de 2014, 15:12:25

KARINE RODRIGUES PONTES MARTINS - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,14(20,00) + selo: R\$ 0,52 -- Total: R\$3,66



EM BRANCO

EM BRANCO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

nomes

ARIVAL MARQUES DE CASTRO
VERA REGINA GONÇALVES DE CASTRO

Matrícula

084954 01 55 1972 2 00015 047 0003047 13

Nome completo de solteiro, datas e locais de nascimento, nacionalidade e filiações dos cônjuges

ARIVAL MARQUES DE CASTRO, nascido aos 02 de novembro de 1948, natural de Ortigueira-PR, de nacionalidade brasileira, solteiro, Do comércio, filho de ALBERTO MARQUES DE CASTRO e de MARIA LIMA DE CASTRO, residente e domiciliado em Telêmaco Borba-PR **

VERA REGINA INCHAUSTI GONÇALVES, nascida aos 20 de fevereiro de 1956, natural de Rosario do Sul-RS, de nacionalidade brasileira, solteira, Estudante, filha de EDEN PRATES GONÇALVES e de HELIDA INCHAUSTI GONÇALVES, residente e domiciliada em Telêmaco Borba-PR **

Data do registro do casamento (por extenso)

Treze de maio de um mil e novecentos e setenta e dois **

Dia
13

Mês
05

Ano
1972

Regime de bens do casamento

Comunhão Parcial de Bens **

Nome que cada um dos cônjuges passou a utilizar (quando houver alteração)

VERA REGINA GONÇALVES DE CASTRO **

Observações / Averbções

Casamento celebrado na Hotel Ikapê, na Harmonia, perante o Juiz de Paz. Custas: R\$18,38 (VRC 175,00), Selo Funarpen: R\$1,00. **

Nome do Oficial

Cartório Castro Ribas

Oficial Registrador

Lucio de Castro Ribas

Município e Comarca / UF

Município e Comarca de Telemaco Borba -
Estado do Paraná

Endereço

Travessa Reinaldo Martins de Oliveira, 45
Centro - Caixa Postal 122 - CEP: 84.261-710
Fone: (42) 3272-1638

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Telêmaco Borba-PR, 10 de agosto de 2010.

Lucio de Castro Ribas
Oficial Designado



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



---AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158127---
Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.
Telêmaco Borba, 24 de outubro de 2014, 10:21:30

ANA CAROLINA DEBAS - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,14(20,00) + selo R\$ 0,52 - Total: R\$3,66



Estado do Paraná



Comarca de Telêmaco Borba

Registro Civil

LENIR DE CASTRO RIBAS - OFICIAL

Ofício do Registro Civil de Casamentos, Nascimentos e Óbitos

Lenir de Castro Ribas

OFICIAL

Registro Civil, Tit. Documentos
e Pessoas Jurídicas

TELÊMACO BORBA - PR

Lúcio de Castro Ribas

Oswaldo Sedlak

CASAMENTO N.º 5.911

CERTIFICO, que às fls. 61 do livro n.º B/20,
consta o registro do casamento de ADEMIR BARBOSA DA SILVA e
ZENIR DA CONCEIÇÃO FORTES.-
contraído perante o cidadão Nicolau José Adad-Juiz de Paz
em data de 21 de setembro de 1991 (mil, novecentos e noventa e um)
e as testemunhas constantes do termo

Ele, nascido em Telêmaco Borba, Paraná aos -22-
de setembro de 1971, profissão servente
estado civil solteiro, residente nesta cidade
filho de HAMILTON BARBOSA e MARIA ADOTIVA BARBOSA, brasileiros, -
residentes nesta cidade.-

Ela nascida em Reserva, Paraná aos -08-
de dezembro de 1969, profissão do lar
estado civil solteira, residente nesta cidade
filha de SERVINO BUENO FORTES e CASTURINA DO AMARAL FORTES, bra-
sileiros, casados, residentes nesta cidade.-

A contraente em virtude do casamento passa a assinar-se
- ZENIR DA CONCEIÇÃO FORTES DA SILVA -

Foram apresentados os documentos a que se refere o Ar-
tigo 180, n.º 1, 2, 3 e 4 do Código Civil Brasileiro.

OBSERVAÇÕES: O casamento foi realizado sob o regime de Comunhão Par-
cial de Bens.-

O referido é verdade e dou fé.

Telêmaco Borba, 21 de setembro de 19 91

A OFICIAL



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



Tabelionato Oliveira

SERVIÇO NOTARIAL

Carla Beatriz Brandão Oliveira - Tabelião Designada
R. Vice-Pref. Reginaldo G. Nodda, 415 - Sala 02 - CEP: 34261-020
Telêmaco Borba-PA - Tel.: (42) 3272-3730 - carla@oliveira.com.br

---AUTENTICAÇÃO CÓDIGO 158448---

Autentico a presente fotocópia fotostática por ser
reprodução fiel do original que me foi apresentado,
do que dou fé.

Telêmaco Borba, 28 de outubro de 2014, 15:29:59

KARINE RODRIGUES PONTES MARTINS - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,14(20,00) + selo: R\$ 0,52 -- Total: R\$3,66





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, PESSOA JURÍDICAS
MUNICÍPIO E COMARCA DE TELÊMACO BORBA – ESTADO DO
PARANÁ

Lucio de Castro Ribas
Oficial Designado

Trav. Reinaldo Martins de Oliveira, 45 Centro - Caixa Postal 122 – CEP
84.261-970 – Telêmaco Borba – Paraná



C E R T I D ã O

CERTIFICO que, em 09/04/1997 foi registrado às fls.290 do L ° A-1
Pessoas Jurídicas sob o nº 432 o estatuto social do “**ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO
COMUNITARIO VALE DO TIBAGI - AMCVT.**”

CERTIFICO mais, que em 03/02/1998 foi registrado a Primeira
Alteração, em 28/08/2002 foi registrado a Segunda Alteração, em 23/10/2009 a Terceira
Alteração, em 24/02/2011 a Quarta alteração, em 16/09/2011 foi registrado a Quinta
alteração e em 23/12/2014 a Sexta Alteração e os documentos apresentados estão de
acordo com os artigos 120 e 121 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973, e foram
averbadas ao lado do registro primitivo.

CERTIFICO AINDA, que os documentos foram conferidos e
vistados pela representante da OAB-Pr nº59. 624 Sonia Aparecida Lacerda Jangada.

O referido é verdade e dou fé.

Telêmaco Borba, 23 de dezembro de 2014.


Josiane Bertoldi de Castro Ribas
Escrevente Juramentada

REGISTRO CIVIL, TÍTULOS
E DOCUMENTOS
Bel. Josiane B. de Castro Ribas
JURAMENTADA

REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS
Bel. Lucio de Castro Ribas
OFICIAL DESIGNADO
Telêmaco Borba - Paraná

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
zXIgx.KAHAI.xowwH
Controle:
8g3CT.gfNS
Consulte esse selo em
<http://funarpen.com.br>

Ilmo. Sr. Oficial do Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Telêmaco Borba – PR




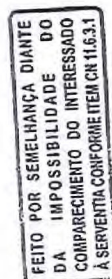
A Entidade Civil denominada ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI, com sede à Rua. Wenceslau Braz, nº 36, CEP 84261-120, Centro, nesta cidade de Telêmaco Borba – PR, por seu representante, infra assinado, vem requerer a V. Ss. o registro da Sexta Alteração do seu Estatuto Social, bem como da Ata da Assembléia Geral, para cujo fim representa os documentos anexos, em 2 (duas) vias de igual teor.

Nestes termos,

P. Deferimento

Telêmaco Borba, 10 de Novembro de 2014.


Gasparino Mikuska
Diretor Presidente



REC. No: 328875. Reconheço a(s) assinatura(s)
por SEMELHANÇA de:
(1) GASPARINO MIKUSZKA
Telêmaco Borba, 07 de novembro de 2014
Em testemunho da verdade.
ANA CAROLINA DEBAS-Escritvante Notarial
Emolumentos: R\$ 3,41(21,72) + selo: R\$ 0,52 – Total: R\$3,93
SELO DIGITAL Nº foDn6.gTg3q.nZQry, Controle: 3shzB.kQPS
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br/>





ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI- AMCVT PARA A 6ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL em ATENDIMENTO AO OFÍCIO Nº 10090/2014/SEI-MC DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Aos 21(vinte e um) dias do mês de outubro do ano de 2014, às 20:00 horas, na sede da entidade, sito à Rua Wenceslau Braz, 36, centro, nesta cidade de Telêmaco Borba, Paraná, reuniram-se, conforme convocação realizada nos termos do Estatuto, os associados da AMCVT, sob a presidência do Sr. Gasparino Mikuska, verificando o comparecimento de todos, foi dado início a Assembléia com a leitura da ordem do dia: Aprovação da 6ª Alteração do Estatuto, Exclusão do Diretor Antonio Marco de Almeida, e definição da real composição da Diretoria Executiva em conformidade com o Art. 6º do Estatuto Social: **1. Alteração e Aprovação do Novo Estatuto em atendimento ao ofício 10090/2014/SEI-MC do Ministério das Comunicações, datado de 02 de setembro de 2014** para adequação da legislação do Serviço de Radiodifusão Comunitária e outras providências em respeito ao disposto no item 8.3, alíneas "b", "c" e "d" da Norma 01/2011. Para tanto, as seguintes alterações foram realizadas: a) alteração do Art. 22º, o qual passou a ter a seguinte redação: *"Artigo 22º. As Categorias são: a) Domiciliares: São todas as pessoas físicas (cidadãos) ou jurídicas sem fins lucrativos, domiciliadas e/ou sediadas na área de execução do serviço da AMCVT e que venham integrar o seu quadro social. a1) é assegurado o ingresso na AMCVT de forma gratuita, os quais, estando em dia com suas obrigações estatutárias, terão o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, sendo que as pessoas jurídicas sem fins lucrativos exercerão tais direitos através de seus representantes legais. b) Beneméritos: São as pessoas físicas (cidadãos) ou jurídicas sem fins lucrativos, domiciliadas e/ou sediadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT e que venham integrar o quadro social por relevantes serviços prestados a Entidade. b1) os Sócios Beneméritos estão isentos de mensalidades, e terão os mesmos direitos dos sócios domiciliares, inclusive de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, sendo que as pessoas jurídicas sem fins lucrativos exercerão tais direitos através de seus representantes legais". b) Inclusão de capítulo e artigos referentes à dissolução da Associação, os quais tem a seguinte redação: "Capítulo VIII - DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO. Artigo 38º No caso de dissolução da associação, a Diretoria Executiva procederá a liquidação, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento das*

Lucimara

Outros (origem externa) (0316287) SEI 53900.001422/2015-18 / pg. 34



dívidas, e todos os demais atos de disposições que estime necessários. Art. 39º Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, conforme deliberação de seus associados, será destinado à outra entidade de fins não econômicos com finalidade idêntica ou semelhante às suas"; c) Renumeração dos artigos e capítulos posteriores àqueles que foram inseridos nas alterações estatutárias ora executadas. A 6ª Alteração do Estatuto Social foi lida na sua íntegra, discutido e aprovado por unanimidade com todas as alterações que se fizeram necessárias para o cumprimento das exigências do Ministério das Comunicações e legais, conforme exemplar que acompanha a presente como parte integrante da mesma e será arquivado no Cartório de registro Civil de Pessoas Jurídicas.

2. Exclusão do Diretor Antonio Marco de Almeida, o qual se dá pelo fato de que não era de conhecimento dos membros da AMCVT de que este estava registrado junto ao TSE como Secretário Geral do órgão municipal do partido PPS. Indagado sobre o assunto, este afirmou que na época desconhecia que tal fato seria impedimento para fazer parte da diretoria da associação, concordando inclusive com a sua imediata exclusão. Sendo assim, por unanimidade, ficou decidido pela exclusão do diretor Antonio Marco de Almeida, o qual não terá mais nenhum vínculo diretivo com a AMCVT a partir da presente data. Por outro lado, passará a exercer o cargo de diretor jurídico em substituição ao membro ora excluído a Sra. Sonia Aparecida Lacerda Jangada.

3. Em detrimento à divergência apontada através do Ofício supracitado, fica assim definida a real composição da Diretoria Executiva, tudo em conformidade com o disposto no Art. 6º do Estatuto Social e eleição já realizada em 12 de Agosto de 2013, retificando a Ata lavrada naquele ato:

Diretor Presidente Gasparino Mikuska; Diretor Vice Presidente Douglas Noga Alves; Diretor 1º Secretário Francielle De Lourdes Timotio de Marques; Diretor 2º Secretário Aparecida Alves da Rosa; Diretor 1º Tesoureiro Rubis Francisco Schoemberger; Diretor 2º Tesoureiro Vera Regina Gonçalves de Castro; Diretor Patrimonial Felipe Meireles Rodrigues; Diretor de Eventos Reginaldo Castro; Diretor de Programação Lucimara Fernandes de Andrade; Diretor de Marketing Fabio Marques; Diretor Jurídico Sonia Aparecida Lacerda Jangada e Presidente do Conselho Comunitário José Carlos Medeiros. Isso porque, além da exclusão do diretor supramencionado, também foi efetivada a exclusão da Diretora Juciane Perpétua Baena, a qual se dá por sua própria solicitação por motivo de foro íntimo. Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a presente Assembléia. Eu, Francielle De Lourdes Timotio de Marques, secretária lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai assinada por mim, pelo Presidente e por todos os demais presentes inclusive o Presidente do Conselho Comunitário.



Gasparino Mikuska
Presidente



Juciane P. Baena
Vice - Presidente



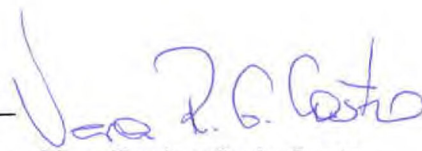
Francielle de L. T. de Marques
1º Secretário



Aparecida Alves da Rosa
2º Secretário



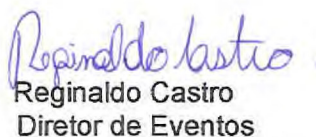
Rubis F. Schoemberger
1º Tesoureiro



Vera Regina G. de Castro
2º Tesoureiro



Felipe M. Rodrigues
Diretor Patrimonial



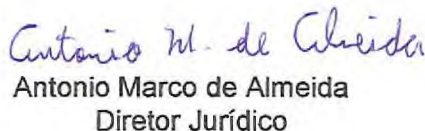
Reginaldo Castro
Diretor de Eventos



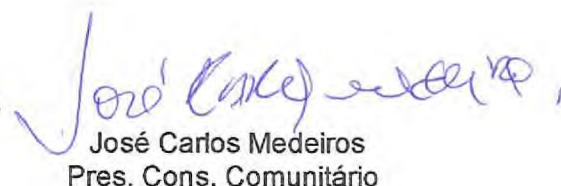
Lucimara Fernandes de Andrade
Diretor de Programação



Fábio Marque
Diretor de Marketing



Antonio Marco de Almeida
Diretor Jurídico



José Carlos Medeiros
Pres. Cons. Comunitário



**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS**

Comarca do Telêmaco Borba - Paraná
Protocolo Nº 25337 Fls. 49 Livro A -3
Registro Nº 18109 Fls. 60 Livro 3-78
Data 23 de 12 de 20 14

OFICIAL DESIGNADA

**REGISTRO CIVIL, TÍTULOS
E DOCUMENTOS**
Bel. Josiane B. de Castro Ribas
JURAMENTADA



SEXTA ALTERAÇÃO

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT



Capítulo I

Artigo 1º. A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI com sede e foro jurídico sito à Rua Wenceslau Braz, 36, Centro, CEP 84261-120, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR, terá seu prazo de duração por tempo indeterminado.

Item I

A **AMCVT/** é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social, atuando nos âmbitos municipal, distrital e regional, abrangendo a comunidade natural formada pelos seus habitantes. Constituída apartidária, sem discriminação de raça, sexo ou atividade profissional, é criada nesta data para organizar, congregar e otimizar a participação popular nas decisões da cidade, para que haja avanço democrático da sociedade; contribuir para a elevação do nível de conscientização quanto a direitos e deveres dos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com ou sem participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários, para que as populações da cidade possam melhorar suas condições de vida e trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. Utilizará para seus objetivos a prestação de serviços de Rádio Difusão Comunitária operando em FM (Frequência Modulada) na sintonia de MHz, baixa potência, a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, lazer, social, científico, esportes, sem fins lucrativos, entre outros o apoio cultural para satisfazer os encargos da Associação e a sua necessária expansão de acordo com o que dispõe o artigo 13 do parágrafo 2º do Decreto Lei 1.720 de 28/12/95 e conforme o artigo 5º inciso IX e LXVIII da Constituição de 1988, e artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos inserido no Pacto de San José da Costa Rica em 22 de dezembro de 1969 inserido no artigo 13 C/C 74 parágrafo 2 (Decreto Presidencial 678/92). Tudo dentro dos limites fixados e formas estabelecidas em Legislação específica.

Parágrafo Único – A AMCVT poderá impetrar Ação Civil Pública para defender os interesses do Patrimônio Público, Meio Ambiente e de todos os cidadãos da comunidade.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Lucimara and others, along with a circled number 1.]

Item II

Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:



1. Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística, cultural e de cidadania.
2. Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades.
3. Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em transitório ou permanente, das famílias residentes, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas.
4. Promover a educação social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do município, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.
5. Ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidade dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo a condições de cidadania.

§ Parágrafo Único - Para alcançar seus objetivos a **AMCVT** atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, conferências, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizados. Publicará circulares, boletins, noticiosos, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando desenvolvimento e consolidando sob sua responsabilidade, ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais vigentes.

Artigo 2º. Para o cumprimento do item I do Artigo 1º a **AMCVT** realizará reuniões em sua sede ou em locais onde houver representações ou comissões designadas previamente pela diretoria em qualquer localidade do Estado do Paraná.

Artigo 3º. O presente Estatuto poderá ser modificado, desde que as alterações obedeçam os objetivos principais do mesmo e para esta finalidade será convocada uma assembléia geral.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature that appears to read 'Lauamara'.

Artigo 4º. A AMCVT na realização de suas atividades poderá conveniar-se com entidades públicas ou privadas que atuem na área social e que tragam benefícios a sociedade como um todo.

Parágrafo único - A Associação para desenvolver suas atividades também contratará serviços e criará estruturas físicas necessárias, no limite de suas possibilidades financeiras.



Capítulo II

DA REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º. A Associação é Representada e administrada por:

- a) Diretoria Executiva;
- b) Assembléia Geral;
- c) Conselho Comunitário.

Artigo 6º. A Diretoria Executiva, terá os seguintes membros:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice -Presidente;
- c) Diretor 1º Secretário;
- d) Diretor 2º Secretário;
- e) Diretor 1º Tesoureiro;
- f) Diretor 2º Tesoureiro;
- g) Diretor Patrimonial;
- h) Diretor de Eventos;
- i) Diretor de Programação;
- j) Diretor de Marketing;
- k) Diretor Jurídico;
- l) Presidente do Conselho Comunitário.

Parágrafo Primeiro – O Presidente, o Vice-Presidente, os diretores e o Presidente do Conselho Comunitário não serão remunerados, mas terão ressarcidas as despesas decorrentes de suas atividades previstas neste Estatuto, quando comprovadas documentalmente, assim como, estarão isentos do pagamento de suas mensalidades como sócios enquanto perdurar seus mandatos.

Artigo 7º. O Presidente é o Chefe da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

- a) Representar a Associação nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele e executar medida de proteção; Exercer as funções inerentes ao cargo, movimentar conta bancária com o 1º Tesoureiro;
- b) Presidir as Assembléias Gerais;
- c) Nomeará pessoas para os departamentos que julgar necessário.

Artigo 8º. Vice - Presidente é o auxiliar direto do Presidente e seu substituto imediato;



Artigo 9º. Compete ao 1º Secretário:

- a) Secretariar as Assembléias Gerais e Reuniões;
- b) Guardar livros e organizar arquivos da Associação;
- c) Atender ao expediente geral.

Artigo 10º. Compete ao 2º Secretário:

- a) Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe foram atribuídas.

Artigo 11º. Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) Arrecadar e controlar dinheiro e títulos de qualquer natureza;
- b) Receber mensalidades dos associados;
- c) Efetuar pagamentos autorizados pelo Presidente;
- d) Movimentar juntamente com o Presidente as contas da Entidade.

Artigo 12º. Compete ao 2º Tesoureiro:

- a) Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Artigo 13º. Compete ao Diretor Patrimonial:

- a) Inventariar periodicamente os bens móveis e imóveis da Associação de forma a manter atualizado o controle patrimonial da entidade;
- b) Agregar ao controle patrimonial toda e qualquer aquisição de bens duráveis, sejam eles moveis ou imóveis adquiridos pela entidade;
- c) Manter controle digital e físico do patrimônio da entidade.

Artigo 14º. Compete ao Diretor de Eventos:

- a) Promover mediante aprovação do Presidente, atividades voltadas ao bem comum da comunidade, seja nas áreas de saúde, educação ou cidadania;
- b) Promover mediante aprovação do presidente, atividades voltadas às diversas datas alusivas e comemorativas no decorrer do ano;
- c) Buscar recursos em parceria com o Diretor de Marketing para viabilizar a promoção de eventos da entidade.

Artigo 15º. Compete ao Diretor de Programação:

- a) Administrar a programação da emissora de radiodifusão acompanhando o seu desempenho com base nos padrões definidos neste Estatuto e demais legislações pertinentes;
- b) Desenvolver programação anual adequada e voltada ao bem comum da comunidade buscando sempre a atualização dos interesses comuns da comunidade;
- c) Estudar e desenvolver novos talentos dentro da comunidade, promovendo a oportunidade de atuação para aqueles que despontarem.



Artigo 16º. Compete ao Diretor de Marketing:

- a) Promover a divulgação da entidade buscando atender o seu cunho social e comunitário;
- b) Buscar recursos à título de apoios culturais e/ou doações para a promoção de eventos programados pela entidade e voltados aos interesses sociais e comunitários.

Artigo 17º. Compete ao Diretor Jurídico:

- a) Assessorar juridicamente os atos da Diretoria Executiva.

Artigo 18º. Compete ao Pres. do Conselho Comunitário:

- a) Substituir interinamente a Presidência, na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente;
- b) Levar as deliberações do Conselho Comunitário nas reuniões da Diretoria e Assembléia Geral.

Artigo 19º. Compete a Assembléia Geral:

- a) A Assembléia Geral ocorrerá para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e o que o estatuto prever.
Parágrafo único: Para concorrer ao quadro diretivo os associados deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, maiores de idade ou emancipados e, ainda, residentes na área da comunidade atendida pela estação de radiodifusão.
- b) Para as deliberações a que se referem à destituição dos administradores e alteração do estatuto é, exigido assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será de 2/3 (dois terços) dos presentes em segunda convocação, em primeira convocação somente com maioria absoluta, bem como os critérios de eleição dos administradores.
- c) A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente por, no mínimo, um quinto dos associados.

Artigo 20º. Conselho Comunitário é Órgão Consultivo e Fiscalizador, competindo-lhe assessorar o Presidente, interpretar o Estatuto, apreciar atos da Administração Geral e o que dispuser a Lei nº 9.612/98. O conselho será composto no mínimo de 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade.

Artigo 21º. Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Fiscalizar o andamento de cada secretaria da entidade;
- b) Emitir parecer quanto à prestação de contas, quando solicitado;
- c) Participar das Assembléias e das Comissões Gerais.

Capítulo III

Dos Sócios



Artigo 22º. As Categorias são:

a) Domiciliares:

São todas as pessoas físicas (cidadãos) ou jurídicas sem fins lucrativos, domiciliadas e/ou sediadas na área de execução do serviço da AMCVT e que venham integrar o seu quadro social.

a1) é assegurado o ingresso na AMCVT de forma gratuita, os quais, estando em dia com suas obrigações estatutárias, terão o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, sendo que as pessoas jurídicas sem fins lucrativos exercerão tais direitos através de seus representantes legais.

b) Beneméritos:

São as pessoas físicas (cidadãos) ou jurídicas sem fins lucrativos, domiciliadas e/ou sediadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT e que venham integrar o quadro social por relevantes serviços prestados a Entidade.

b1) os Sócios Beneméritos estão isentos de mensalidades, e terão os mesmos direitos dos sócios domiciliares, inclusive de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, sendo que as pessoas jurídicas sem fins lucrativos exercerão tais direitos através de seus representantes legais.

Capítulo IV

Dos Direitos e Deveres dos Sócios

Artigo 23º. Aos sócios profissionais liberais e técnicos quando convocados pela associação para prestar serviços à entidade, estas tarefas serão voluntárias.

Artigo 24º. Os associados, pessoas físicas e jurídicas, terão direito a atendimento jurídico gratuitamente, os quais serão prestados por profissionais conforme artigo 4º e desde que disponibilizado pela AMCVT.

Parágrafo Único: Os associados não respondem pelas obrigações assumidas e/ou decorrentes do desempenho das atividades em nome da Associação, quer solidária, quer subsidiariamente.

Artigo 25º. Os associados, tem o dever de pagar pontualmente as contribuições que forem determinadas pela Assembléia Geral, sob pena de sanções previstas no presente Estatuto.

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with names like 'Kucimara' and 'Jham' visible.]

Artigo 26º. Os associados, pessoas físicas, tem o direito a voz e voto nas assembleias gerais, bem como o de concorrer a todos os cargos eletivos da Entidade.

Artigo 27º. Somente as pessoas jurídicas e as pessoas físicas, filiadas à Associação e com suas contribuições em dia, poderão usufruir dos benefícios citados no **Artigo 24º** do Capítulo IV deste Estatuto.

Artigo 28º. Os associados, pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e domiciliadas na localidade, tem o direito a voz e voto nas assembleias gerais, bem como o de escolher, por intermédio de seus representantes legais, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos.

Capítulo V

Das Penalidades

Artigo 29º. A suspensão e/ou a exclusão será tomada por, no mínimo, 2/3 dos membros da Diretoria, dentre outros, nos seguintes casos:

- a) Aquele que prejudicar as boas relações entre a Associação e qualquer outra entidade afim, bem como criar embaraço direta ou indiretamente à boa marcha das atividades da Associação;
- b) Aquele que faltar com respeito aos Diretores e seus delegados e Comissões, quando no exercício de suas funções;
- c) Aquele que for escalado a participar de eventos, festividades ou atividades oficiais, mesmo que provisoriamente e deixar de comparecer sem motivo claramente justificável;
- d) Aquele que desacatar as resoluções da Diretoria Executiva;
- e) Aquele que usar os preceitos, nome e os objetivos da Entidade de forma ilegal, em benefício próprio;
- f) Aquele que deixar de pagar as mensalidades em dia, com 60 dias de atraso, se sujeita a Exclusão;
- g) Aquele que concorrer com motivos contrários à moral, ética, usos e costumes da lei, fica sujeito à suspensão ou exclusão de acordo com a gravidade da conduta;
- h) Aquele que agir com parcialidade, pessoalidade e com interesse político partidário, usando os preceitos da entidade com a Comunidade e outras Entidades, será passível de expulsão nos termos do *caput* deste artigo.

Artigo 30º. Será expulso:

- a) O que praticar qualquer ato qualificado pela lei como crimes ou contravenção penal, nas dependências da Associação ou fora dela.
- b) O que for condenado por crimes dolosos ou repugnantes;

Artigo 31º. Todo associado terá direito à ampla defesa e recurso à Assembleia Geral que estiver em processo de exclusão, expulsão ou suspensão.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 32º. Os casos considerados omissos ou insolúveis serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

Artigo 33º. A AMCVT não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeite, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade e/ou pessoas, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

Artigo 34º. De sua própria conveniência a Diretoria usará de suas atribuições de direito, para reformar Estatuto, apresentando à Assembléia Geral sua proposta de retificação, alteração ou exclusão de seus preceitos.

Artigo 35º. Na ausência do Presidente a Diretoria convocará reunião para decisões de emergência visando agilizar o bom andamento da entidade como um todo.

Artigo 36º. A Diretoria Executiva terá mandato de 04(quatro) anos, através de eleições convocadas com 30 (trinta) dias de antecedência e eleita em assembléia geral, podendo a atual diretoria, reeleger-se.

Capítulo VII

Do Patrimônio

Artigo 37º. As fontes de recursos que comporão o patrimônio da Entidade serão: contribuições sociais definidas em assembléias gerais, doações, auxílios e subvenções, bens móveis e imóveis, rendas e juros de depósitos bancários, patrocínios, etc.

Parágrafo Único: O patrimônio da AMCVT terá como destino o investimento em prol da ampliação na área de atendimento aos associados e na área de Radio Difusão Comunitária, não havendo a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados. Em caso de dissolução da Associação, após apuradas contabilmente sua liquidação social, o remanescente do seu patrimônio líquido será restituído em favor dos associados conforme a proporcionalidade das contribuições individuais prestadas ao patrimônio.

Capítulo VIII

DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 38º No caso de dissolução da associação, a Diretoria Executiva procederá a liquidação, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento das dívidas, e todos os demais atos de disposições que estime necessários.

Lucimara

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Art. 39º Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, conforme deliberação de seus associados, será destinado à outra entidade de fins não econômicos com finalidade idêntica ou semelhante às suas.



Capítulo IX

Das Considerações Finais

Artigo 40º. A AMCVT, para fins de direito, terá seu Estatuto e Ata, inscritos e registrados em cartório de registros e documentos da comarca de Telêmaco Borba - PR

Artigo 41º. O Presente **ESTATUTO** e seus artigos e capítulos, atendem aos fundamentos legais para seu perfeito intuito, de acordo com os princípios constitucionais, Artigos 170, Capítulo I, Título VII e parágrafo único.

Artigo 42º. O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro, revogadas as disposições em contrário. Em 20 de dezembro de 2010, a ATA foi aprovada em reunião na sede e foro sito à Rua Wenceslau Braz, 36 - Centro, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR.

Telêmaco Borba, 21 de Outubro de 2014.

Diretor Presidente
Gasparino Mikuska

Diretor Jurídico
Sonia A. Lacerda Jangada
OAB/PR – 59.624

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT

Rua Wenceslau Braz, 36, CEP 84261-120, Centro, Telêmaco Borba-PR

CNPJ/MF nº 01.753.926/0001-10



Diretor Presidente
Gasparino Mikuska
RG nº 4.693.179-3 PR
C.P.F. nº 724.182.739-20

Diretor Vice-Presidente
Douglas Noga Alves
RG nº 10.149.607-4
C.P.F. nº 064.539.349-57

Diretor 1º Secretário
Francielle de L. T. de Marques
RG nº 10.009.299-9 PR
C.P.F. 064.061.669-06

Diretor 2º Secretário
Aparecida A. da Rosa
RG nº 5.837.594-2 SSP/PR
C.P.F. nº 830.221.049-87


Diretor 1º Tesoureiro
Rubis Francisco Schoemberger
RG nº 1.808.597-6 SSP/PR
C.P.F. nº 257.091.869-53

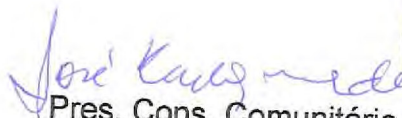
Diretor 2º Tesoureiro
Vera Regina C. de Castro
RG nº 9.865.644-8
CPF 843.007.879-72

Diretor Patrimonial
Felipe Meireles Rodrigues
RG nº 9.992.700-3 SSP/PR
CPF 066.220.049-78

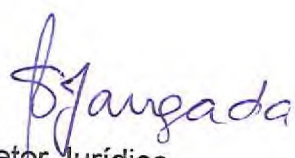
Diretor de Eventos
Reginaldo Castro
RG nº 7.157.075-4 SSP/PR
CPF 029.455.539-02

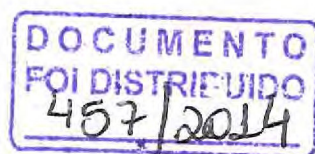
Diretor de Programação
Lucimara F. de Andrade
RG nº 9.275.060-4
CPF 050.258.629-06


Diretor de Marketing
Fabio de Marques
RG nº 8.611.945-5 SSP/PR
CPF 038.228.729-03


Pres. Cons. Comunitário
José Carlos Medeiros
RG nº 4.440.459-1 PR
CPF nº 481.714.689-34



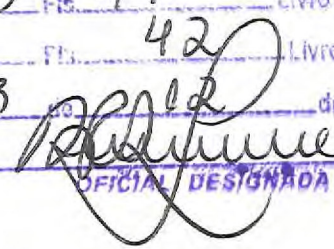

Diretor Jurídico
Sonia Aparecida Lacerda Jangada
OAB/PR 59.624



FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
BXIgE.DE8sI.xexwH
Controle:
8mrqT.gfsS
Consulte esse selo em
<http://funarpen.com.br>

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS**

Comarca de Telômaco Borba - Paraná

Protocolo Nº 25338 Fls. 49 Livro A -3
Registro Nº 744 Fls. 42 Livro A-4 Pes. Jurídicas
Data 23 de 12 de 20 14

OFICIAL DESIGNADA

**REGISTRO CIVIL, TÍTULOS
E DOCUMENTOS**
Bel. Josiane B. de Castro Ribas
JURAMENTADA

**REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS**
Bel. Lúcio de Castro Ribas
OFICIAL DESIGNADO
Telômaco Borba - Paraná

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.753.926/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/03/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO VALE DO TIBAGI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R WENCESLAU BRAZ	NÚMERO 36	COMPLEMENTO	
CEP 84.261-120	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TELEMACHO BORBA	UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **25/11/2014** às **10:19:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

FIXO

Oi S.A.
Travessa Teixeira de Freitas, 75 - Mercês
CEP 80410-040 - Curitiba - PR
CNPJ Matriz : 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0321-85



0571 - CTC CURITIBA PR PL5

ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO VALE
R WENCESLAU BRAZ 00036 SL04
CENTRO
84261-120 TELEMAGO BORBA - PR

Referência

DEZEMBRO/2014



7213512620032330000005308930091214

Telefone

(42) 3272 6494

Vencimento

19/12/2014

Total a pagar

R\$ 189,99

Resumo da sua fatura



OI FIXO

OUTROS PACOTES E SERVICOS MENSAIS

R\$ 73,25

73,25



OI VELOX

OFERTA VELOX E SERVICOS DE BANDA LARGA
ASSINATURA VELOX

R\$ 96,16

96,16



EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS ...

R\$ 20,58

LIGACOES FIXO-FIXO
LIGACOES FIXO-MOVEL
OUTROS VALORES

11,06

3,18

6,34

TUDO DA SUA CONTA ESTÁ AQUI. MAIS FÁCIL DE ENCONTRAR, ENTENDER E CONFERIR.

Simplificamos a apresentação dos seus gastos com os serviços Oi para não deixar dúvidas pra você.

Sua conta está em débito automático?

Facilite a sua vida e não se preocupe mais com a data de vencimento. Acesse www.oi.com.br e saiba mais.

Oi S.A.

Travessa Teixeira de Freitas, 75 - Mercês
CEP 80410-040 - Curitiba - PR
CNPJ Matriz : 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0321-85

I.E: 90.206.136-34

ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO VALE

Número do Telefone: 42 3272 6494

Número da Fatura: 1412.000361902

Sequencial: 811626677 201412 01109

Contrato Agrupador: 811.626.677-0 - 1ª Via

IPTE : 2340 0201 0100 3593 9624 CTRL: 1 0100 3593 9624a

84680000001 6 89990020811 2 62667720141 2 20110900000 4



Data de Vencimento

19/12/2014

Valor a pagar:

189,99

Nº Identificador para Débito Automático: 811.626.677-0

89919502 / 085765



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA
DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO VALE DO TIBAGI
CNPJ: 01.753.926/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 11:15:57 do dia 24/11/2014 <hora e data de Brasília>.

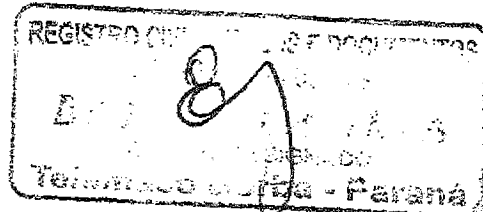
Válida até 23/05/2015.

Código de controle da certidão: **E029.00D4.EA38.05F6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

QUINTA ALTERAÇÃO

ESTATUTO



ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT

Capítulo I

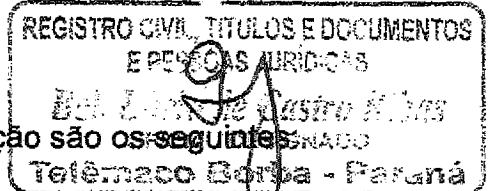
Artigo 1º. A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI com sede e foro jurídico sito à Rua Wenceslau Braz, 36, Centro, CEP 84261-120, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR, terá seu prazo de duração por tempo indeterminado.

Ítem I

A **AMCVT/** é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social, atuando nos âmbitos municipal, distrital e regional, abrangendo a comunidade natural formada pelos seus habitantes. Constituída apartidária, sem discriminação de raça, sexo ou atividade profissional, é criada nesta data para organizar, congregar e otimizar a participação popular nas decisões da cidade, para que haja avanço democrático da sociedade; contribuir para a elevação do nível de conscientização quanto a direitos e deveres dos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com ou sem participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários, para que as populações da cidade possam melhorar suas condições de vida e trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. Utilizará para seus objetivos a prestação de serviços de Rádio Difusão Comunitária operando em FM (Frequência Modulada) na sintonia de Mhz, baixa potência, a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, lazer, social, científico, esportes, **sem fins lucrativos**, entre outros o apoio cultural para satisfazer os encargos da Associação e a sua necessária expansão de acordo com o que dispõe o artigo 13 do parágrafo 2º do Decreto Lei 1.720 de 28/12/95 e conforme o artigo 5º inciso IX e LXVIII da Constituição de 1988, e artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos inserido no Pacto de San José da Costa Rica em 22 de dezembro de 1969 inserido no artigo 13 C/C 74 parágrafo 2 (Decreto Presidencial 678/92). Tudo dentro dos limites fixados e formas estabelecidas em Legislação específica.

Parágrafo Único – A AMCVT poderá impetrar Ação Civil Pública para defender os interesses do Patrimônio Público, Meio Ambiente e de todos os cidadãos da comunidade.

Ítem II



Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

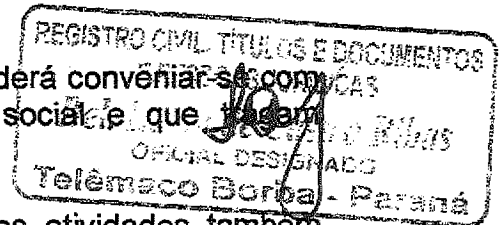
1. Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística, cultural e de cidadania.
2. Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades.
3. Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em transitório ou permanente, das famílias residentes, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas.
4. Promover a educação social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do município, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.
5. Ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidade dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo a condições de cidadania.

§ Parágrafo Único - Para alcançar seus objetivos a **AMCVT** atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, conferências, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizados. Publicará circulares, boletins, noticiosos, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando desenvolvimento e consolidando sob sua responsabilidade, ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais vigentes.

Artigo 2º. Para o cumprimento do item I do Artigo 1º a **AMCVT** realizará reuniões em sua sede ou em locais onde houver representações ou comissões designadas previamente pela diretoria em qualquer localidade do Estado do Paraná.

Artigo 3º. O presente Estatuto poderá ser modificado, desde que as alterações obedeçam os objetivos principais do mesmo e para esta finalidade será convocada uma assembleia geral.

Artigo 4º. A AMCVT na realização de suas atividades poderá convênias-se com entidades públicas ou privadas que atuem na área social e que tenham benefícios a sociedade como um todo.



Parágrafo único - A Associação para desenvolver suas atividades também contratará serviços e criará estruturas físicas necessárias, no limite de suas possibilidades financeiras.

Capítulo II

DA REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º. A Associação é Representada e administrada por:

- a) Diretoria Executiva;
- b) Assembléia Geral;
- c) Conselho Comunitário.

Artigo 6º. A Diretoria Executiva, terá os seguintes membros:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice -Presidente;
- c) Diretor 1º Secretário;
- d) Diretor 2º Secretário;
- e) Diretor 1º Tesoureiro;
- f) Diretor 2º Tesoureiro;
- g) Diretor Patrimonial;
- h) Diretor de Eventos;
- i) Diretor de Programação;
- j) Diretor de Marketing;
- k) Diretor Jurídico;
- l) Presidente do Conselho Comunitário.

Parágrafo Primeiro – O Presidente, o Vice-Presidente, os diretores e o Presidente do Conselho Comunitário não serão remunerados, mas terão ressarcidas as despesas decorrentes de suas atividades previstas neste Estatuto, quando comprovadas documentalmente, assim como, estarão isentos do pagamento de suas mensalidades como sócios enquanto perdurar seus mandatos.

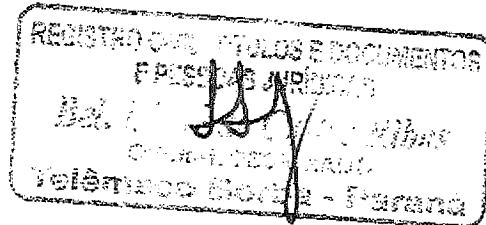
Artigo 7º. O Presidente é o Chefe da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

- a) Representar a Associação nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele e executar medida de proteção; Exercer as funções inerentes ao cargo, movimentar conta bancária com o 1º Tesoureiro;
- b) Presidir as Assembléias Gerais;
- c) Nomeará pessoas para os departamentos que julgar necessário.

Artigo 8º. Vice - Presidente é o auxiliar direto do Presidente e seu substituto imediato;

Artigo 9º. Compete ao 1º Secretário:

- a) Secretariar as Assembléias Gerais e Reuniões;
- b) Guardar livros e organizar arquivos da Associação;
- c) Atender ao expediente geral.



Artigo 10º. Compete ao 2º Secretário:

- a) Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe foram atribuídas.

Artigo 11º. Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) Arrecadar e controlar dinheiro e títulos de qualquer natureza;
- b) Receber mensalidades dos associados;
- c) Efetuar pagamentos autorizados pelo Presidente;
- d) Movimentar juntamente com o Presidente as contas da Entidade.

Artigo 12º. Compete ao 2º Tesoureiro:

- a) Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Artigo 13º. Compete ao Diretor Patrimonial:

- a) Inventariar periodicamente os bens móveis e imóveis da Associação de forma a manter atualizado o controle patrimonial da entidade;
- b) Agregar ao controle patrimonial toda e qualquer aquisição de bens duráveis, sejam eles moveis ou imóveis adquiridos pela entidade;
- c) Manter controle digital e físico do patrimônio da entidade.

Artigo 14º. Compete ao Diretor de Eventos:

- a) Promover mediante aprovação do Presidente, atividades voltadas ao bem comum da comunidade, seja nas áreas de saúde, educação ou cidadania;
- b) Promover mediante aprovação do presidente, atividades voltadas às diversas datas alusivas e comemorativas no decorrer do ano;
- c) Buscar recursos em parceria com o Diretor de Marketing para viabilizar a promoção de eventos da entidade.

Artigo 15º. Compete ao Diretor de Programação:

- a) Administrar a programação da emissora de radiodifusão acompanhando o seu desempenho com base nos padrões definidos neste Estatuto e demais legislações pertinentes;
- b) Desenvolver programação anual adequada e voltada ao bem comum da comunidade buscando sempre a atualização dos interesses comuns da comunidade;
- c) Estudar e desenvolver novos talentos dentro da comunidade, promovendo a oportunidade de atuação para aqueles que despontarem.

Artigo 16º. Compete ao Diretor de Marketing:

- a) Promover a divulgação da entidade buscando atender o seu cunho social e comunitário;
- b) Buscar recursos à título de apoios culturais e/ou doações para a promoção de eventos programados pela entidade e voltados aos interesses sociais e comunitários.

Artigo 17º. Compete ao Diretor Jurídico:

- a) Assessorar juridicamente os atos da Diretoria Executiva.

Artigo 18º. Compete ao Pres. do Conselho Comunitário:

- a) Substituir interinamente a Presidência, na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente;
- b) Levar as deliberações do Conselho Comunitário nas reuniões da Diretoria e Assembleia Geral.

Artigo 19º. Compete a Assembléia Geral:

- a) A Assembleia Geral ocorrerá para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e o que o estatuto prever.
Paragrafo único: Para concorrer ao quadro diretivo os associados deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, maiores de idade ou emancipados e, ainda, residentes na área da comunidade atendida pela estação de radiodifusão.
- b) Para as deliberações a que se referem à destituição dos administradores e alteração do estatuto é, exigido assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será de 2/3 (dois terços) dos presentes em segunda convocação, em primeira convocação somente com maioria absoluta, bem como os critérios de eleição dos administradores.
- c) A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente por, no mínimo, um quinto dos associados.

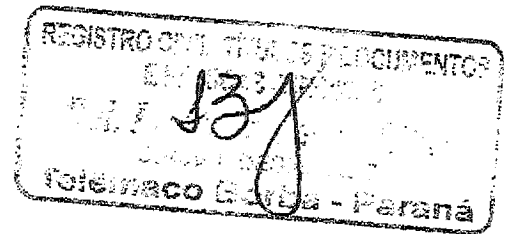
Artigo 20º. Conselho Comunitário é Órgão Consultivo e Fiscalizador, competindo-lhe assessorar o Presidente, interpretar o Estatuto, apreciar atos da Administração Geral e o que dispuser a Lei nº 9.612/98. O conselho será composto no mínimo de 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade.

Artigo 21º. Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Fiscalizar o andamento de cada secretaria da entidade;
- b) Emitir parecer quanto à prestação de contas, quando solicitado;
- c) Participar das Assembléias e das Comissões Gerais.

Capítulo III

Dos Sócios



Artigo 22º. As Categorias são:

a) Domiciliares:

São todas as pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT e que venham integrar o quadro social, desde que comprovada sua idoneidade através de certidões negativas comumente requeridas em concursos e venda de imóveis ou a critério da Assembleia Geral.

a1) A definição dos valores da taxa de adesão, das mensalidades e das medidas quanto à inadimplência ficará a cargo da Assembleia Geral.

b) Beneméritos:

São as pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT e que venham integrar o quadro social por relevantes serviços prestados a Entidade.

b1) Os Sócios Beneméritos estão isentos de taxa de adesão e mensalidades e não tem direito a voto e não poderão ser votados.

Capítulo IV

Dos Direitos e Deveres dos Sócios

Artigo 23º. Aos sócios profissionais liberais e técnicos quando convocados pela associação para prestar serviços à entidade, estas tarefas serão voluntárias.

Artigo 24º. Os associados, pessoas físicas e jurídicas, terão direito a atendimento jurídico gratuitamente, os quais serão prestados por profissionais conforme artigo 4º e desde que disponibilizado pela AMCVT.

Parágrafo Único: Os associados não respondem pelas obrigações assumidas e/ou decorrentes do desempenho das atividades em nome da Associação, quer solidária, quer subsidiariamente.

Artigo 25º. Os associados, tem o dever de pagar pontualmente as contribuições que forem determinadas pela Assembleia Geral, sob pena de sanções previstas no presente Estatuto.

Artigo 26º. Os associados, pessoas físicas, tem o direito a voz e voto nas assembleias gerais, bem como o de concorrer a todos os cargos eletivos da Entidade.

Artigo 27º. Somente as pessoas jurídicas e as pessoas físicas, filiadas à Associação e com suas contribuições em dia, poderão usufruir dos benefícios citados no Artigo 24º do Capítulo IV deste Estatuto.

Artigo 28º. Os associados, pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e domiciliadas na localidade, tem o direito a voz e voto nas assembleias gerais, bem como o de

REGISTRO CIVIL DE DOCUMENTOS
gais, mediante voto, os
Ed. L. 147
C. 147
Colônia de Férias - Paraná

Artigo 34º. De sua própria conveniência a Diretoria usará de suas atribuições de direito, para reformar Estatuto, apresentando à Assembleia Geral sua proposta de retificação, alteração ou exclusão de seus preceitos.

Artigo 35º. Na ausência do Presidente a Diretoria convocará reunião para decisões de emergência visando agilizar o bom andamento da entidade como um todo.

Artigo 36º. A Diretoria Executiva terá mandato de 04(quatro) anos, através de eleições convocadas com 30 (trinta) dias de antecedência e eleita em assembleia geral, podendo a atual diretoria, reeleger-se.

Capítulo VII

Do Patrimônio

Artigo 37º. As fontes de recursos que comporão o patrimônio da Entidade serão: contribuições sociais definidas em assembleias gerais, doações, auxílios e subvenções, bens móveis e imóveis, rendas e juros de depósitos bancários, patrocínios, etc.

Parágrafo Único: O patrimônio da AMCVT terá como destino o investimento em prol da ampliação na área de atendimento aos associados e na área de Radio Difusão Comunitária, não havendo a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados. Em caso de dissolução da Associação, após apuradas contabilmente sua liquidação social, o remanescente do seu patrimônio líquido será restituído em favor dos associados conforme a proporcionalidade das contribuições individuais prestadas ao patrimônio.

Capítulo VIII

Das Considerações Finais

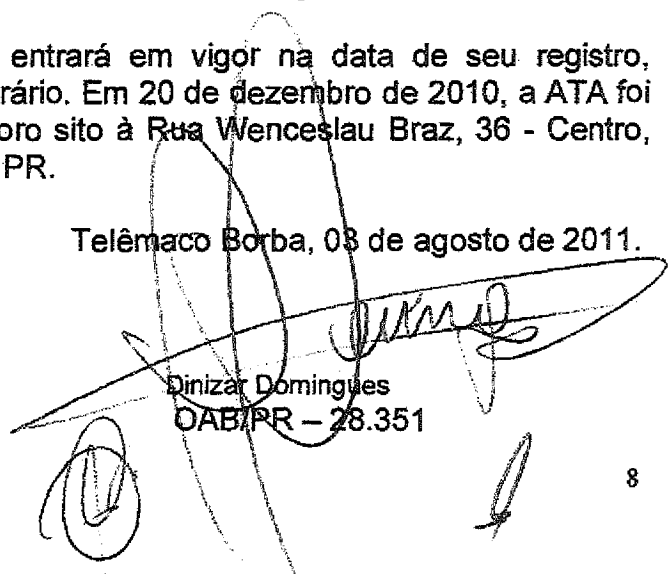
Artigo 38º. A AMCVT, para fins de direito, terá seu Estatuto e Ata, inscritos e registrados em cartório de registros e documentos da comarca de Telêmaco Borba - PR

Artigo 39º. O Presente **ESTATUTO** e seus artigos e capítulos, atendem aos fundamentos legais para seu perfeito intuito, de acordo com os princípios constitucionais, Artigos 170, Capítulo I, Título VII e parágrafo único.

Artigo 40º. O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro, revogadas as disposições em contrário. Em 20 de dezembro de 2010, a ATA foi aprovada em reunião na sede e foro sito à Rua Wenceslau Braz, 36 - Centro, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR.

Telêmaco Borba, 03 de agosto de 2011.

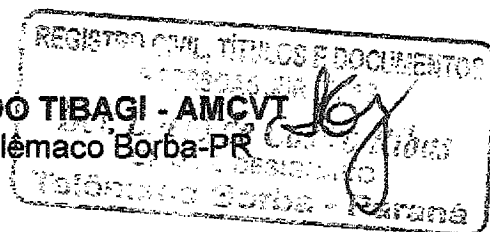

Reni Alves de Azevedo
Diretor Presidente


Dinizar Domingues
OAB/PR - 28.351

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT

Rua Wenceslau Braz, 36, CEP 84261-120, Centro, Telemaco Borba-PR

CNPJ/MF nº 01.753.926/0001-10



Diretor Presidente
Reni Alves de Azevedo
RG nº 3.129.161-5 PR
C.P.F. nº 411.839.839-72

Diretor Vice-Presidente
Arioldo Vieira da Rosa
RG nº 3.351.393/3
C.P.F. nº 457.874.689-53

Diretor 1º Secretário
Marcos Antonio Figueiredo
RG nº 4.272.184-0 PR
C.P.F. 547.427.579-04

Diretor 2º Secretário
Ines Dias Chaves
RG nº 1573778 SSP/PR
C.P.F. nº 709.518.379-15

Diretor 1º Tesoureiro
Luiz Alberto Dubiela da Cunha
RG nº 402.974.7 SSP/PR
C.P.F. nº 593.010.749-15

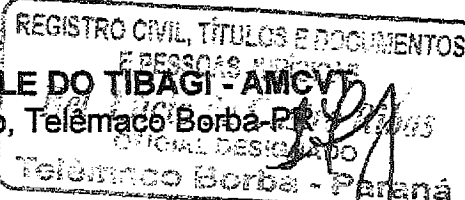
Diretor 2º Tesoureiro
Ronaldo Brunetti
RG nº 3.656.527-6
CPF 504.447.789-34

Diretor Patrimonial
Etelvino Mazari
RG nº 1.136.697 SSP/PR
CPF 204.963.119-72

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT

Rua Wenceslau Braz, 36, CEP 84261-120, Centro, Telêmaco Borba - PR

CNPJ/MF nº 01.753.926/0001-10



Diretor de Eventos
Eloisa Valeria dos Santos
RG nº 8.239.824-4 SSP/PR
CPF 044.782.369-84

Diretor de Programação
Marcelo Jose de M. Junior
RG nº 9.473.095-3
CPF 057.576.179-26

Diretor de Marketing
Benedito Alves Junior
RG nº 932.327 SSP/PR
CPF 091.905.979-15

Pres. Cons. Comunitário
José Carlos Medeiros
RG nº 4.440.459-1 PR
CPF nº 481.714.689-34

Diretor Jurídico
Dinizal Domingues
OAB/PR 28.351

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE PESSOAS JURÍDICAS

COMARCA DE TELÊMACO BORBA - PARANÁ

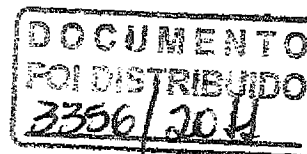
Protocolo nº 23638-04-3

Averbação nº 432

Fis. 290

Em 16/09/2014

OFICIAL DESIGNADA



REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Bel. Josiane B. de Castro Ribas
JURAMENTADA

REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS DE PESSOAS JURÍDICAS

Bel. Josiane B. de Castro Ribas
OFICIAL DESIGNADA
Telêmaco Borba - Paraná

Bel. Josiane B. de Castro Ribas

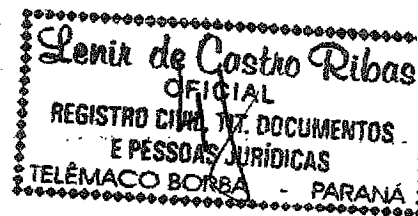
JURAMENTADA

TÍT. E DOC
DE PESSOAS
JURÍDICAS

DPA62920

SEGUNDA ALTERAÇÃO

ESTATUTO



ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI

Capítulo I

Artigo 1º

A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI com sede e foro jurídico sito à Rua Wenceslau Braz, 36, Centro, CEP 84261-120, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR, terá seu prazo de duração por tempo indeterminado.

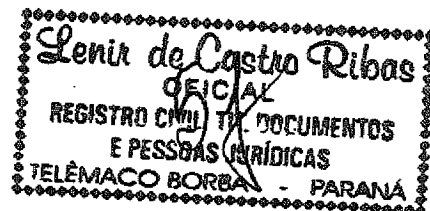
Ítem I

A AMCVT/ é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social, atuando nos âmbitos municipal, distrital e regional, abrangendo a comunidade natural formada pelos seus habitantes. Constituída apartidária, sem discriminação de raça, sexo ou atividade profissional, é criada nesta data para organizar, congregar e otimizar a participação popular nas decisões da cidade, para que haja avanço democrático da sociedade; contribuir para a elevação do nível de conscientização quanto a direitos e deveres dos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com ou sem participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários, para que as populações da cidade possam melhorar suas condições de vida e trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. Utilizará para seus objetivos a prestação de serviços de Rádio Difusão operando em FM (Frequência Modulada) na sintonia de Mhz, baixa potência, a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, lazer, social, científico, esportes, sem fins lucrativos, entre outros o apoio cultural para satisfazer os encargos da Associação e a sua necessária expansão de acordo com o que dispõe o artigo 13 do parágrafo 2º do Decreto Lei 1.720 de 28/12/95 e conforme o artigo 5º inciso IX e LXVIII da Constituição de 1988, e artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos inserido no Pacto de San José da Costa Rica em 22 de dezembro de 1969 inserido no artigo 13 C/C 74 parágrafo 2 (Decreto Presidencial 678/92). Tudo dentro dos limites fixados e formas estabelecidas em Legislação específica, além de participação em outras sociedades, quer como acionistas ou quotistas, em empreendimentos.

Parágrafo Único – A AMCVT poderá impetrar Ação Civil Pública para defender os interesses do Patrimônio Público, Meio Ambiente e de todos os cidadãos da comunidade.

Ítem II

Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são as seguintes:



1. Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística, cultural e de cidadania.
2. Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades.
3. Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em transitório ou permanente, das famílias residentes, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas.
4. Promover a educação social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do município, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.
5. Ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidade dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo a condições de cidadania.

§ **Parágrafo Único** - Para alcançar seus objetivos a **AMCVT** atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, conferências, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizados. Publicará circulares, boletins, noticiosos, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando desenvolvimento e consolidando sob sua responsabilidade, ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais vigentes.

Artigo 2º. Para o cumprimento do item I do Artigo 1º a **AMCVT** realizará reuniões em sua sede ou em locais onde houver representações ou comissões designadas previamente pela diretoria em qualquer localidade do Estado do Paraná.

Artigo 3º. O presente Estatuto poderá ser modificado, desde que as alterações obedeçam os objetivos principais do mesmo e para esta finalidade será convocada uma assembléia geral.

Several handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. They appear to be personal signatures of the individuals involved in the document's execution.

Artigo 4º. A AMCVT na realização de suas atividades poderá conveniar-se com entidades públicas ou privadas que atuem na área social e que tragam benefícios à sociedade como um todo.
Parágrafo único - A Associação para desenvolver suas atividades também contratará serviços e criará estruturas físicas necessárias, no limite de suas possibilidades financeiras.

Capítulo II

DA REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º. A Associação é Representada e administrada por:

- a) Diretoria Executiva;
- b) Assembléia Geral;
- c) Conselho comunitário.

Artigo 6º. Conselho Comunitário é Órgão Consultivo e Fiscalizador, competindo-lhe assessorar o Presidente, interpretar o Estatuto e apreciar atos da Administração Geral. O conselho será composto de 07(sete) membros, podendo este número ser ampliado ou reduzido, devidamente autorizado e de acordo com a conveniência da comunidade ou por escolha do Diretor Presidente.

Parágrafo Único - Poderá o Diretor do Conselho assumir interinamente na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente.

Artigo 7º. A Diretoria Executiva, terá os seguintes membros:

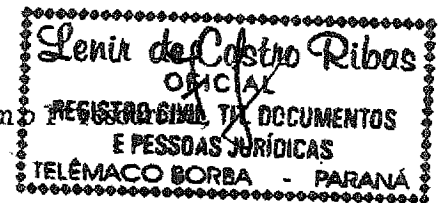
- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice-Presidente;
- c) Diretor 1º Secretário;
- d) Diretor 2º Secretário;
- e) Diretor 1º Tesoureiro;
- f) Diretor 2º Tesoureiro;
- g) Presidente do Conselho Comunitário.

Artigo 8º. Os Diretores e Secretários serão nomeados pelo Presidente.

Artigo 9º. O Presidente é o Chefe da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

- a) Destituir o Presidente do Conselho Comunitário, Diretores e Sócios, por: a.1) desacato às resoluções da Diretoria; a.2) prejudicar as boas relações entre a Associação e qualquer outra entidade afim; a.3) criar embaraço direta ou indiretamente à boa marcha das atividades da Associação; a.4) usar os preceitos, nome e os objetivos da Entidade de forma ilegal ou em benefício próprio.
- b) Representar a Associação nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele e executar medida de proteção;
- c) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- d) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

- e) Exercer as funções inerentes ao cargo, movimentar conta bancária com o
- f) Presidir as Assembléias Gerais.



Artigo 10. Vice - Presidente é o auxiliar direto do Presidente e seu substituto imediato;

Artigo 11. Compete ao 1º Secretário:

- a) Secretariar as Assembléias Gerais e Reuniões;
- b) Guardar livros e organizar arquivos da Associação;
- c) Atender ao expediente geral.

Artigo 12. Compete ao 2º Secretário

- a) Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe foram atribuídas.

Artigo 13. Compete ao 1º Tesoureiro

- a) Arrecadar e controlar dinheiro e títulos de qualquer natureza;
- b) Receber mensalidades dos associados;
- c) Efetuar pagamentos autorizados pelo Presidente;
- d) Movimentar juntamente com o Presidente as contas da Entidade.

Artigo 14. Compete ao 2º Tesoureiro

- a) Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Artigo 15. Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Fiscalizar o andamento de cada secretaria da entidade;
- b) Informar o parecer da Diretoria;
- c) Participar das Assembléias e das Comissões Gerais.

Capítulo III

Dos Sócios

Artigo 16. As Categorias são:

- a) Domiciliares:

São todas as pessoas físicas e jurídicas, domiciliadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT e que venham integrar o quadro social;

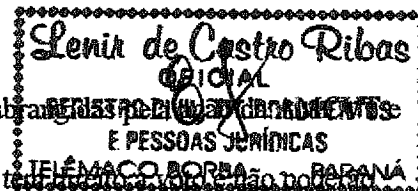
- a1) A definição dos valores da taxa de adesão e das mensalidades e da inadimplência ficará a cargo da Diretoria Executiva.

Several handwritten signatures and initials in dark ink, located in the bottom right corner of the page. They appear to be official signatures of the board members or the president.

b) Beneméritos:

São as pessoas físicas e jurídicas, domiciliadas nas localidades abrangidas pela Associação, que venham integrar o quadro social.

b1) Os Sócios Beneméritos estão isentos de mensalidades e não têm direito de voto, não podendo ser votados.



Capítulo IV

Dos Direitos e Deveres do Sócios

Artigo 17. Aos sócios profissionais liberais e técnicos quando convocados pela associação para prestar serviços à entidade, estas tarefas serão voluntárias.

Artigo 18. Os associados pessoas físicas, terão direito a atendimento jurídico gratuitamente, os quais serão prestados por profissionais conforme artigo 4º e desde que disponibilizado pela AMCVT.

Parágrafo Único: Os associados não respondem pelas obrigações assumidas em nome da Associação.

Artigo 19. Os associados pessoas jurídicas, também gozarão do direito de atendimento jurídico gratuito, conforme requisitos do art. 19º.

Artigo 20. O sócio domiciliar a mais de (2) dois anos como sócio da Associação e com suas mensalidades rigorosamente em dia, tem o direito de concorrer aos cargos eletivos ou nomeados pelo presidente.

Artigo 21. Somente as pessoas jurídicas e as pessoas físicas, filiadas à Associação e com suas contribuições em dia, poderão usufruir dos benefícios citados nos Artigos 18º e 19º do Capítulo IV deste Estatuto.

Capítulo V

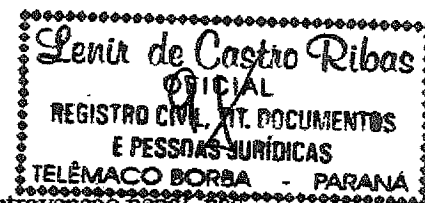
Das Penalidades

Artigo 22. Será Suspenso ou Excluído

- a) Aquele que prejudicar as boas relações entre a Associação e qualquer outra entidade afim, bem como criar embaraço direta ou indiretamente à boa marcha das atividades da Associação;
- b) Aquele que faltar com respeito aos Diretores e seus delegados e Comissões, quando no exercício de suas funções;
- c) Aquele que for escalado a participar de eventos, festividades ou atividades oficiais, mesmo que provisoriamente e deixar de comparecer sem motivo claramente justificável;
- d) Aquele que desacatar as resoluções da Diretoria Executiva;
- e) Aquele que usar os preceitos, nome e os objetivos da Entidade de forma ilegal, em benefícios próprio.

Artigo 23. Será expulso:

- a) O que for condenado por crimes dolosos ou repugnantes;
- b) O que praticar qualquer ato qualificado pela lei como crimes de contravenção penal, nas dependências da Associação ou fora dela.



Capítulo VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 24. Os casos considerados omissos ou insolúveis serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

Artigo 25. O Diretor Presidente nomeará pessoas para os departamentos que julgar necessário.

Artigo 26. De sua própria conveniência a Diretoria usará de suas atribuições de direito, para reformar Estatuto, apresentando à Assembléia sua proposta de retificação, alteração ou exclusão de seu preceito.

Artigo 27. Na ausência do Presidente a Diretoria convocará reunião para decisões de emergência visando agilizar o bom andamento da entidade como um todo.

Artigo 28. A Diretoria e o Presidente do Conselho Comunitário terão um mandato de 02(dois) anos e o Presidente, Vice-Presidente, de 04(quatro) anos, através de eleições convocadas em assembléia geral, 30(trinta) dias antes da eleição, podendo o atual presidente, reeleger-se. Os Diretores serão nomeados pelo Presidente.

Capítulo VII

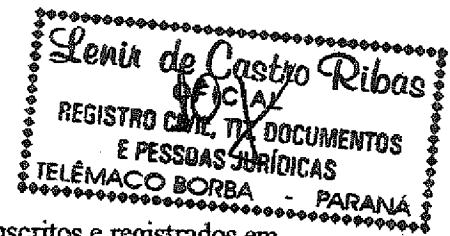
Do Patrimônio

Artigo 29. Para melhor realizar os objetivos das atividades de seus propósitos, a Associação empreenderá atividades no setor produtivo e de comunicação, conforme Item I deste estatuto.

Parágrafo Único: O patrimônio da AMCVT terá como destino o investimento em prol da ampliação na área de atendimento aos associados. Em caso de dissolução da Associação, após apuradas contabilmente sua liquidação social, seu patrimônio será doado às instituições de caridade do Município ou do Estado.

Several handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. They appear to be official signatures of the board members or the president.

Capítulo VIII
Das Considerações Finais




Artigo 30. A AMCVT, para fins de direito terá seu Estatuto e Ata inscritos e registrados em cartório de registros e documentos da comarca de Telêmaco Borba - PR

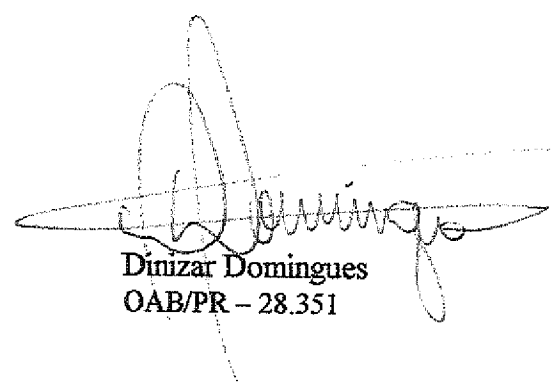
O Presente ESTATUTO e seus artigos e capítulos, atendem aos fundamentos legais para seu perfeito intuito, de acordo com os princípios constitucionais, Artigos 170, Capítulo I, Título VII e parágrafo único.

Artigo 31. O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro, revogadas as disposições em contrário. Em 26 de julho de 2002, a ATA foi aprovada em reunião na sede e foro sito à Rua Wenceslau Braz, 36 - Centro, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR.

Telêmaco Borba, 26 de julho de 2002.



Arioldo Vieira da Rosa
Diretor Presidente



Dinizar Domingues
OAB/PR - 28.351

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI
Av. Edmundo Mercer Jr., nº 275, CEP 84261-010, Centro, nesta cidade de Telêmaco Borba-PR

Diretor vice-presidente
Luiz Alberto Dubiela da Cunha
RG nº 402.974.72
C.P.F. nº 593.010.749-16

Diretor 1º Secretário
Dinizar Domingues
RG nº 3.718.387-3
C.P.F. 541.075.399-20

Diretor 2º Secretário
Leni Meireles da Rosa
RG nº 4.025.757/8
C.P.F. nº 440.947.609-20

Diretor 1º Tesoureiro
Andreia M. Domingues
RG nº 6.613.361-3
C.P.F. nº 025.370.249-66

Diretor 2º Tesoureiro
Elaine Domingues
RG. nº 5.924.667-4
C.P.F. nº 980.115.109-91

Presidente Conselho Comunitário
Lordi Santos Savi Mondo
RG. 172.763-SC

RG. 172.763-SC
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS

Comarca de Teñaneco Borba - Paraná
Protocolo N.º 13198 Fls. 184 Livro A-2
VERBADO de Auto do Registro N.º 432
de 290 Livro A-1 Juridicas
Em, 28/08/88 1.2002

Lei: 13.228 de 18/07/2001
FUNARPEN
SELO DE AUTENTICIDADE

MINISTRO CIVIL, TITULO
DE DOCUMENTOS

2/2015-18/189:08

CONTABILIDADE DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Títulos e Documentos e de Pessoas
Registrado sob no. 242/2002. Livro 3

TÍTULOS E DOCUMENTOS

C Distribuidor	VR	39.10	R\$	4.00	
Contador	VR	0.00	R\$	0.00	
T. Vars	VR	0.00	R\$	0.00	Total 4.00
A	VR	0.00	R\$	0.00	Custas

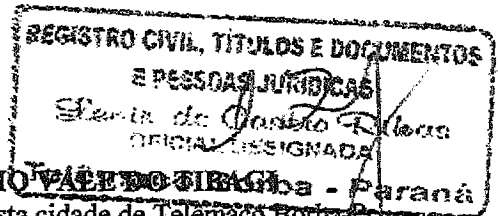
TELENACO BORBA/PR. 01/06/2002. 09:34:34

Distribuidor Judicial

98 R\$ 0,50 Custas
01/06/2002. 09:34:54
tribuidor Judicial
Rosana Cláudia Mendes
CURAMENTADA Nº AB880916

Outros (origem externa) (0316287)

NO A A 1 1 5 6 1 4



ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO
Av. Edmundo Mercer Jr., nº 275, CEP 84261-010, Centro, nesta cidade de Telemaco Borba - PR

[Signature]
Diretor Presidente
Arioldo Vieira da Rosa
RG nº 3.351.393/3
C.P.F. nº 457.874.689-53

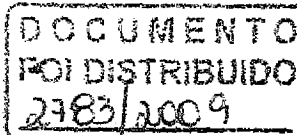
[Signature]
Diretor Vice-Presidente
Reni Alves de Azevedo
RG nº 3.129.161-5 PR
C.P.F. nº 411.839.839-72

[Signature]
Diretor 1º Secretário
Marcos Antonio Figueiredo
RG nº 4.272.184-0 PR
C.P.F. 547.427.579-04

[Signature]
Diretor 2º Secretário
Leni Meireles da Rosa
RG nº 4.025.757/8
C.P.F. nº 440.947.609-20

[Signature]
Diretor 1º Tesoureiro
Luiz Alberto Dubiela da Cunha
RG nº 402.974.7
C.P.F. nº 593.010.749-15

[Signature]
José Carlos Medeiros
Pres. Cons. Comunitário
RG nº 4.440.459-1 PR



[Signature]
Diretor 2º Tesoureiro
Regina Lucia R. Figueiredo
RG nº 4.113.349/9 PR
CPF. nº 980.115.109-91

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE PESSOAS JURÍDICAS

COMUNICADO DE TELEMACO BORBA - PARANÁ

Protocolo nº 23827 de 249 Livro B-2

Averbado no Livro de Registros nº 432

Fol. 290 Livro A-2 Ps. Juridicas

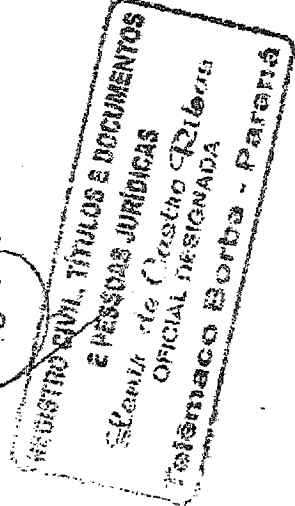
Em 23 de 10 de 2009

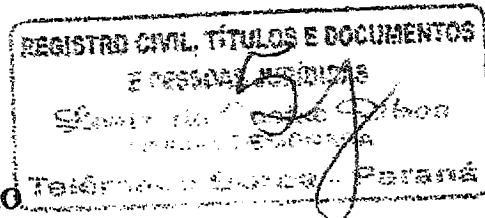
[Signature]
OFICIAL DESIGNADA



REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Maria de Castro Ribas





TERCEIRA ALTERAÇÃO

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI

Capítulo I

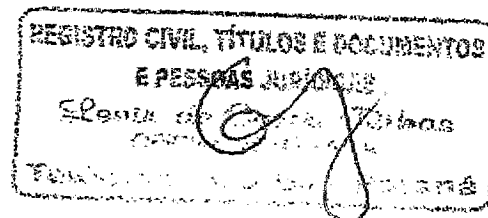
Artigo 1º

A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI com sede e foro jurídico sito à Rua Wenceslau Braz, 36, Centro, CEP 84261-120, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR, terá seu prazo de duração por tempo indeterminado.

Item I

A AMCVT/ é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social, atuando nos âmbitos municipal, distrital e regional, abrangendo a comunidade natural formada pelos seus habitantes. Constituída apartidária, sem discriminação de raça, sexo ou atividade profissional, é criada nesta data para organizar, congregar e otimizar a participação popular nas decisões da cidade, para que haja avanço democrático da sociedade; contribuir para a elevação do nível de conscientização quanto a direitos e deveres dos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com ou sem participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários, para que as populações da cidade possam melhorar suas condições de vida e trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. Utilizará para seus objetivos a prestação de serviços de Rádio Difusão operando em FM (Frequência Modulada) na sintonia de Mhz, baixa potência, a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, lazer, social, científico, esportes, **sem fins lucrativos**, entre outros o apoio cultural para satisfazer os encargos da Associação e a sua necessária expansão de acordo com o que dispõe o artigo 13 do parágrafo 2º do Decreto Lei 1.720 de 28/12/95 e conforme o artigo 5º inciso IX e LXVIII da Constituição de 1988, e artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos inserido no Pacto de San José da Costa Rica em 22 de dezembro de 1969 inserido no artigo 13 C/C 74 parágrafo 2 (Decreto Presidencial 678/92). Tudo dentro dos limites fixados e formas estabelecidas em Legislação específica, além de participação em outras sociedades, quer como acionistas ou quotistas, em empreendimentos.

Parágrafo Único – A AMCVT poderá impetrar Ação Civil Pública para defender os interesses do Patrimônio Público, Meio Ambiente e de todos os cidadãos da comunidade.



Ítem II

Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são as seguintes:

1. Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística, cultural e de cidadania.
2. Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades.
3. Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em transitório ou permanente, das famílias residentes, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas.
4. Promover a educação social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do município, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.
5. Ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidade dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo a condições de cidadania.

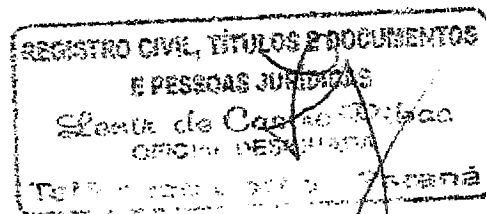
§ **Parágrafo Único** - Para alcançar seus objetivos a **AMCVT** atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, conferências, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizados. Publicará circulares, boletins, noticiosos, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando desenvolvimento e consolidando sob sua responsabilidade, ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais vigentes.

Artigo 2º. Para o cumprimento do item I do Artigo 1º a **AMCVT** realizará reuniões em sua sede ou em locais onde houver representações ou comissões designadas previamente pela diretoria em qualquer localidade do Estado do Paraná.

Artigo 3º. O presente Estatuto poderá ser modificado, desde que as alterações obedeçam os objetivos principais do mesmo e para esta finalidade será convocada uma assembléia geral.

Artigo 4º. A **AMCVT** na realização de suas atividades poderá conveniar-se com entidades públicas ou privadas que atuem na área social e que tragam benefícios a sociedade como um todo.

Parágrafo único - A Associação para desenvolver suas atividades também contratará serviços e criará estruturas físicas necessárias, no limite de suas possibilidades financeiras.



Capítulo II

DA REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º. A Associação é Representada e administrada por:

- a) Diretoria Executiva;
- b) Assembléia Geral;
- c) Presidente do Conselho Comunitário.

Artigo 6º. Conselho Comunitário é Órgão Consultivo e Fiscalizador, competindo-lhe assessorar o Presidente, interpretar o Estatuto, apreciar atos da Administração Geral e o que dispuser a Lei nº 9.612/98. O conselho será composto no mínimo de 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade.

Parágrafo Único - Poderá o Diretor do Conselho Comunitário assumir interinamente a Presidência, na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente.

Artigo 7º. A Diretoria Executiva, terá os seguintes membros:

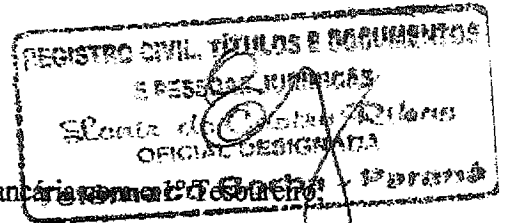
- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice-Presidente;
- c) Diretor 1º Secretário;
- d) Diretor 2º Secretário;
- e) Diretor 1º Tesoureiro;
- f) Diretor 2º Tesoureiro;
- g) Presidente do Conselho Comunitário.

Parágrafo Primeiro – O Presidente, o Vice-Presidente, os diretores e o Presidente do Conselho Comunitário não serão remunerados, mas terão ressarcidas as despesas decorrentes de suas atividades previstas neste Estatuto, quando comprovadas documentalmente.

Artigo 8º. Os Diretores e Secretários serão nomeados pelo Presidente.

Artigo 9º. O Presidente é o Chefe da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

- a) Destituir o Presidente do Conselho Comunitário, Diretores e Sócios, por: a.1) desacato às resoluções da Diretoria; a.2) prejudicar as boas relações entre a Associação e qualquer outra entidade afim; a.3) criar embaraço direta ou indiretamente à boa marcha das atividades da Associação; a.4) usar os preceitos, nome e os objetivos da Entidade de forma ilegal ou em benefício próprio.
- b) Representar a Associação nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele e executar medida de proteção;
- c) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- d) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;



- e) Exercer as funções inerentes ao cargo, movimentar conta bancária;
- f) Presidir as Assembléias Gerais;
- g) Nomeará pessoas para os departamentos que julgar necessário.

Artigo 10. Vice - Presidente é o auxiliar direto do Presidente e seu substituto imediato;

Artigo 11. Compete ao 1º Secretário:

- a) Secretariar as Assembléias Gerais e Reuniões;
- b) Guardar livros e organizar arquivos da Associação;
- c) Atender ao expediente geral.

Artigo 12. Compete ao 2º Secretário

- a) Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe foram atribuídas.

Artigo 13. Compete ao 1º Tesoureiro

- a) Arrecadar e controlar dinheiro e títulos de qualquer natureza;
- b) Receber mensalidades dos associados;
- c) Efetuar pagamentos autorizados pelo Presidente;
- d) Movimentar juntamente com o Presidente as contas da Entidade.

Artigo 14. Compete ao 2º Tesoureiro

- a) Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Artigo 15. Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Fiscalizar o andamento de cada secretaria da entidade;
- b) Emitir parecer quanto a prestação de contas, quando solicitado;
- c) Participar das Assembléias e das Comissões Gerais.

Capítulo III

Dos Sócios

Artigo 16. As Categorias são:

- a) Domiciliares:

São todas as pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT e que venham integrar o quadro social, desde que comprovada sua idoneidade através de certidões negativas comumente requeridas em concursos e venda de imóveis ou a critério da Diretoria.

a1) A definição dos valores da taxa de adesão, das mensalidades e das multas quanto à inadimplência ficará a cargo da Diretoria Executiva.

a2) Os membros da Diretoria e as pessoas nomeadas pelo Presidente a exercer cargos em Secretarias são isentos do pagamento de mensalidades, e as pessoas convidadas a compor cargo de Direção, não sendo elas associadas, ficarão isentas da taxa de adesão e das mensalidades enquanto durar o mandato, tem direito a voto e poderão ser votados.

b) Beneméritos:

São as pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT e que venham integrar o quadro social por relevantes serviços prestados a Entidade.

b1) Os Sócios Beneméritos estão isentos de taxa de adesão e mensalidades e não tem direito a voto e não poderão ser votados.

Capítulo IV

Dos Direitos e Deveres do Sócios

Artigo 17. Aos sócios profissionais liberais e técnicos quando convocados pela associação para prestar serviços à entidade, estas tarefas serão voluntárias.

Artigo 18. Os associados pessoas físicas, terão direito a atendimento jurídico gratuitamente, os quais serão prestados por profissionais conforme artigo 4º e desde que disponibilizado pela AMCVT.

Parágrafo Único: Os associados não respondem pelas obrigações assumidas e/ou decorrentes do desempenho das atividades em nome da Associação, quer solidária, quer subsidiariamente.

Artigo 19. Os associados tem o dever de pagar pontualmente as contribuições que forem determinadas pela Diretoria, sob pena de sanções previstas no presente Estatuto.

Artigo 20. O sócio domiciliar a mais de (2) dois anos como sócio da Associação e com suas mensalidades rigorosamente em dia, tem o direito de concorrer aos cargos eletivos ou nomeados pelo presidente.

Artigo 21. Somente as pessoas jurídicas e as pessoas físicas, filiadas à Associação e com suas contribuições em dia, poderão usufruir dos benefícios citados nos Artigos 18º do Capítulo IV deste Estatuto.

Capítulo V

Das Penalidades

Artigo 22. A suspensão e/ou a exclusão será tomada por, no mínimo, 2/3 dos membros da Diretoria, dentre outros, nos seguintes casos:

- a) Aquele que prejudicar as boas relações entre a Associação e qualquer outra entidade afim, bem como criar embaraço direta ou indiretamente à boa marcha das atividades da Associação;
- b) Aquele que faltar com respeito aos Diretores e seus delegados e Comissões, quando no exercício de suas funções;
- c) Aquele que for escalado a participar de eventos, festividades ou atividades oficiais, mesmo que provisoriamente e deixar de comparecer sem motivo claramente justificável;
- d) Aquele que desacatar as resoluções da Diretoria Executiva;
- e) Aquele que usar os preceitos, nome e os objetivos da Entidade de forma ilegal, em benefícios próprio;
- f) Aquele que deixar de pagar as mensalidades em dia, com 60 dias de atraso, se sujeita a Exclusão;
- g) Aquele que concorrer com motivos contrários à moral, ética, usos e costumes da lei, fica sujeito à suspensão ou exclusão de acordo com a gravidade da conduta;
- h) Aquele que agir com parcialidade, pessoalidade e com interesse político partidário, usando os preceitos da entidade com a Comunidade e outras Entidades, será passível de expulsão nos termos do *caput* deste artigo.

Artigo 23. Será expulso:

- a) O que for condenado por crimes dolosos ou repugnantes;
- b) O que praticar qualquer ato qualificado pela lei como crimes ou contravenção penal, nas dependências da Associação ou fora dela.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 24. Os casos considerados omissos ou insolúveis serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

Artigo 25. A AMCVT não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeite, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade e/ou pessoas, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

Artigo 26. De sua própria conveniência a Diretoria usará de suas atribuições de direito, para reformar Estatuto, apresentando à Assembléia sua proposta de retificação, alteração ou exclusão de seu preceito.

Artigo 27. Na ausência do Presidente a Diretoria convocará reunião para decisões de emergência visando agilizar o bom andamento da entidade como um todo.

Artigo 28. A Diretoria e o Presidente do Conselho Comunitário terão um mandato de 02(dois) anos e o Presidente, Vice-Presidente, de 04(quatro) anos, através de eleições convocadas em assembléia geral, 30(trinta) dias antes da eleição, podendo o atual presidente, reeleger-se. Os Diretores serão nomeados pelo Presidente.

Capítulo VII

Do Patrimônio

Artigo 29. Para melhor realizar os objetivos das atividades de seus propósitos, a Associação empreenderá atividades no setor produtivo e de comunicação, conforme Item I deste estatuto.

Parágrafo Único: O patrimônio da AMCVT terá como destino o investimento em prol da ampliação na área de atendimento aos associados. Em caso de dissolução da Associação, após apuradas contabilmente sua liquidação social, seu patrimônio será doado às instituições de caridade do Município ou do Estado.

Capítulo VIII

Das Considerações Finais

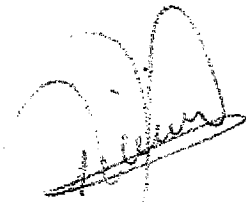
Artigo 30. A AMCVT, para fins de direito terá seu Estatuto e Ata inscritos e registrados em cartório de registros e documentos da comarca de Telêmaco Borba - PR

O Presente **ESTATUTO** e seus artigos e capítulos, atendem aos fundamentos legais para seu perfeito intuito, de acordo com os princípios constitucionais, Artigos 170, Capítulo I, Título VII e parágrafo único.

Artigo 31. O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro, revogadas as disposições em contrário. Em 26 de julho de 2002, a ATA foi aprovada em reunião na sede e foro sito à Rua Wenceslau Braz, 36 - Centro, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR.

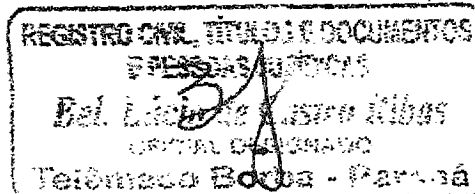
Telêmaco Borba, 30 de setembro de 2009.


Dinizar Domingues
OAB/PR - 28.351


Arioldo Vieira da Rosa
Diretor Presidente

QUARTA ALTERAÇÃO

ESTATUTO



ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT

Capítulo I

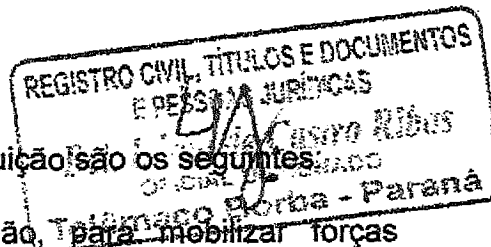
Artigo 1º. A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI com sede e foro jurídico sito à Rua Wenceslau Braz, 36, Centro, CEP 84261-120, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR, terá seu prazo de duração por tempo indeterminado.

Ítem I

A **AMCVT/** é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social, atuando nos âmbitos municipal, distrital e regional, abrangendo a comunidade natural formada pelos seus habitantes. Constituída apartidária, sem discriminação de raça, sexo ou atividade profissional, é criada nesta data para organizar, congregar e otimizar a participação popular nas decisões da cidade, para que haja avanço democrático da sociedade; contribuir para a elevação do nível de conscientização quanto a direitos e deveres dos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com ou sem participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários, para que as populações da cidade possam melhorar suas condições de vida e trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. Utilizará para seus objetivos a prestação de serviços de Rádio Difusão Comunitária operando em FM (Frequência Modulada) na sintonia de Mhz, baixa potência, a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, lazer, social, científico, esportes, **sem fins lucrativos**, entre outros o apoio cultural para satisfazer os encargos da Associação e a sua necessária expansão de acordo com o que dispõe o artigo 13 do parágrafo 2º do Decreto Lei 1.720 de 28/12/95 e conforme o artigo 5º inciso IX e LXVIII da Constituição de 1988, e artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos inserido no Pacto de San José da Costa Rica em 22 de dezembro de 1969 inserido no artigo 13 C/C 74 parágrafo 2 (Decreto Presidencial 678/92). Tudo dentro dos limites fixados e formas estabelecidas em Legislação específica.

Parágrafo Único – A AMCVT poderá impetrar Ação Civil Pública para defender os interesses do Patrimônio Público, Meio Ambiente e de todos os cidadãos da comunidade.

Item II



Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

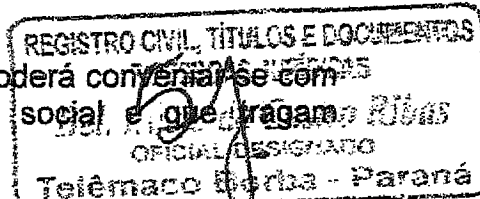
1. Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística, cultural e de cidadania.
2. Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades.
3. Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em transitório ou permanente, das famílias residentes, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas.
4. Promover a educação social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do município, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.
5. Ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidade dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo a condições de cidadania.

§ Parágrafo Único - Para alcançar seus objetivos a **AMCVT** atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, conferências, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizados. Publicará circulares, boletins, noticiosos, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando desenvolvimento e consolidando sob sua responsabilidade, ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais vigentes.

Artigo 2º. Para o cumprimento do item I do Artigo 1º a **AMCVT** realizará reuniões em sua sede ou em locais onde houver representações ou comissões designadas previamente pela diretoria em qualquer localidade do Estado do Paraná.

Artigo 3º. O presente Estatuto poderá ser modificado, desde que as alterações obedeçam os objetivos principais do mesmo e para esta finalidade será convocada uma assembleia geral.

Artigo 4º. A AMCVT na realização de suas atividades poderá convênir-se com entidades públicas ou privadas que atuem na área social e que tragam benefícios a sociedade como um todo.



Parágrafo único - A Associação para desenvolver suas atividades também contratará serviços e criará estruturas físicas necessárias, no limite de suas possibilidades financeiras.

Capítulo II

DA REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º. A Associação é Representada e administrada por:

- a) Diretoria Executiva;
- b) Assembléia Geral;
- c) Conselho Comunitário.

Artigo 6º. A Diretoria Executiva, terá os seguintes membros:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice -Presidente;
- c) Diretor 1º Secretário;
- d) Diretor 2º Secretário;
- e) Diretor 1º Tesoureiro;
- f) Diretor 2º Tesoureiro;
- g) Diretor Patrimonial;
- h) Diretor de Eventos;
- i) Diretor de Programação;
- j) Diretor de Marketing;
- k) Diretor Jurídico;
- l) Presidente do Conselho Comunitário.

Parágrafo Primeiro – O Presidente, o Vice-Presidente, os diretores e o Presidente do Conselho Comunitário não serão remunerados, mas terão ressarcidas as despesas decorrentes de suas atividades previstas neste Estatuto, quando comprovadas documentalmente, assim como, estarão isentos do pagamento de suas mensalidades como sócios enquanto perdurar seus mandatos.

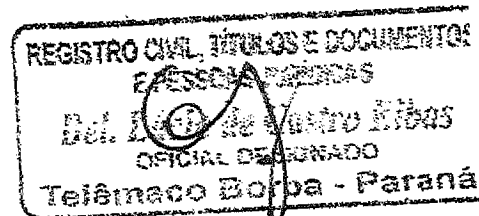
Artigo 7º. O Presidente é o Chefe da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

- a) Representar a Associação nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele e executar medida de proteção; Exercer as funções inerentes ao cargo, movimentar conta bancária com o 1º Tesoureiro;
- b) Presidir as Assembléias Gerais;
- c) Nomeará pessoas para os departamentos que julgar necessário.

Artigo 8º. Vice - Presidente é o auxiliar direto do Presidente e seu substituto imediato;

Artigo 9º. Compete ao 1º Secretário:

- a) Secretariar as Assembleias Gerais e Reuniões;
- b) Guardar livros e organizar arquivos da Associação;
- c) Atender ao expediente geral.



Artigo 10º. Compete ao 2º Secretário:

- a) Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe foram atribuídas.

Artigo 11º. Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) Arrecadar e controlar dinheiro e títulos de qualquer natureza;
- b) Receber mensalidades dos associados;
- c) Efetuar pagamentos autorizados pelo Presidente;
- d) Movimentar juntamente com o Presidente as contas da Entidade.

Artigo 12º. Compete ao 2º Tesoureiro:

- a) Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Artigo 13º. Compete ao Diretor Patrimonial:

- a) Inventariar periodicamente os bens móveis e imóveis da Associação de forma a manter atualizado o controle patrimonial da entidade;
- b) Agregar ao controle patrimonial toda e qualquer aquisição de bens duráveis, sejam eles moveis ou imóveis adquiridos pela entidade;
- c) Manter controle digital e físico do patrimônio da entidade.

Artigo 14º. Compete ao Diretor de Eventos:

- a) Promover mediante aprovação do Presidente, atividades voltadas ao bem comum da comunidade, seja nas áreas de saúde, educação ou cidadania;
- b) Promover mediante aprovação do presidente, atividades voltadas às diversas datas alusivas e comemorativas no decorrer do ano;
- c) Buscar recursos em parceria com o Diretor de Marketing para viabilizar a promoção de eventos da entidade.

Artigo 15º. Compete ao Diretor de Programação:

- a) Administrar a programação da emissora de radiodifusão acompanhando o seu desempenho com base nos padrões definidos neste Estatuto e demais legislações pertinentes;
- b) Desenvolver programação anual adequada e voltada ao bem comum da comunidade buscando sempre a atualização dos interesses comuns da comunidade;
- c) Estudar e desenvolver novos talentos dentro da comunidade, promovendo a oportunidade de atuação para aqueles que despontarem.

Artigo 16º. Compete ao Diretor de Marketing:

- a) Promover a divulgação da entidade buscando atender o seu cunho social e comunitário;
- b) Buscar recursos à título de apoios culturais e/ou doações para a promoção de eventos programados pela entidade e voltados aos interesses sociais e comunitários.



Artigo 17º. Compete ao Diretor Jurídico:

- a) Assessorar juridicamente os atos da Diretoria Executiva.

Artigo 18º. Compete ao Pres. do Conselho Comunitário:

- a) Substituir interinamente a Presidência, na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente;
- b) Levar as deliberações do Conselho Comunitário nas reuniões da Diretoria e Assembleia Geral.

Artigo 19º. Compete a Assembléia Geral:

- a) Assembléia Geral ocorrerá para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e o que o estatuto prever.
- b) Para as deliberações a que se referem a destituição dos administradores e alteração do estatuto é exigido assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.
- c) A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente por, no mínimo, um quinto dos associados.

Artigo 20º. Conselho Comunitário é Órgão Consultivo e Fiscalizador, competindo-lhe assessorar o Presidente, interpretar o Estatuto, apreciar atos da Administração Geral e o que dispuser a Lei nº 9.612/98. O conselho será composto no mínimo de 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade.

Artigo 21º. Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Fiscalizar o andamento de cada secretaria da entidade;
- b) Emitir parecer quanto à prestação de contas, quando solicitado;
- c) Participar das Assembléias e das Comissões Gerais.

Capítulo III

Dos Sócios

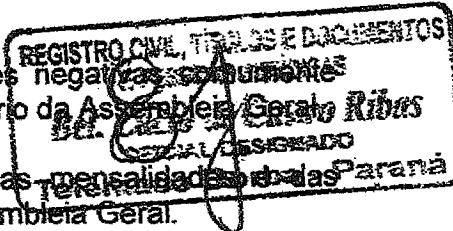
Artigo 22º. As Categorias são:

a) Domiciliares:

São todas as pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT e que venham integrar o quadro social, desde

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]

que comprovada sua idoneidade através de certidões negativas, especialmente requeridas em concursos e venda de imóveis ou a critério da Assembleia Geral.



a1) A definição dos valores da taxa de adesão, das mensalidades e das medidas quanto à inadimplência ficará a cargo da Assembleia Geral.

b) Beneméritos:

São as pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT e que venham integrar o quadro social por relevantes serviços prestados a Entidade.

b1) Os Sócios Beneméritos estão isentos de taxa de adesão e mensalidades e não tem direito a voto e não poderão ser votados.

Capítulo IV

Dos Direitos e Deveres dos Sócios

Artigo 23º. Aos sócios profissionais liberais e técnicos quando convocados pela associação para prestar serviços à entidade, estas tarefas serão voluntárias.

Artigo 24º. Os associados, pessoas físicas, terão direito a atendimento jurídico gratuitamente, os quais serão prestados por profissionais conforme artigo 4º e desde que disponibilizado pela AMCVT.

Parágrafo Único: Os associados não respondem pelas obrigações assumidas e/ou decorrentes do desempenho das atividades em nome da Associação, quer solidária, quer subsidiariamente.

Artigo 25º. Os associados, tem o dever de pagar pontualmente as contribuições que forem determinadas pela Assembleia Geral, sob pena de sanções previstas no presente Estatuto.

Artigo 26º. Os associados, pessoas físicas, tem o direito a voz e voto nas assembleias gerais, bem como o de concorrer a todos os cargos eletivos da Entidade.

Artigo 27º. Somente as pessoas jurídicas e as pessoas físicas, filiadas à Associação e com suas contribuições em dia, poderão usufruir dos benefícios citados nos Artigos 18º do Capítulo IV deste Estatuto.

Artigo 28º. Os associados, pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e domiciliadas na localidade, tem o direito a voz e voto nas assembleias gerais, bem como o de escolher, por intermédio de seus representantes legais, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos.

Capítulo V

Das Penalidades

Artigo 29º. A suspensão e/ou a exclusão será tomada por, no mínimo, 2/3 dos membros da Diretoria, dentre outros, nos seguintes casos:

- a) Aquele que prejudicar as boas relações entre a Associação e qualquer outra entidade afim, bem como criar embaraço direta ou indiretamente à boa marcha das atividades da Associação;
- b) Aquele que faltar com respeito aos Diretores e seus delegados e Comissões, quando no exercício de suas funções;
- c) Aquele que for escalado a participar de eventos, festividades ou atividades oficiais, mesmo que provisoriamente e deixar de comparecer sem motivo claramente justificável;
- d) Aquele que desacatar as resoluções da Diretoria Executiva;
- e) Aquele que usar os preceitos, nome e os objetivos da Entidade de forma ilegal, em benefício próprio;
- f) Aquele que deixar de pagar as mensalidades em dia, com 60 dias de atraso, se sujeita a Exclusão;
- g) Aquele que concorrer com motivos contrários à moral, ética, usos e costumes da lei, fica sujeito à suspensão ou exclusão de acordo com a gravidade da conduta;
- h) Aquele que agir com parcialidade, pessoalidade e com interesse político partidário, usando os preceitos da entidade com a Comunidade e outras Entidades, será passível de expulsão nos termos do *caput* deste artigo.

Artigo 30º. Será expulso:

- a) O que praticar qualquer ato qualificado pela lei como crimes ou contravenção penal, nas dependências da Associação ou fora dela.
- b) O que for condenado por crimes dolosos ou repugnantes;

Artigo 31º. Todo associado terá direito à ampla defesa e recurso à Assembleia Geral que estiver em processo de exclusão, expulsão ou suspensão.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 32º. Os casos considerados omissos ou insolúveis serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

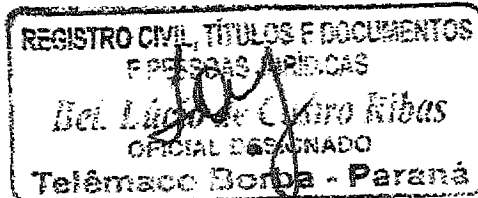
Artigo 33º. A AMCVT não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeite, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade e/ou pessoas, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

Artigo 34º. De sua própria conveniência a Diretoria usará de suas atribuições de direito, para reformar Estatuto, apresentando à Assembleia Geral sua proposta de retificação, alteração ou exclusão de seus preceitos.

Artigo 35º. Na ausência do Presidente a Diretoria convocará reunião para decisões de emergência visando agilizar o bom andamento da entidade como um todo.

Artigo 36º. A Diretoria Executiva terá mandato de 04(quatro) anos, através de eleições convocadas com 30 (trinta) dias de antecedência e eleita em assembleia geral, podendo a atual diretoria, reeleger-se.

Capítulo VII
Do Patrimônio



Artigo 37º. As fontes de recursos que comporão o patrimônio da Entidade serão: contribuições sociais definidas em assembleias gerais, doações, auxílios e subvenções, bens móveis e imóveis, rendas e juros de depósitos bancários, patrocínios, etc.

Parágrafo Único: O patrimônio da AMCVT terá como destino o investimento em prol da ampliação na área de atendimento aos associados e na área de Radio Difusão Comunitária. Em caso de dissolução da Associação, após apuradas contabilmente sua liquidação social, seu patrimônio será doado às instituições de caridade do Município ou do Estado.

Capítulo VIII
Das Considerações Finais

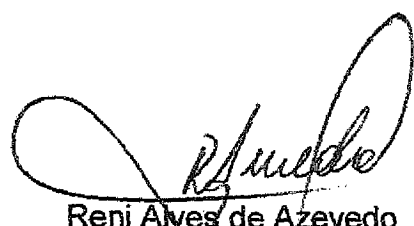
Artigo 38º. A AMCVT, para fins de direito, terá seu Estatuto e Ata, inscritos e registrados em cartório de registros e documentos da comarca de Telêmaco Borba - PR

Artigo 39º. O Presente **ESTATUTO** e seus artigos e capítulos, atendem aos fundamentos legais para seu perfeito intuito, de acordo com os princípios constitucionais, Artigos 170, Capítulo I, Título VII e parágrafo único.

Artigo 40º. O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro, revogadas as disposições em contrário. Em 20 de dezembro de 2010, a ATA foi aprovada em reunião na sede e foro sito à Rua Wenceslau Braz, 36 - Centro, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR.

Telêmaco Borba, 20 de dezembro de 2010.


Dinizar Domingues
OAB/PR - 28.351


Reni Alves de Azevedo
Diretor Presidente

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI - AMCVT
Rua Wenceslau Braz, 36, CEP 84261-120, Centro, Telêmaco Borba - PR
CNPJ/MF nº 01.753.926/0001-10

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Bel. *Lúcio de Castro Ribas*
OFICIAL DESIGNADO
Telêmaco Borba - Paraná

10/01
Diretor de Eventos
Eloisa Valeria dos Santos
RG nº 8.239.824-4 SSP/PR
CPF 044.782.369-84

[Assinatura]
Diretor de Programação
Marcelo José de M. Junior
RG nº 9.473.095-3
CPF 057.576.179-26

[Assinatura]
Diretor de Marketing
Benedito Alves Junior
RG nº 932.327 SSP/PR
CPF 091.905.979-15

[Assinatura]
Pres. Cons. Comunitário
José Carlos Medeiros
RG nº 4.440.459-1 PR
CPF nº 481.714.689-34

[Assinatura]
Diretor Jurídico
Dinizar Domingues
OAB/PR 28.351

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE
PESSOAS JURÍDICAS**

COMARCA DE TELÊMACO BORBA - PARANÁ

Protocolo N.º 27321 Fl. 297 L. A-2

Averbado no lado de l. 432

Fls. 290 A-3 Pe. Jurídicas

Em 24 de 02 de 2011

[Assinatura]
OFICIAL DESIGNADA

**REGISTRO CIVIL, TÍTULOS
E DOCUMENTOS**

Bel. *Iosiane B. de Castro Ribas*
JURAMENTADA

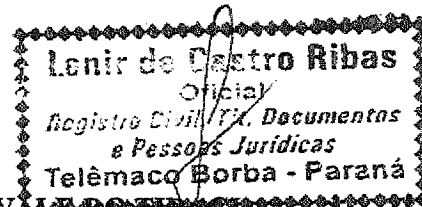
**DOCUMENTO
FOI DISTRIBUIDO**
3653/2011

Lei 13.226 de 19/07/2011
SELO
FUNARPEN
REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS
Bel. *Lúcio de Castro Ribas*
OFICIAL DESIGNADO
Telêmaco Borba - Paraná
DIA18050

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI



Capítulo I

Artigo 1º

A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI com sede e foro jurídico sito Av. Edmundo Mercer Jr., nº 275, CEP84261-010, Centro nesta cidade de Telêmaco Borba - PR, terá seu prazo de duração por tempo indeterminado.

Ítem I

A AMCVT/ é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social, atuando nos âmbitos municipal, distrital e regional, abrangendo a comunidade natural formada pelos seus habitantes. Constituída apartidária, sem discriminação de raça, sexo ou atividade profissional, é criada nesta data para organizar, congregar e otimizar a participação popular nas decisões da cidade, para que haja avanço democrático da sociedade; contribuir para a elevação do nível de conscientização quanto a direitos e deveres dos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com ou sem participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários, para que as populações da cidade possam melhorar suas condições de vida e trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. Utilizará para seus objetivos a prestação de serviços de Rádio Difusão operando em FM (Frequência Modulada) na sintonia de Mhz, baixa potência, a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, lazer, social, científico, esportes, sem fins lucrativos, entre outros o apoio cultural para satisfazer os encargos da Associação e a sua necessária expansão de acordo com o que dispõe o artigo 13 do parágrafo 2º do Decreto Lei 1.720 de 28/12/95 e conforme o artigo 5º inciso IX e LXVIII da Constituição de 1988, e artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos inserido no Pacto de San José da Costa Rica em 22 de dezembro de 1969 inserido no artigo 13 C/C 74 parágrafo 2 (Decreto Presidencial 678/92). Tudo dentro dos limites fixados e formas estabelecidas em Legislação específica, além de participação em outras sociedades, quer como acionistas ou quotistas, em empreendimentos. .

Ítem II

Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são as seguintes:

1. Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística, cultural e de cidadania.
2. Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades.

3. Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informações úteis, concreta e prática, em transitório ou permanente, das famílias residentes, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas.
4. Promover a educação social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do município, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.
5. Ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidade dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo a condições de cidadania.

§ **Parágrafo Único** - Para alcançar seus objetivos a AMCVT atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, conferências, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizados. Publicará circulares, boletins, noticiosos, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando desenvolvimento e consolidando sob sua responsabilidade, ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais vigentes.

Artigo 2º

Para o cumprimento do item I do Artigo 1º a AMCVT realizará reuniões em sua sede ou em locais onde houver representações ou comissões designadas previamente pela diretoria em qualquer localidade do Estado do Paraná.

Artigo 3º

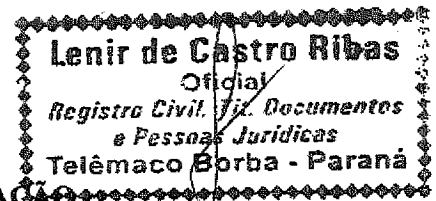
O presente Estatuto poderá ser modificado, desde que as alterações obedeçam os objetivos principais do mesmo e para esta finalidade será convocada uma assembléia geral.

Artigo 4º

A AMCVT na realização de suas atividades poderá conveniar-se com entidades públicas ou privadas que atuem na área social e que tragam benefícios a sociedade como um todo.

Parágrafo único - A Associação para desenvolver suas atividades também contratará serviços e criará estruturas físicas necessárias, no limite de suas possibilidades financeiras. O Presidente, por suas atividades na entidade, a título de cobertura de despesas da entidade, poderá retirar um valor nunca superior a 25% (vinte e cinco por cento) dos fundos arrecadados no mês.

Capítulo II



DA REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 1º

A Associação é Representada e administrada por:

- a) Diretoria Executiva;
- b) Assembléia Geral;
- c) Conselho comunitário.

Artigo 2º

Conselho Comunitário é Órgão Consultivo e Fiscalizador, competindo-lhe assessorar o Presidente, interpretar o Estatuto, convocar Assembléias Gerais e apreciar atos da Administração Geral. O conselho será composto de 07(sete) membros, podendo este número ser ampliado ou reduzido, devidamente autorizado e de acordo com a conveniência da comunidade ou por escolha do Diretor Presidente.

Parágrafo Único - Poderá o Diretor do Conselho assumir interinamente na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente.

Artigo 3º

A Diretoria Executiva, terá os seguintes membros:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice -Presidente;
- c) Diretor 1º Secretário;
- d) Diretor 2º Secretário;
- e) Diretor 1º Tesoureiro;
- f) Diretor 2º Tesoureiro;
- g) Presidente do Conselho Comunitário.

Artigo 4º

Os Secretários serão nomeados pelo Presidente, sendo este ato referenciado pelo Conselho Comunitário.

Artigo 5º

O Presidente é o Chefe da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

- a) Destituir o Presidente do Conselho Comunitário, Diretores e Sócios, por: a.1) desacato às resoluções da Diretoria; a.2) prejudicar as boas relações entre a Associação e qualquer outra entidade afim; a.3) criar embaraço direta ou indiretamente à boa marcha das atividades da Associação; a.4) usar os preceitos, nome e os objetivos da Entidade de forma ilegal, em benefício próprio.

Several handwritten signatures in black ink, some overlapping, located at the bottom right of the page.

- b) Representar a Associação nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele, e executar medida de proteção;
- c) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- d) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- e) Exercer as funções inerentes ao cargo, movimentar conta bancária com o 1º Tesoureiro;
- f) Presidir as Assembléias Gerais.

Artigo 6º

Vice - Presidente é o auxiliar direto do Presidente e seu substituto imediato;

Artigo 7º

Compete ao 1º Secretário:

- a) Secretariar as Assembléias Gerais e Reuniões;
- b) Guardar livros e organizar arquivos da Associação;
- c) Atender ao expediente geral.

Artigo 8º

Compete ao 2º Secretário

- a) Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe foram atribuídas.

Artigo 9º

Compete ao 1º Tesoureiro

- a) Arrecadar e controlar dinheiro e títulos de qualquer natureza;
- b) Receber mensalidades dos associados;
- c) Efetuar pagamentos autorizados pelo Presidente;
- d) Movimentar as contas da Entidade.

Artigo 10º

Compete ao 2º Tesoureiro

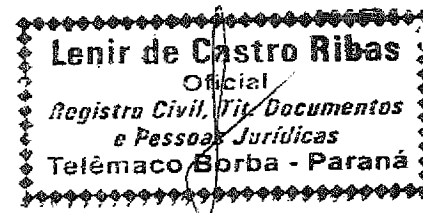
- a) Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Artigo 11º

Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Fiscalizar o andamento de cada secretaria da entidade;
- b) Informar o parecer da Diretoria;

c) Participar das Assembléias e das Comissões Gerais.



Capítulo III

Dos Sócios

Artigo 1º

As Categorias são:

a) Domiciliares:

São todas as pessoas físicas e jurídicas, domiciliadas nas localidades abrangidas pela ação da AMCVT responsáveis e que venham integrar o quadro social,

b) Beneméritos:

São as pessoas físicas e jurídicas que tenham prestados serviços à AMCVT e sejam considerados merecedoras das distinções específicas.

Capítulo IV

Dos Direitos e Deveres

Artigo 1º

Para melhor realizar os objetivos das atividades de seus propósitos, a Associação empreenderá atividades no setor produtivo e de comunicação, conforme Ítem I deste estatuto.

Dos Associados

Artigo 2º

Aos sócios profissionais liberais e técnicos quando convocados pela associação para prestar serviços à entidade, estas tarefas serão voluntárias.

Artigo 3º

Os associados pessoas físicas, terão direito a atendimento jurídico gratuitamente, os quais serão prestados por profissionais conforme artigo 4º.

Parágrafo Único: Os associados não respondem pelas obrigações assumidas em nome da Associação.

Artigo 4º

Os associados pessoas jurídicas, também gozarão do direito de atendimento jurídico gratuito.

Artigo 5º

O sócio domiciliar tem o direito de concorrer aos cargos eletivos ou nomeados pelo presidente.

Several handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. They appear to be official signatures of the board members or the president.

Parágrafo Único: O patrimônio da AMCVT terá como destino o investimento em prol da ampliação na área de atendimento aos associados. Em caso de dissolução da Associação, após apuração contabilmente sua liquidação social, seu patrimônio será doado às instituições de caráter filantrópico, ao Município ou do Estado.

Artigo 6º

Somente as pessoas jurídicas e as pessoas físicas, filiadas à Associação e com suas contribuições em dia, poderão usufruir dos benefícios citados nos Artigos 3º e 4º do Capítulo IV deste Estatuto.

Capítulo V

Das Penalidades

Artigo 1º

Será Suspendido:

- Aquele que prejudicar as boas relações entre a Associação e qualquer outra entidade afim, bem como criar embaraço direta ou indiretamente à boa marcha das atividades da Associação;
- Aquele que faltar com respeito aos Diretores e seus delegados e Comissões, quando no exercício de suas funções;
- Aquele que for escalado a participar de eventos, festividades ou atividades oficiais, mesmo que provisoriamente e deixar de comparecer sem motivo claramente justificável;
- Aquele que desacatar as resoluções da Diretoria; *exceção*
- Aquele que usar os preceitos, nome e os objetivos da Entidade de forma ilegal, em benefícios próprio.

Artigo 2º

Será expulso:

- O que for condenado por crimes dolosos ou repugnantes;
- O que praticar qualquer ato qualificado pela lei como crimes de contravenção penal, nas dependências da Associação ou fora dela.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 1º

Os casos considerados omissos ou insolúveis serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

Artigo 2º

O Diretor Presidente nomeará pessoas para o departamento de pesquisas com atividade específicas

Artigo 3º

De sua própria conveniência a Diretoria usará de suas atribuições de direito para reformar o Estatuto, apresentando à Assembléia sua proposta de retificação, alteração ou exclusão de seu preceito.

Artigo 4º

Na ausência do Presidente a Diretoria convocará reunião para decisões de emergência visando agilizar o bom andamento da entidade como um todo.

Artigo 5º

A Diretoria e o Presidente do Conselho Comunitário terão um mandato de 02(dois) anos e o Presidente, Vice-Presidente, de 04(quatro) anos, através de eleições convocadas em assembléia geral, 30(trinta) dias antes da eleição, podendo o atual presidente, reeleger-se. Os Diretores serão nomeados pelo Presidente, sendo este ato referenciado pelo Conselho Comunitário.

Capítulo VII Das Considerações Finais

Artigo 1º

A AMCVT, para fins de direito terá sua Retificação do Estatuto e Ata inscritos e registrados em cartório de registros e documentos da comarca de Telêmaco Borba - PR


Artigo 2º


O Presente ESTATUTO e seus artigos e capítulos, atendem aos fundamentos legais para seu perfeito intuito, de acordo com os princípios constitucionais, Artigos 170, Capítulo I, Título VII e parágrafo único.

Artigo 3º

A presente Retificação do Estatuto entrará em vigor na data de seu registro, revogadas as disposições em contrário. Em 17 de fevereiro de 1998, a ATA foi aprovada em reunião na sede e foro sito à Av. Edmundo Mercer Jr. , nº 275, CEP 84261-010, Centro, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR.

Telêmaco Borba, 17 de fevereiro de 1998.


Alexandre Rodolfo Coelho Soares
OAB/PR - 21443 -B


Arioldo Vieira da Rosa
Diretor Presidente

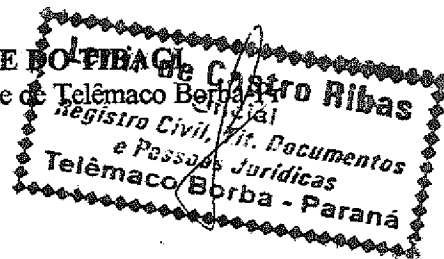
**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS**

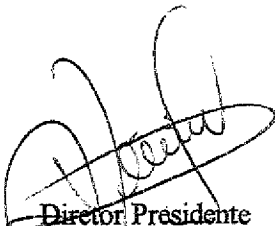
Comarca de Telêmaco Borba - Paraná
Protocolo N.º 14.342 Fis. 119 Livro A - 2
AVERBADO ao lado do Registro N.º 432
Fis. 290 Livro A. pes. jurídicas
Em, 03 1 02 98
[Assinatura]
A OFICIAL

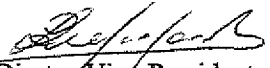
Josiane B. de Castro Ribas
JURAMENTADA


Lenir de Castro Ribas
Oficial
Registro Civil, Tit. Documentos
e Pessoas Jurídicas
Telêmaco Borba - Paraná

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO FIBAGI
Av. Edmundo Mercer Jr., nº 275, CEP 84261-010, Centro, nesta cidade de

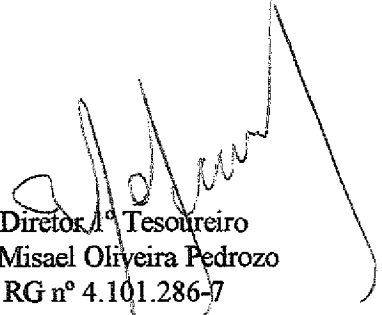




Diretor Presidente
Arioldo Vieira da Rosa
RG nº 3.351.393/3
C.P.F. nº 457.874.689-53


Diretor Vice-Presidente
Luiz Alberto Dubiela da Cunha
RG nº 402.974.72
C.P.F. nº 593.010.749-16


Diretor 1º Secretário
Ângelo Augusto Alves
RG nº 6.053.625/2
C.P.F. 291.210.359-20

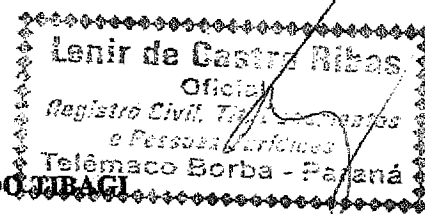

Diretor 2º Secretário
Leni Meireles da Rosa
RG nº 4.025.757/8
C.P.F. nº 440.947.609-20


Diretor 1º Tesoureiro
Misael Oliveira Pedrozo
RG nº 4.101.286-7
C.P.F. nº 461.560.709-15


Diretor 2º Tesoureiro
Carmen Silvia Carvalho Pazinato
RG. nº 8.310.382
C.P.F. nº 330.160.898-15

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI



Capítulo I

Artigo 1º

A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI com sede e foro jurídico sito Av. Edmundo Mercer Jr., nº 275, CEP 84261-010, Centro nesta cidade de Telêmaco Borba - PR, terá seu prazo de duração por tempo indeterminado.

Ítem I

A AMCVT tem por objetivo à prestação de serviços de programas e campanhas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, lazer, social, científico, esportes, sem fins lucrativos entre outros o apoio cultural para satisfazer os encargos da Associação e a sua necessária expansão de acordo o que dispões o artigo 13 parágrafo 2º do Decreto Lei 1.720 de 28/12/95 e conforme o artigo 5º inciso IX e LXVIII da Constituição de 1988, e artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos inserido no Pacto de San José da Costa Rica em 22 de dezembro de 1969 inserido no artigo 13 C/C 74 parágrafo 2 (Decreto Presidencial 678/92) e nos limites fixados e formas estabelecidas em Legislação específica, participação em outras sociedades, quer como acionistas ou quotistas, em empreendimentos executadas as operações relativas às atividades que dependem de autorização ou registro especial.

Artigo 2º

Para o cumprimento do item I do Artigo 1º a AMCVT realizará em sua sede ou em locais onde houver representações ou comissões designadas previamente pela diretoria em qualquer localidade do Estado do Paraná.

Artigo 3º

O presente Estatuto poderá ser modificado, desde que, as alterações obedeçam os objetivos principais do mesmo e para esta finalidade será convocada uma assembléia geral.

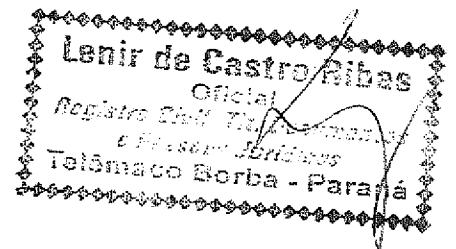
Artigo 4º

A AMCVT na realização de suas atividades, poderá conveniar-se a qualquer entidade pública ou privada, tais como:

Colaborar com entidades que atuem na área social e que tragam benefícios a sociedade como um todo.

Parágrafo Único - A Associação para desenvolver suas atividades, também contratará serviços e criará estruturas físicas necessárias no limite de suas possibilidades financeiras. O presidente por suas atividades na entidade, a título de cobertura de despesas da entidade, poderá retirar um valor nunca superior a 25% (vinte e cinco por cento) dos fundos arrecadados no mês.

Capítulo II



DA REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 1º

A Associação é Representada e administrada por:

- a) Diretoria Executiva;
- b) Assembléia Geral;
- c) Conselho Comunitário.

Artigo 2º

O Conselho Comunitário é Órgão Consultivo e Fiscalizador, competindo-lhe assessorar o Presidente, interpretar o Estatuto, convocar Assembléias Gerais e apreciar atos da Administração Geral. O Conselho será composto por 07 (sete membros, podendo este número ser ampliado ou reduzido, devidamente autorizado de acordo com a conveniência da comunidade ou por escolha do Diretor Presidente.

Parágrafo Único - Poderá o Diretor do Conselho assumir interinamente na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente.

Artigo 3º

A Diretoria Executiva, terá os seguintes membros:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice-Presidente;
- c) Diretor 1º Secretário;
- d) Diretor 2º Secretário;
- e) Diretor 1º Tesoureiro;
- f) Diretor 2º Tesoureiro;
- g) Presidente do Conselho Comunitário.

Artigo 4º

Os Secretários serão nomeados pelo Presidente, sendo este ato referenciado pelo Conselho Comunitário.

Artigo 5º

O Presidente é o Chefe da Diretoria Executiva, e compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele e executar medida de proteção;
- b) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- c) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- d) Exercer as funções inerentes ao cargo, movimentar conta bancária com o 1º Tesoureiro;
- e) Presidir as Assembléias Gerais.

Artigo 6º

O Vice - Presidente é o auxiliar direto do Presidente e seu substituto imediato.

Artigo 7º

Compete ao 1º Secretário:

- a) Secretariar as Assembléias Gerais e Reuniões;
- b) Guardar livros e organizar arquivos da Associação;
- c) Atender ao expediente geral.

Artigo 8º

Compete ao 2º Secretário:

- a) Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe foram atribuídas.

Artigo 9º

Compete ao 1º Tesoureiro

- a) Arrecadar e controlar dinheiro e títulos de qualquer natureza;
- b) Receber mensalidades dos associados;
- c) Efetuar pagamentos autorizados pelo Presidente;
- d) Movimentar as contas da Entidade.

Artigo 10º

Compete ao 2º Tesoureiro

- a) Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e colaborar em seus encargos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Artigo 11º

Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Fiscalizar o andamento de cada secretaria da entidade.
- b) Informar o parecer da Diretoria;
- c) Participar das Assembléias e das Comissões Gerais.

Capítulo III

Dos Sócios

Artigo 1º

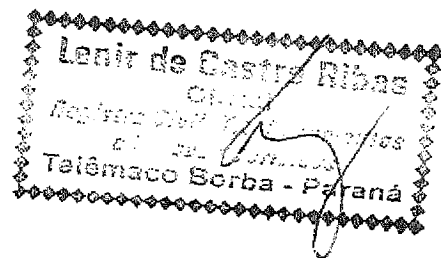
As categorias são:

- a) Domiciliares:

São todas as pessoas físicas e jurídicas, domiciliadas nas localidades responsáveis e que venham integrar o quadro social.

- b) Beneméritos:

São as pessoas físicas e jurídicas que tenham prestados serviços à AMCTV e sejam considerados merecedores das distinções específicas.



Capítulo IV

Dos Direitos e Deveres

Artigo 1º

Para melhor realizar os objetivos das atividades de seus propósitos, a Associação empreenderá atividades no setor produtivo e de comunicação, conforme item I deste estatuto.

Dos Associados

Artigo 2º

Aos sócios profissionais liberais e técnicos quando convocados pela associação para prestar serviços à entidade, estas tarefas serão voluntárias.

Artigo 3º

Os associados pessoas físicas, terão direito jurídico gratuitamente, os quais serão prestados por profissionais conforme artigo 4º.

Parágrafo Único: Os associados não respondem pelas obrigações assumidas em nome da Associação.

Artigo 4º

Os associados pessoas jurídicas, também gozarão dos direitos jurídicos que vierem necessitar gratuitamente, estas também terão todas as orientações através dos advogados e dos contabilistas da associação, para proceder em caso de necessidade.

Artigo 5º

O sócio domiciliar tem o direito de concorrer aos cargos eletivos ou nomeados pelo presidente.

Parágrafo Único - O patrimônio da AMCVT terá como destino o investimento em prol a ampliação na área de atendimento aos associados. Em caso de dissolução da Associação, após apuradas contabilmente sua liquidação social seu patrimônio será doado às instituições de caridade do Estado ou do Município.

Artigo 6º

Somente as pessoas jurídicas e as pessoas físicas, filiadas na Associação e com suas contribuições em dia, poderão usufruir dos benefícios citados nos Artigos 3º e 4º do Capítulo IV deste Estatuto.

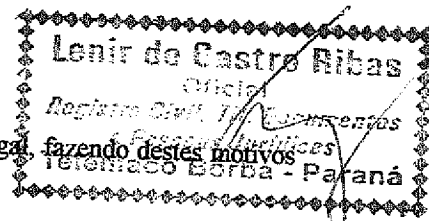
CAPÍTULO V

Das Penalidades

Artigo 1º

Será suspenso:

- Aquele que prejudicar as boas relações entre a Associação e qualquer outra entidade afins, bem como criar embaraço à boa marcha das atividades da Associação direta ou indiretamente;
- Aquele que faltar com respeito aos Diretores e seus Delegados e Comissões, quando no exercício de suas funções;
- Aquele que for escalado a participar de eventos, festividades ou atividades oficiais, mesmo que provisoriamente deixar de comparecer sem motivo claramente justificável;
- Aquele que desacatar as resoluções da Diretoria, quando ofícios lançados pela Diretoria ou Presidência à favor da Entidade;



- e) Aquele que usar os preceitos, nome e os objetivos da Entidade de forma ilegal, fazendo destes motivos em próprios benefícios.

Artigo 2º

Será expulso:

- a) O que for condenado por crimes dolosos ou repugnantes;
- b) O que praticar qualquer ato qualificado pela lei por crimes de contravenção penal nas dependências da Associação ou fora dela.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 1º

Os casos considerados omissos ou insolúveis serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

Artigo 2º

O Diretor Presidente nomeará pessoas para o departamento de pesquisas com atividades específicas.

Artigo 3º

De sua própria conveniência a Diretoria usará de suas atribuições que lhe é direito, reformar Estatuto, apresentar à Assembléia sua proposta de retificação, alteração ou exclusão de seu preceito.

Artigo 4º

A critério da Presidência, em sua ausência a Diretoria convocará reunião para decisões de emergência visando agilizar o bom andamento da entidade como um todo.

Artigo 5º

A Diretoria terá um mandato de 02(dois) anos e o Presidente, Vice-Presidente, de 04(quatro) anos, através de eleições convocadas em assembléia geral, 30(trinta) dias antes da eleição, podendo o atual presidente, reeleger-se. Os Diretores serão nomeados pelo Presidente, sendo este ato referenciado pelo Conselho Comunitário.

Capítulo VII

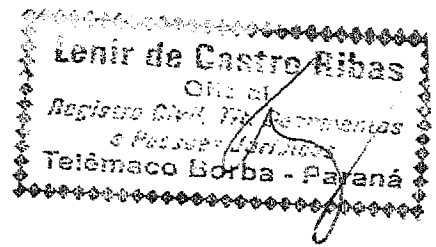
Das Considerações Finais

Artigo 1º

A AMCVT, para fins de direito terá seu Estatuto e a ATA inscrita e registrada em cartório de registros e documentos da comarca de Telêmaco Borba-PR.

Artigo 2º

O Presente ESTATUTO e seus artigos e capítulos, atende aos fundamentos legais para seu perfeito intuito, de acordo com os princípios constitucionais, Artigos 170, Capítulo I, Título VII e parágrafo único.

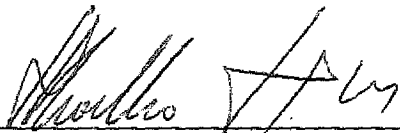


Artigo 3º

O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro, revogadas as disposições ao contrário, em 19 de Março de 1997, a ATA fora aprovada em reunião na sede foro sito à Av. Edmundo Mercer Jr. , nº 275, CEP 84261-010, Centro, nesta cidade de Telêmaco Borba - PR.

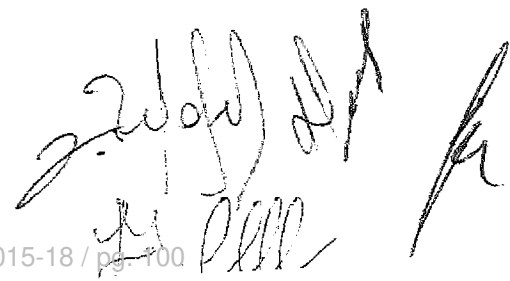
Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrado o presente Estatuto.

Telêmaco Borba , 19 de Março de 1997

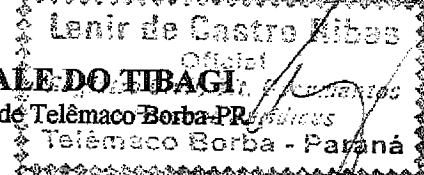

Advogado

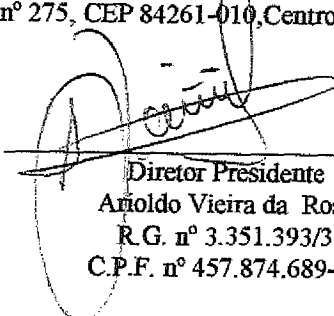
Alexandre Rodolfo Coelho Soares

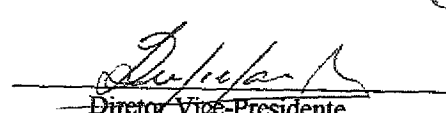
OAB/PR - 21443 - B



Arildo Vieira da Rosa
Diretor Presidente

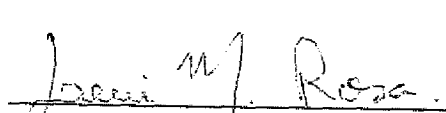
ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI
Av. Edmundo Mercer Jr., nº 275, CEP 84261-010, Centro, nesta cidade de Telêmaco Borba - Paraná

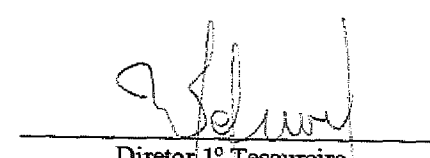


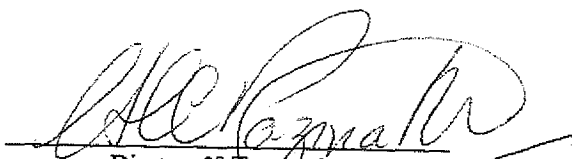

Diretor Presidente
Arnaldo Vieira da Rosa
R.G. nº 3.351.393/3
C.P.F. nº 457.874.689-53

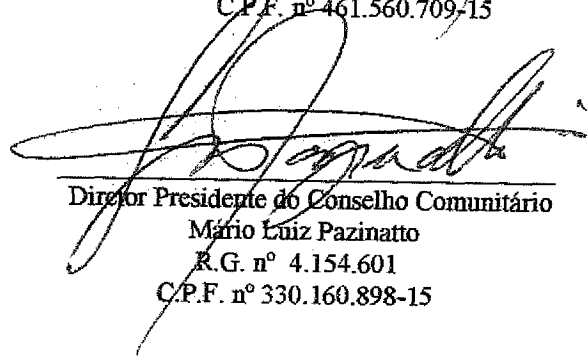

Diretor Vice-Presidente
Luiz Alberto Dubiela da Cunha
R.G. nº 402.974.72
C.P.F. nº 593.010.749-16


Diretor 1º Secretário
Ângelo Augusto Alves
R.G. nº 6.053.625/2
C.P.F. nº 291.210.359-20

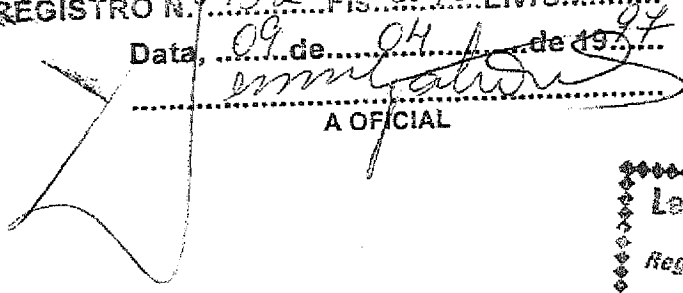

Diretor 2º Secretário
Leni Meireles da Rosa
R.G. nº 4.025.757/8
C.P.F. nº 440.947.609-20

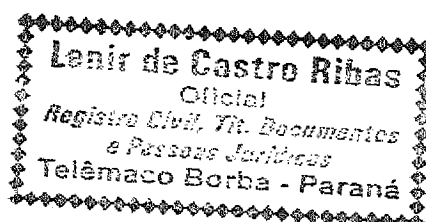

Diretor 1º Tesoureiro
Misael Oliveira Pedrozo
R.G. nº 4.101.286-7
C.P.F. nº 461.560.709-15


Diretor 2º Tesoureiro
Carmen Silvia Carvalho Pazinato
R.G. nº 8.310.382
C.P.F. nº 330.160.898-15


Diretor Presidente do Conselho Comunitário
Mário Luiz Pazinato
R.G. nº 4.154.601
C.P.F. nº 330.160.898-15

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS**

Comarca de Telêmaco Borba - Paraná
Protocolo N.º 13640 Fis. 103 Livro A-2
REGISTRO N.º 432 Fis. 290 Livro A-2
Data, 09 de 04 de 1997

A OFICIAL



Correios



DESTINATÁRIO		FONE	
Sr. Thiago Galvão - Delegado - Diretoria Regional de Polícia - Vila Leopoldina Serviço Público Federal Ministério das Comunicações Rua: MERGENTHALER, nº 592, Bloco 1, Meridiano 2, Vila Leopoldina		UF SP.	
ENDEREÇO		CIDADE	
Rua: MERGENTHALER, nº 592, Bloco 1, Meridiano 2, Vila Leopoldina		Jão Paulo	
CEP	05311-90	FONE	
REMETENTE		CARIMBO	
SP3A0000 MILKUSKA Rua Wenceslau Braz, 36, Centro		TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª: / / às h 2ª: / / às h 3ª: / / às h	
ENDEREÇO		UNIDADE ENTREGADORA	
Rua Wenceslau Braz, 36, Centro		USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> Outros (especificar)	
UF		CIDADE	
SP		Jão Paulo	



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 09 de janeiro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Damacena Ferreira, Arquivista**, em 09/01/2015, às 11:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0316325** e o código CRC **6519B653**.

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Memo. nº 615/2015/SEI-MC

São Paulo, 10 de março de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>Entidade</u> <u>Localidade</u>	<u>CNPJ</u>	
1. Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi Telêmaco Borba/PR	01.753.926/0001-10	
2. Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru Paracuru/CE	03.084.804/0001-04	
3. Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto Ouro Preto/MG	02.800.364/0001-81	Ouro
4. Associação Comunitária Arco Íris Ibiraci/MG	01.168.162/0001-04	
5. Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença Renascença/PR	02.418.880/0001-46	
6. Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN Campo Redondo/RN	12.981494/0001-11	
7. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Feira Nova Feira Nova/PE	02.922.047/0001-38	Feira
8. Comissão de Apoio à Criança e ao Adolescente - CACA Antonio da Patrulha/RS	02.146.996/0001-73	Santo
9. Associação Comunitária da Comunidade de Nova Granada Granada/SP	02.735.840/0001-28	Nova
10. Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno Nepomuceno/MG	01.573.077/0001-13	
11. Associação Comunitária Rádio Gaucha FM de Bataguassu	02.814.703/0001-89	

Bataguassu/MS

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Engenheiro de Operacoes**, em 10/03/2015, às 16:28, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0407035** e o código CRC **E7C8785E**.


[Menu Principal](#) ▼

 Sistemas
Interativos

[SRD](#) » » [Consultas](#) » » [Geral](#) | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PR
Município: Telêmaco Borba
Canal: 200
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI
Nome Fantasia: VALE DO TIBAGI FM 87,9
Logradouro: AVENIDA DESEMBARGADOR EDMUNDO MERCER JUNIOR
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Entidade devedora (Bloqueada)

CNPJ: 01.753.926/0001-10
Bairro: CENTRO
Número: 275
Fax: Não Informado

+ Dados da Outorga

- Documentos Emitidos

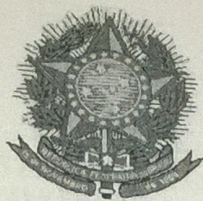
Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
145	Portaria	MC	26/03/2001	06/04/2001	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▼
22708	ATO	SCM	06/02/2002	14/02/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▼
668	Decreto Legislativo	CN	08/10/2003	09/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▼
42251	ATO	SCM	04/02/2004	10/02/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▼
263	Despacho	MC	22/04/2009		Advertência	Jur. ▼

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)



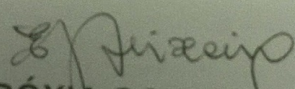
Ministério das Comunicações
SCE
21

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO Nº 263 DE 22 DE abril

DE 2009

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 do mesmo ano, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 53000.038923/2006**, considerando a faculdade conferida pelo disposto no § 1º do art. 59, do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a modificação que lhe foi dada pelo art. 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, resolve **advertir a ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI**, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, por descumprimento do disposto no artigo 40, inciso XV do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.


ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHOProcesso nº: **53900.025431/2015-96**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI**

Em atenção ao Memorando nº 615/2015/SEI-MC, informamos que foi encontrado registro de processo atribuído à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos		NADA CONSTA.
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.038923/2006	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0521465);• Despacho nº 263, de 22/04/2009 - ADVERTÊNCIA (0526587);• Infração: art. 40, inciso XV, do Decreto nº 2.615/98 (data de ocorrência: 31/01/2006).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 05/06/2015, às 13:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0526591** e o código CRC **BD8713A2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 3509/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.057576/2013-38**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Telêmaco Borba/PR**, por meio da Portaria nº **145**, publicada no DOU de 06/04/2001, e Decreto Legislativo nº **668**, publicado no DOU de 09/10/2003.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 09/10/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 02/10/2013, (página 02 do evento SEI (0086432), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011.

REQUERENTE
Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi

QUADRO DIRETIVO

Gasparino Mikuszka - Diretor Presidente

Douglas Noga Alves - Diretor Vice-Presidente

Francielle de Lourdes Timotio de Marques - Diretora 1ª Secretária

Aparecida Alves da Rosa - Diretora 2ª Secretária

Rubis Francisco Schoemberger - Diretor 1º Tesoureiro

Vera Regina Gonçalves de Castro - Diretora 2ª Tesoureira

Felipe Meireles Rodrigues - Diretor Patrimonial

Reginaldo Castro - Diretor de Eventos

Lucimara Fernandes de Andrade - Diretora de Programação

Fabio de Marques - Diretor de Marketing

Sonia Aparecida Lacerda Jangada - Diretora Jurídica

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
	Estatuto social registrado em conformidade	Ok, páginas 37 a 47 do evento SEI

1.	com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	(0316287) do documento 53900.001422/2015-18
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 17 e 18 do evento SEI (0086432) Páginas 34 a 36 do evento SEI (0316287) do documento 53900.001422/2015-18
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, evento SEI (0114764) Páginas 02, 10, 20 a 28 do evento SEI (0316287) do documento 53900.001422/2015-18
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 12 do evento SEI (0086432)

5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 14 do evento SEI (0086432)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, página 15 do evento SEI (0086432)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 44 a 46 do evento SEI (0086432)

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0526591 processo anexado 53900.025431/2015-96.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 10/06/2015, às 13:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Substituto**, em 11/06/2015, às 09:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/07/2015, às 14:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 20/07/2015, às 12:08, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/08/2015, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0379672** e o código CRC **9EC13DF3**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.057576/2013-38**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **09/10/2013**, a autorização outorgada à **Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057576/2013-38 e nº 53740.001250/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

DESPACHO

Processo nº: 53900.030496/2015-53

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Christiane Miranda de Araujo**, **Assistente Técnico**, em 22/06/2015, às 11:54, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0565335** e o código CRC **91235FFD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por [denielle.silva](#), versão 2 por [denielle.silva](#) em 22/06/2015 11:28:21.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

DESPACHO

Processo nº: **53900.030496/2015-53**

Referência: **PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC - CUNJUR.**

Interessado: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária..

De ordem do Sr. Diretor, encaminho o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Sergio Martins Leite, Técnico CDT Nível V - Atividades de Complexidade Gerencial**, em 22/06/2015, às 12:15, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0565526** e o código CRC **74792606**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por [evandro.leite](#), versão 2 por [evandro.leite](#) em 22/06/2015 12:15:13.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.057576/2013-38

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, SEI 0580489), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			Ok, página 02 do evento SEI (0086432)
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		Ok, página 12 do evento SEI (0086432)
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		Ok, página 14 do evento SEI (0086432)
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	x		Ok, página 15 do evento SEI (0086432)
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		Ok, páginas 37 a 47 do evento SEI (0316287) do documento 53900.001422/2015-18
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		Ok, páginas 17 e 18 do evento SEI (0086432) Páginas 34 a 36 do evento SEI (0316287) do documento 53900.001422/2015-18
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	x		Ok, evento SEI (0114764) Páginas 02, 10, 20 a 28 do evento SEI (0316287) do documento 53900.001422/2015-18

8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	x		Ok, páginas 44 a 46 do evento SEI (0086432)
9	Relatório de apuração de infrações	x		Evento SEI 0526591 processo anexado 53900.025431/2015-96.
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		x	



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/07/2015, às 13:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0583112** e o código CRC **8374A455**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 3610/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057576/2013-38 e nº 53740.001250/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0644683** e o código CRC **75292874**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.057576/2013-38**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **09/10/2013**, a autorização outorgada à **Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0644693** e o código CRC **04899CCA**.

PORTARIA Nº 3.603, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.069421/2013-44 e nº 53780.000129/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAMPO REDONDO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de CAMPO REDONDO/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.605, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029374/2013-04 e nº 53103.000025/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FEIRA NOVA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de FEIRA NOVA/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.606, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.069249/2013-29 e nº 53790.00340/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à COMISSÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - CACA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santo Antonio da Patrulha / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.608, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055380/2013-17 e nº 53830.002602/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE VALINHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Valinhos/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.609, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040584/2013-45 e nº 53830.002256/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNICAÇÃO DE NOVA GRANADA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de NOVA GRANADA / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.610, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057576/2013-38 e nº 53740.001250/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.611, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.028782/2013-31 e nº 53690.001239/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste / MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.612, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.027270/2013-57 e nº 53650.000671/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ CIDADANIA E CULTURA DE PARACURU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Paracuru / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.613, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057914/2011-70 e nº 53710.001172/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08/10/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO DE NEPOMUCENO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nepomuceno / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.614, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067628/2013-84 e nº 53710.000815/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE MUTUM - ACORDECUM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mutum/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.615, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059200/2013-68 e nº 53710.001396/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ECOLÓGICA DE OURO PRETO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ouro Preto/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.616, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.039068/2013-78 e nº 53710.001330/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FEMININA DE MONTALVÂNIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Montalvânia/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.617, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.008262/2014-92 e nº 53710.000325/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-IRIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ibiraci/MG.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.057576/2013-38

Referência: Portaria nº 3.610, de 19 de agosto de 2015.

Interessado: Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 25/08/2015, da Portaria nº 3.610, de 19/08/2015, que *“Renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Telêmaco Borba-PR”*, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 26 de agosto de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 27/08/2015, às 11:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0686960** e o código CRC **BE32E05B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057576/2013-38**

Entidade: **Associação E Movimento Comunitário Vale do Tibagi**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 3610, de 19/08/2015, no Diário Oficial da União de 25/08/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Telêmaco Borba/PR**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.057576/2013-38**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/09/2015, às 17:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0691179** e o código CRC **1645E3AA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.057576/2013-38

Interessado: Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

[Restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 15 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 15/10/2015, às 11:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0769729** e o código CRC **9A6959FC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057576/2013-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0777115** e o código CRC **6D2B2B24**.

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057576/2013-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O AVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar

requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI M	NÃ O	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.				
1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de			
1	autorização?			
9.	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à			

- 2 renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

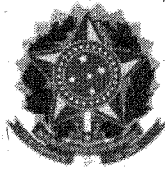
Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014. Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque

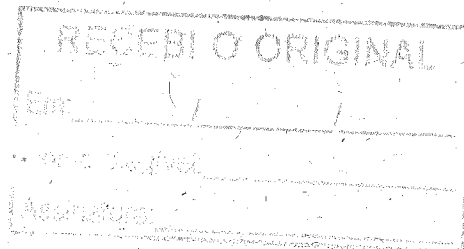


**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 4416/2016/SEI-MC



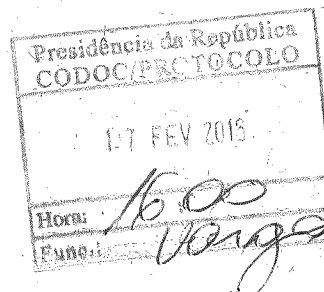
Ao Senhor

ADAUTO MODESTO JÚNIOR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**



Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 01/2016 MC ✓

- 53000.020436/2013

EM nº 02/2016 MC ✓

- 53000.029406/2013

EM nº 03/2016 MC ✓

- 53000.055380/2013

EM nº 04/2016 MC ✓

- 53000.004800/2014

EM nº 05/2016 MC ✓

- 53000.059200/2013

EM nº 06/2016 MC ✓

- 53000.060033/2013

EM nº 07/2016 MC ✓

- 53000.026610/2013

EM nº 08/2016 MC ✓

- 53000.006807/2013

EM nº 09/2016 MC ✓

- 53000.069868/2013

EM nº 10/2016 MC ✓

- 53000.071599/2013

EM nº 11/2016 MC ✓

- 53000.005567/2013

EM nº 12/2016 MC ✓

- 53000.069421/2013

EM nº 13/2016 MC ✓

- 53000.057576/2013

EM nº 14/2016 MC ✓

- 53000.062556/2013

EM nº 15/2016 MC ✓

- 53000.029836/2013

EM nº 16/2016 MC ✓

- 53000.024521/2009

EM nº 17/2016 MC ✓

- 53000.046500/2013

EM nº 18/2016 MC ✓

- 53000.041415/2008

EM nº 19/2016 MC ✓

- 53000.067628/2013

EM nº 20/2016 MC ✓

- 53000.069249/2013

EM nº 22/2016 MC ✓

- 53000.059223/2013

EM nº 23/2016 MC ✓

- 53830.000833/2001

EM nº 24/2016 MC ✓

- 53000.058385/2013

EM nº 25/2016 MC ✓

- 53000.067636/2013

EM nº 26/2016 MC ✓

- 53000.070749/2013

EM nº 27/2016 MC ✓

- 53000.008262/2014

EM nº 28/2016 MC ✓

- 53000.071627/2013

EM nº 29/2016 MC ✓

- 53000.071201/2013

EM nº 30/2016 MC ✓

- 53000.027270/2013

EM nº 31/2016 MC ✓

- 53000.052005/2013

EM nº 32/2016 MC ✓

- 53000.001775/2003

EM nº 33/2016 MC ✓

- 53000.028782/2013

EM nº 34/2016 MC ✓

- 53000.053176/2013

EM nº 35/2016 MC ✓

- 53000.057226/2011

EM nº 36/2016 MC ✓

- 53000.057353/2011

EM nº 37/2016 MC ✓

- 53000.065557/2013

EM nº 38/2016 MC ✓

- 53000.017967/2013

EM nº 39/2016 MC ✓

- 53000.016224/2012

EM nº 41/2016 MC ✓

- 53000.069957/2013

EM nº 42/2016 MC ✓

- 53000.092143/2006

EM nº 43/2016 MC ✓

- 53000.008629/2012

EM nº 45/2016 MC ✓

- 53000.059736/2013

EM nº 46/2016 MC ✓

- 53000.064843/2007

EM nº 48/2016 MC ✓

- 53000.030808/2008

EM nº 49/2016 MC ✓

- 53000.023452/2013

EM nº 50/2016 MC ✓

- 53000.025519/2007

EM nº 51/2016 MC ✓

- 53000.050216/2012

EM nº 52/2016 MC ✓

- 53000.056637/2011

EM nº 53/2016 MC ✓

- 53000.071343/2013

EM nº 54/2016 MC ✓

- 53000.061913/2013

EM nº 55/2016 MC ✓

- 53000.056642/2011

EM nº 56/2016 MC ✓

- 53000.058098/2011

EM nº 57/2016 MC ✓

- 53000.020796/2013

EM nº 58/2016 MC ✓

- 53000.046522/2013

EM nº 59/2016 MC ✓

- 53000.069974/2013

EM nº 60/2016 MC ✓

- 53000.015829/2013

EM nº 61/2016 MC ✓

- 53000.039068/2013

EM nº 62/2016 MC ✓

- 53000.058131/2011

EM nº 63/2016 MC ✓

- 53000.065780/2013

EM nº 64/2016 MC ✓

- 53000.062558/2013

EM nº 65/2016 MC ✓

- 53000.057914/2011

EM nº 66/2016 MC ✓

- 53000.051987/2012

EM nº 67/2016 MC ✓

- 53000.020798/2013

EM nº 68/2016 MC ✓

- 53000.031942/2012

EM nº 69/2016 MC ✓

- 53000.056238/2011

EM nº 70/2016 MC ✓

- 53000.058125/2011

EM nº 71/2016 MC ✓

- 53000.052021/2011

EM nº 72/2016 MC ✓

- 53000.059226/2012

EM nº 73/2016 MC ✓

- 53000.057295/2012

EM nº 74/2016 MC ✓

- 53000.006880/2013

EM nº 75/2016 MC ✓

- 53000.062335/2013

EM nº 76/2016 MC ✓

- 53000.031927/2012

EM nº 77/2016 MC ✓

- 53000.070233/2013

EM nº 78/2016 MC ✓

- 53000.045558/2013

EM nº 79/2016 MC ✓

- 53000.046522/2011

EM nº 80/2016 MC ✓

- 53000.040134/2011

EM nº 81/2016 MC ✓

- 53000.016939/2012

EM nº 82/2016 MC ✓

- 53000.055763/2011

EM nº 83/2016 MC ✓

- 53000.020068/2012

EM nº 84/2016 MC ✓

- 53000.048414/2012

EM nº 85/2016 MC ✓

- 53000.071796/2013

EM nº 86/2016 MC ✓

- 53000.056634/2011

EM nº 105/2016 MC (antiga EM 394/2015 MC) ✓

- 53000.062227/2013

EM nº 106/2016 MC (antiga EM nº 368/2015 MC) ✓

- 53000.004549/2005

EM nº 108/2016 MC (antiga EM 120/2012 MC) ✓

- 53000.037683/2007

EM nº 109/2016 MC (antiga EM 672/2011 MC) ✓

- 53670.002069/2002

Atenciosamente,

RENATA MORAES CHECCHIO
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 17/02/2016, às 10:49, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0969905** e o código CRC **A9732DA7**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.057576/2013-38

Referência:Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016.

Interessado: Associação E Movimento Comunitário Vale do Tibagi

Assunto:Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 18 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 19/02/2016, às 10:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0974597** e o código CRC **756CD843**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17288/2016/SEI-MC

Ao Senhor

GASPARINO MIKUSZKA

Representante Legal da Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi

Rua Wenceslau Braz, 36 - Centro

CEP: 84260-000 / Telêmaco Borba - PR

CNPJ nº 01.753.926/0001-10

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.057576/2013-38.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, sediada em **Telêmaco Borba - PR**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **09 de outubro de 2013**, conforme Portaria nº 3.610, de 19/08/2015, publicada no DOU de 25/08/2015.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1134453** e o código CRC **F326A961**.

Ofício nº 17288/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.057576/2013-38

53000.057576/2013-38
A-4

Ofício nº 0185/2016 - SAJ

Em 11 de maio de 2016.

Ao Senhor
ADROALDO DA CUNHA PORTAL
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações
BRASÍLIA/DF

Assunto: **Restituição de Exposição de Motivos.**

Senhor Chefe de Gabinete,

Conforme solicitado, informo a Vossa Senhoria que os processos e as Exposição de Motivos abaixo foram restituídas por meio do Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF:

- Exposição de Motivos nº 13/2016 MC, de 1º de fevereiro de 2016, processo nº 53000.057576/2013-38;
- Exposição de Motivos nº 16/2016 MC, de 1º de fevereiro de 2016, processo nº 53000.024521/2009-65;
- Exposição de Motivos nº 19/2016 MC, de 1º de fevereiro de 2016, processo nº 53000.067628/2013-84;
- Exposição de Motivos nº 20/2016 MC, de 1º de fevereiro de 2016, processo nº 53000.069249/2013-29;
- Exposição de Motivos nº 29/2016 MC, de 1º de fevereiro de 2016, processo nº 53000.071201/2013-81;
- Exposição de Motivos nº 41/2016 MC, de 1º de fevereiro de 2016, processo nº 53000.069957/2013-60;
- Exposição de Motivos nº 42/2016 MC, de 1º de fevereiro de 2016, processo nº 53000.092143/2006-08; e
- Exposição de Motivos nº 49/2016 MC, de 1º de fevereiro de 2016, processo nº 53000.023452/2013-59.

Atenciosamente,



PAULA ALBUQUERQUE MELLO LEAL
Assessora da Subchefia para Assuntos Jurídicos da
Casa Civil da Presidência da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53000.057576/2013-38

Referência: Ofício nº 0185/2016 - SAJ, de 11 de maio de 2016.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 18 de maio de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 19/05/2016, às 09:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



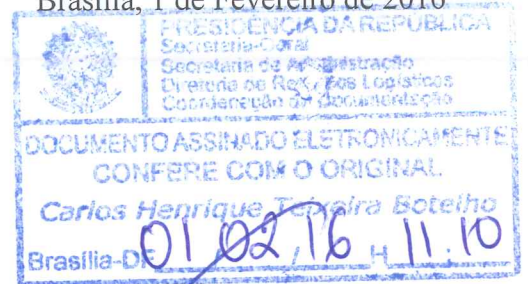
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1142257** e o código CRC **6C714B28**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

EM nº 00013/2016 MC

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057576/2013-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma

e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI	NÃ	Fls. /
		M	O	nº do
				doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.				
1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos			

previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
- 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
- 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 9 Relatório de apuração de infrações.
9. Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de
1 autorização?

9. Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à
2 renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

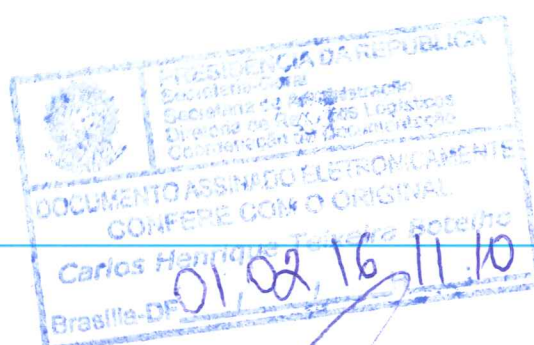
[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano**, Consultor Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014. N° de Série do Certificado: 4809944487027627816

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.



Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

Of. nº 17288/2016/SEI-MC, 18/05/2016

53000.057576/2013-38

ENDEREÇO / ADRESSE

GASPARINO MIKUSZKA

ASS. E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VÁLE DO TIBAGI

RUA WENCESLAU BRAZ, 36 - CENTRO

CEP / CODE POSTAL

CEP: 84260-000

TELÊMACO BORBA - PR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Gasparino Mikuszka

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

31 / 5 / 16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DE IDENTIFICAÇÃO
SIGNATURE DE L'ÉMETTEUR

Antonio Ed. Tristão
AG. CORREIOS - CARTEIRO
Mat. 1568381-7

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JO 39168213 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER EM LETRAS DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Comunicação Eletrônica
Departamento de Transmissão e Recepção de Rádio e TV
Esplanado das Ministérios, Bloco R, Anexo 3 Sala 300-0
70044-900 - Brasília - DF

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.057576/2013-38**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/06/2016, às 15:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1188110** e o código CRC **37A809CC**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057576/2013-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.057576/2013-38

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 3509/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1243817** e o código CRC **911F3165**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057576/2013-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057576/2013-38**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/03/2017, às 14:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1730205** e o código CRC **6A4B1733**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057576/2013-38

SEI nº 1730205

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057576/2013-38**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 15/03/2017, às 09:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1730209** e o código CRC **946E98A7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057576/2013-38

SEI nº 1730209

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057576/2013-38**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 3509/2015/SEI-MC (0379672) e do Parecer Conjur nº 475/2015/SEI-MC (0580489), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 16/03/2017, às 21:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1730215** e o código CRC **E7A53F02**.

Minutas e Anexos

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.057576/2013-38**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **09 de Outubro de 2013**, a autorização outorgada à **Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi**, para executar, sem

direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.057576/2013-38

SEI nº 1730215

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057576/2013-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **09 de** Outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1830047** e o código CRC **25D337BF**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1881263** e o código CRC **438B7490**.

Brasília, 12 de julho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057576/2013-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de Outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Telêmaco Borba / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
 CEP: 70067-900 Brasília-DF
 Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 30910/2017/SEI-MCTIC

Brasília, 12 de julho de 2017.

Ao Senhor
 MARCELO PACHECO DOS GUARANYNS
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
 Casa Civil da Presidência da República
 Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Presidência da República	COD	0LO
26 julho 2017		
Hora:	09:51	
Func.:	Maurício	

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA	
159/2017 ✓	53000.051262/2011-60	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Tabocal e Região - APPRUCOT	
162/2017 ✓	53000.037302/2011-61	Associação Rádio Comunitária Rio Vermelho FM	
187/2017 ✓	53000.050136/2011-98	Associação dos Locutores de Candeias MG	
188/2017 ✓	53000.071367/2013-05	Associação Cultural Comunitária de Sumaré	
189/2017 ✓	53000.009070/2013-12	Associação Comunitária de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia	

190/2017 ✓	53000.046795/2012-19	Associação Comunitária Liberdade Acreunense	
194/2017 ✓	53000.007687/2014-84	Associação Beneficente e Cultural Frei Odorico Virga	
195/2017 ✓	53000.007050/2013-15	Associação Comunitária Cultural de Bálamo	
202/2017 ✓	53000.068456/2013-66	Associação Comunitária do Periperi e Adjacências	
205/2017 ✓	53000.056648/2012-49	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha	
209/2017 ✓	53000.008608/2008-12	Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Primavera - ARCOP	
211/2017 ✓	53000.041617/2013-74	Associação Comunitária Cultural de Tocantins	
219/2017 ✓	53000.000011/2011-17	Associação Comunitária de Santa Rosa	
222/2017 ✓	53000.006813/2013-01	Associação Cultural Desportiva de São Bento	
224/2017 ✓	53000.017857/2013-58	Associação de Radiodifusão Comunitária Chapéu de Couro	
231/2017 ✓	53000.001388/2013-55	Associação Educadora do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Itamaraju -AEMRCI (Rádio Educadora)	
243/2017 ✓	53000.006409/2009-42	Fundação Francisca Elci Monteiro Pádua	
252/2017 ✓	53000.024276/2012-91	Associação Comunitária Calmonense	
259/2017 ✓	53000.051651/2013-57	Associação Comunitária de Rádio FM Cristo Redentor Áudio e Vídeo	
263/2017 ✓	53000.008595/2010-98	Associação de Radiofusão Comunitária Rio Itapecuru e Alpercatas da Região de Mirador - Maranhão (radial)	
275/2017 ✓	53000.056221/2011-60	Associação Comunitária Rádio São Thomé	

276/2017 ✓	53000.061974/2013-59	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu - Accarbi	
284/2017 ✓	53000.057858/2013-35	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro	
285/2017 ✓	53000.056214/2011-68	Clube de Mães e Idosos Lindalva Gomes	
298/2017 ✓	53900.039779/2015-61	Associação Cultural de Santa Margarida	
300/2017 ✓	53000.048544/2010-07	Associação Comunitária Esportiva e Educacional de Radiodifusão da Cidade de Laguna Carapã	
301/2017 ✓	53000.017967/2013-10	Associação Comunitária São Miguel	
312/2017 ✓	53000.049117/2012-08	Associação da Rádio Comunitária Dimensão - Arcod	
313/2017 ✓	53000.056441/2013-55	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão	
314/2017 ✓	53000.053176/2013-53	Associação Comunitária Cultural e Radiodifusão de Carvalho de Brito	
335/2017 ✓	53900.014792/2015-15	Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural	
336/2017 ✓	53000.020798/2013-03	Associação Cultural de Pérola	
337/2017 ✓	53900.034526/2015-09	Rádio Comunitária Ondas de Paz FM	
338/2017 ✓	53900.017162/2015-94	Grupo Mutirão	
339/2017 ✓	53000.057576/2013-38	Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi	
340/2017 ✓	53900.020685/2014-37	Comunidade São Sebastião de Amparo Social	
341/2017 ✓	53000.064272/2010-84	Associação Rádio Comunitária Atividade Altense FM	

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº
1.317/2017, em 19/07/2017, às 14:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014
e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **2033558** e o código CRC **8DA84C0B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 30910/2017/SEI-MCTIC - Processo
nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2033558

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.057576/2013-38
Referência: Ofício nº 30910/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 30910/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/08/2017, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2104597** e o código CRC **2CA61A7D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057576/2013-38

SEI nº 2104597

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057576/2013-38.**

Entidade: **Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/07/2019, às 16:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4373673** e o código CRC **E1471A9F**.

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057576/2013-38, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, inscrita no CNPJ nº 01.753.926/0001-10, explore pelo prazo de dez anos a partir de 09 de outubro de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Telêmaco Borba, estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3509/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 3610, de 19 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.057576/2013-38

SEI nº 4373673

Brasília, 30 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057576/2013-38, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, inscrita no CNPJ nº 01.753.926/0001-10, explore pelo prazo de dez anos a partir de 09 de outubro de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Telêmaco Borba, estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3509/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 3610, de 19 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37690/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.057576/2013-38.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 07/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4712082** e o código CRC **88EC732A**.